

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAROLINE FERNANDA SANTOS DA SILVA

**DISCURSOS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA PNAS: UMA ABORDAGEM DECOLONIAL
SOBRE AS EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA NEGRA**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CAROLINE FERNANDA SANTOS DA SILVA

**DISCURSOS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA PNAS: UMA ABORDAGEM
DECOLONIAL SOBRE AS EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA NEGRA**

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi

PORTO ALEGRE

2022

Ficha Catalográfica

S586d Silva, Caroline Fernanda Santos da

Discursos e práticas antirracistas na PNAS : Uma abordagem decolonial sobre as expressões de resistência negra / Caroline Fernanda Santos da Silva. – 2022.

187.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Patricia Krieger Grossi.

1. Discurso. 2. Racismo. 3. Antirracismo. 4. Assistência Social. 5. Decolonial. I. Grossi, Patricia Krieger. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Loiva Duarte Novak CRB-10/2079

CAROLINE FERNANDA SANTOS DA SILVA

**DISCURSOS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA PNAS: UMA ABORDAGEM
DECOLONIAL SOBRE AS EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA NEGRA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais.

Aprovada em: ____ de ____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães – PUC RS

Profa. Dra. Magali da Silva Almeida - UFBA

Profa. Dra. Cláudia Miranda - UNIRIO

PORTO ALEGRE

2022

*Ao meu pai Boaventura (in memoriam),
à minha mãe Ademira,
Obrigada!*

*A tod@s que acreditam e
constroem um mundo mais justo.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelas virtudes e bênçãos!

Agradeço à mãe Oiyá, por ser essa tempestade que me invade e me permite ousar, sempre. Epayeyo! Agradeço ao mundo espiritual pelas vibrações positivas emanadas, agradeço aos orixás e ancestrais que me guiam, às/aos minhas/meus mais velhas/os e às minhas/meus mais novas/os, pela companhia e inspiração constantes.

Esta tese está sendo finalizada no ano do centenário da minha avó Leontina, que me inspira hoje e sempre. Os contatos e emoções que surgiram desse convívio com ela são parte importante desse resultado, então agradeço demais a ela e a Deus por essa oportunidade.

Este é um momento de agradecer a muitas pessoas especiais, que são fundamentais nesse processo. Início então pela minha família, que se fez mais unida durante a pandemia: Lessandro, companheiro desta e de outras, obrigada pela parceria, trocas e aprendizados; Luanda, Leon e Laurin, filhas e filho queridos que aguentaram toda a correria dessa vida de mãe intelectual. Agradeço à minha mãe Ademira e minhas irmãs de sangue e de coração: Deise, Denise, Carmem, Bianca e meu irmão Denner.

Agradeço à PUC-RS pela acolhida e à CAPES, pela bolsa parcial durante o início do curso. Agradeço às professoras do PPGSS, especialmente à orientadora Patrícia Grossi, bem como aos demais professores do Programa, que acolheram a mim e a minhas problematizações, contribuindo para o resultado que aqui se apresenta. Agradeço especialmente à professora Gleny Guimarães, que também participou das bancas de qualificação e final, além de ter me orientado em outros momentos, com muita gentileza e presteza.

Agradeço à FASC, pela autorização para a realização do estudo e, de forma muito especial, às Organizações de Mulheres Negras de Porto Alegre: Maria Mulher e Sempre Mulher. Agradeço à Maria Noelci Teixeira Homero e Vera Lúcia Cintra pelas entrevistas concedidas para este trabalho (em nome de quem agradeço também a todas as colegas de trabalho e militância, bem como às diversas mulheres que atendi e que farão para sempre parte da minha trajetória), pela generosidade com que me inspiraram e me ensinaram.

Agradeço às professoras que participaram das bancas de qualificação e defesa final desta tese: Magali Almeida e Cláudia Miranda, mulheres negras que me inspiram, me instigam, me representam. Sinto-me privilegiada em poder contar com a presença negra e marcante de vocês!

Agradeço aos/às colaboradores desta pesquisa, trabalhares/as da Assistência Social, por aceitarem participar; às colegas e companheiras de luta, assistentes sociais negras que atuam na PNAS, seguimos juntas nessa batalha.

Deus é mais!

*Hoje eu sou
Hoje eu sou Leontina, sou Maria, sou Américo
Sou Ademira, sou Boaventura, Adelina e Adelaide, sou Vera
Sou Tomate, sou Amélia, sou Leonor
Hoje também sou Malu, sou Rose, sou Denise
Sou Deise, sou Carmem, sou Bianca
Hoje sou Augusto, sou Rodrigo
Sou Denner, sou Lessandro
Hoje também sou Luã, sou Bernardo
Sou Luanda, sou Leon e sou Laurin
Hoje eu sou...
E só sou por que nós somos!*

Caroline Silva, 13.01.2022

RESUMO

Esta tese discute a reprodução discursiva do racismo no âmbito da Assistência Social e no Serviço Social. Considerando o caráter estrutural do racismo, os equipamentos e serviços da PNAS configuram-se enquanto alguns dos poucos espaços de garantia de direitos à população negra, o que é comprovado pelas estatísticas, que indicam esta como a população que compõe a maioria de seus usuários. A abordagem decolonial se apresenta neste estudo como um caminho e uma atitude, evidenciando possibilidades para construção de reflexões e proposições partindo da realidade, saberes e fazeres dos povos negros, espalhados pela “América Latina”. O problema de pesquisa é: Como o racismo se expressa nos discursos e práticas que circulam nos âmbitos da PNAS e das “redes afrodiaspóricas”? Nesse sentido, o objetivo geral é refletir sobre o racismo e as práticas antirracistas na área do Serviço Social e no âmbito da PNAS, e os objetivos específicos são: analisar o discurso público sobre o racismo no âmbito da PNAS; compreender o entendimento dos/as trabalhadores/as da Assistência Social com relação ao racismo e sua reprodução no âmbito da PNAS; analisar as iniciativas das mulheres negras no combate ao racismo na área da Assistência Social; e analisar a produção teórica do Serviço Social com relação ao racismo e combate ao racismo e decolonialidade. Os sujeitos de pesquisa foram 42 servidores que atuam na FASC, em Porto Alegre. Também participaram 3 profissionais negras que tem atuação em movimentos de combate ao racismo e 2 lideranças das Organizações de Mulheres Negras. O corpus de análise é composto por: entrevistas estruturada e semiestruturada; análise documental; e pesquisa bibliográfica. A bibliografia analisada relacionou-se ao racismo na produção teórica do Serviço Social, revelando um grande número de produções sobre “mulher negra”, sinalizando um deslocamento epistemológico contra hegemônico na produção de conhecimento da área. Foram analisadas ainda as seguintes legislações: PNAS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas dos serviços que compõem as redes de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade. Essa análise revelou uma tensão entre legitimação e questionamento ao mito da democracia racial. Para a análise dos dados foram seguidos os pressupostos de Van Dijk em ACD e de autores latino-americanos que apontam a importância da decolonização dos estudos neste campo. Diante desses elementos, evidencia-se a relevância, para o Serviço Social, de repensar-se a partir de um giro decolonial.

Palavras-chave: Discurso; Racismo; Antirracismo; Assistência Social; Decolonial.

RESUMEN

Esta tesis discute la reproducción discursiva del racismo en el ámbito de la Asistencia Social y el Trabajo Social. Teniendo en cuenta el carácter estructural del racismo, los equipos y servicios de las PNAS se configuran como unos de los pocos espacios de garantía de derechos de la población negra, como lo demuestran las estadísticas, que señalan a esta como la población que conforma la mayoría de sus usuarios. El enfoque decolonial se presenta en este estudio como un camino y una actitud, evidenciando posibilidades para la construcción de reflexiones y proposiciones a partir de la realidad, saberes y haceres de los pueblos negros, diseminados en “América Latina”. El problema de investigación es: ¿Cómo se expresa el racismo en los discursos y prácticas que circulan al interior de las PNAS y “redes afrodiaspóricas”? En este sentido, el objetivo general es reflexionar sobre el racismo y las prácticas antirracistas en el ámbito del Trabajo Social y en el ámbito del PNAS, y los objetivos específicos son: analizar el discurso público sobre el racismo en el ámbito del PNAS; comprender el entendimiento de los trabajadores de la Asistencia Social en relación al racismo y su reproducción dentro de las PNAS; analizar las iniciativas de mujeres negras en la lucha contra el racismo en el área de Asistencia Social; y analizar la producción teórica del Trabajo Social en relación al racismo y la lucha contra el racismo y la decolonialidad. Los sujetos de la investigación fueron 42 servidores públicos que actúan en la FASC, en Porto Alegre. También participaron 3 profesionales negros que trabajan en movimientos contra el racismo y 2 líderes de Organizaciones de Mujeres Negras. El corpus de análisis está compuesto por: entrevistas estructuradas y semiestructuradas; análisis de documentos; e investigación bibliográfica. La bibliografía analizada se relacionó con el racismo en la producción teórica del Trabajo Social, revelando un gran número de producciones sobre "mujeres negras", señalando un giro epistemológico contra hegemónico en la producción de conocimiento en el área. También se analizaron las siguientes legislaciones: PNAS, Clasificación Nacional de Servicios de Asistencia Social y Lineamientos Técnicos de los servicios que integran las redes de Protección Social Básica y Especial de Media Complejidad. Este análisis reveló una tensión entre la legitimación y el cuestionamiento del mito de la democracia racial. Para el análisis de los datos se siguieron los supuestos de Van Dijk en ACD y de autores latinoamericanos que señalan la importancia de la descolonización de los estudios en este campo. Ante estos elementos, se evidencia la pertinencia, para el Trabajo Social, de repensarse a sí mismo desde un giro decolonial.

Palabras clave: Discurso; Racismo; Antirracismo; Bienestar Social; Decolonial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-------|
| Gráfico 1 – Número de artigos descritor “racismo” periódicos Serviço Social | 77 |
| Gráfico 2 – Ano de publicação dos artigos descritor “racismo” | 78 |
| Quadro 1 – Artigos publicados Revista “Libertas” Volume 13 Número 1, 2013 | 80 |
| Quadro 2 – Artigos publicados Revista “O Social em Questão” Edição 32 Ano 17, 2014 | 81 |
| Quadro 3 – Artigos publicados Revista “O Social em Questão” Edição 37 Ano 20, 2017..... | 82 |
| Quadro 4 – Artigos publicados Revista “Ser Social” Número 41 Volume 19, 2017 | 83 |
| Quadro 5 – Artigos publicados Revista “Katálysis” Número 3 Volume 21, 2018 | 84 |
| Quadro 6 – Artigos publicados Revista “Em Pauta” Número 45, 2020 | 84/85 |
| Quadro 7 – Artigos publicados Revista “Em Pauta” Número 46, 2020 | 85/86 |
| Gráfico 3 – Ano de Publicação de Teses e Dissertações identificadas a partir do descritor “racismo” | 87 |
| Gráfico 4 – Regiões do país onde foram produzidas as teses e dissertações identificadas a partir do descritor “racismo” | 88 |
| Gráficos 5 e 6 – Assuntos predominantes em teses, dissertações e artigos identificados a partir do descritor “racismo” | 90 |
| Gráfico 7 – Assuntos Predominantes nos Trabalhos identificados a partir do descritor “racismo” | 91 |
| Gráfico 8 – Teses e dissertações descritor “racismo”, assunto predominante “mulher negra”, questões discutidas | 93 |
| Quadro 8 – Identificação dos trabalhos, descritor “racismo”, assunto predominante “mulher negra”, questões discutidas: “militância e ativismo social” | 94/95 |
| Quadro 9 – Palavras/expressões chave da análise documental | 103 |
| Figura 1 – Evolução Histórica Legislações Assistência Social no Brasil | 105 |
| Quadro 10 – Organização dos Serviços Socioassistenciais de acordo com a Tipificação Nacional (2009) | 111 |
| Quadro 11 – Levantamento Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) – Proteção Social Básica..... | 111 |
| Quadro 12 – Levantamento Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) – Proteção Social Especial de Média Complexidade | 112 |
| Quadro 13 – Levantamento Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) – Proteção Social Especial de Alta Complexidade | 112 |

| | |
|--|---------|
| Gráficos 9, 10 e 11 - Comparativo: abordagem sobre racismo na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009), por nível de atenção | 113 |
| Quadro 14 – Documentos analisados relativos à Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, orientações técnicas | 114 |
| Quadro 15 – Levantamento: Orientações Técnicas, Proteção Social Básica | 114/115 |
| Quadro 16 – Levantamento: Orientações Técnicas (2011), Proteção Social Especial Média Complexidade | 116 |
| Quadro 17 – Síntese Tópicos Orientações Técnicas | 117 |
| Gráfico 12 – Identificação com relação ao gênero, trabalhadores/as da PNAS | 134 |
| Gráfico 13 – Identificação com relação à raça/cor, trabalhadores/as da PNAS | 135 |
| Quadro 18 – Serviços da Rede de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, cidade de Porto Alegre, por região | 136/137 |
| Gráfico 14 – Nível de atuação no SUAS | 137 |
| Gráfico 15 – Função no SUAS | 138 |
| Figura 2 – Síntese discurso-cognição-sociedade | 149 |

LISTA DE SIGLAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
ACD – Análise Crítica do Discurso
PAIF – Programa de Atenção Integral à Família
PAEFI – Programa de Atenção Especial à Famílias e Indivíduos
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ECD – Estudos Críticos do Discurso
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CAAE – Certificado de Apresentação e Apreciação Ética
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
PC - Processo de Consentimento
PPP – Projeto Político Pedagógico
ES – Estrutura Social
ED – Estrutura Discursiva
CS – Contexto Sociocognitivo
PC – Ponte Cognitiva
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
SS – Serviço Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CF – Constituição Federal

PPG – Programa de Pós-Graduação

COVID 19 – Coronavírus

LGBTQIA+ - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais

PUC Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UCPel – Universidade Católica de Pelotas

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

PUC RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

PUC SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UNESP – A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UFF – Universidade Federal Fluminense

GTP – Grupo de Trabalho de Pesquisa

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO, OU POR ONDE INICIA A DESCONSTRUÇÃO? PREMISSAS TEÓRICAS PARA UMA ABORDAGEM DECOLONIAL | 17 |
| 1.1 Justificativa, Objetivos, Problema e Tese da Tese | 20 |
| 1.2 Notas sobre a produção de conhecimentos: refletindo sobre as escolhas discursivas e o poder das palavras | 26 |
| 1.3 Metodologia: Análise Crítica do Discurso e Giro Decolonial, convergências possíveis | 35 |
| 1.3.1 Caminhos metodológicos percorridos | 38 |
| 1.3.2 Notas sobre a pesquisa engajada: escrituras e aprendizagens negras | 41 |
| 2 TECENDO RESISTÊNCIAS POSSÍVEIS: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E GIRO DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA | 47 |
| 2.1 A importância de decolonizar a ACD na América Latina | 51 |
| 2.2 Giro Decolonial e Pensamento Negro Latino-Americano | 54 |
| 2.3 Projetos Decoloniais em verde e amarelo: da República de Palmares à “Voz Ativa” da Juventude Negra | 65 |
| 3 RACISMO E ANTIRRACISMO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO | 72 |
| 3.1 O protagonismo dos periódicos da área na consolidação do discurso sobre racismo no Serviço Social | 77 |
| 3.2 Produções sobre o Racismo na área do Serviço Social: contextos, significados locais, significados globais e os tópicos do discurso das Teses, Dissertações e Artigos | 86 |
| 3.3 Intelectuais insurgentes: ativismo negro no combate ao racismo | 95 |
| 4 ANÁLISE DOCUMENTAL NA PNAS: LEGITIMAÇÃO OU QUESTIONAMENTO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL? | 100 |
| 4.1 Entendendo o contexto | 103 |
| 4.2 Abordagens diretas e indiretas sobre o racismo na PNAS: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas | 106 |
| 4.3 Significados globais e locais: escolha dos tópicos e palavras/expressões do discurso | 116 |
| 4.4 A(u)tores do discurso: o papel das elites simbólicas | 124 |
| 5 DISCURSOS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA PNAS: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA COLETIVA CONTRA A NEGAÇÃO DO RACISMO | 131 |
| 5.1 Identificação dos/as colaboradores/as de pesquisa: trabalhadores/as da FASC | 134 |
| 5.2 Territorialidades Negras em Porto Alegre: “Redes Afrodiaspóricas” em Ação | 138 |
| 5.3 Refletindo sobre Estruturas Sociais, Estruturas Discursivas, Modelos Mentais e Ponte Cognitiva | 146 |

| | |
|---|-----|
| 5.4 Modelos mentais, contextuais e pontes cognitivas: Ideologias e discursos de resistência | 152 |
| CONCLUSÕES | 159 |
| REFERÊNCIAS | 166 |
| ANEXOS | 184 |
| A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - PROFISSIONAIS NEGRAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 184 |
| B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - LIDERANÇAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS | 185 |
| C - ROTEIRO ENTREVISTA ESTRUTURADA - TRABALHADORES/AS FASC FORMULÁRIO ON LINE | 186 |
| D – PROCESSO DE CONSENTIMENTO (PC) | 187 |

1 INTRODUÇÃO, OU POR ONDE INICIA A DESCONSTRUÇÃO? PREMISSAS TEÓRICAS PARA UMA ABORDAGEM DECOLONIAL

A elaboração desta tese é resultado de intensos e sucessivos estudos, processos reflexivos e *insights* realizados ao longo de aproximadamente vinte anos de ativismo político e social, sendo também resultado de leituras e fazeres acadêmicos diversos. Esses estudos foram inspirados em muitos outros, bem como em práticas diversas, realizados por aqueles e aquelas que me precederam: intelectuais, artistas, estudiosos/as, ativistas. Assim, antes de mais nada, cabe situar esta proposta de estudo como uma continuidade, que em conjunto com a ancestralidade, demarcam o status da contribuição que aqui se propõe.

Ancestralidade e continuidade são valores afrocentrados e demarcam o posicionamento adotado neste estudo: a África está aqui posta no centro, assim como os/as africanos/as e seus/as descendentes espalhados pela Diáspora, no sentido proposto por Assante (2009):

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos (aqui entendidos como afrodescendentes no continente africano e na diáspora em todo o mundo) deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (ASSANTE, 2009, p. 93).

Sabe-se que propor um estudo afrocentrado é um desafio, tanto no âmbito pessoal/intelectual, como no âmbito acadêmico/universitário. No pessoal/intelectual porque, enquanto pesquisadores/as, somos “moldados/as” em um sistema que não valoriza, não estimula e não proporciona meios para tal ousadia teórica. No acadêmico/universitário porque é um ambiente forjado por características próprias, que tem o acesso e a permanência em seu meio limitados por uma série de fatores, sejam de ordem econômica, social ou geográfica, por exemplo. Ou seja: esta é uma ciência na qual os valores/saberes eurocêntricos são aqueles que seguem sendo reproduzidos, dissertação após dissertação, tese após tese. E assim a roda segue a girar.

Essa questão é apontada por diversos autores, que denunciam um processo sistemático de invisibilização de “outros” tipos de produção acadêmica. A esse respeito, Miranda (2017) afirma:

En las diferentes áreas de las Ciencias Sociales, hace falta entender cómo el campo de producción de conocimiento llevó a mantener, por tanto tiempo, las narrativas insurgentes (del otro de la colonización) producidas en este contexto, fuera de los referentes sobre quiénes son los que han re-existido y sobre quiénes han garantizado procesos de reconstrucción de “memorias contra-hegemónicas” (...) En esta ruta – menos local y más Afroamericana–, se denota un tipo de “no conocimiento”, de “no contenido enseñado” y, a lo largo de la invención de narrativas históricas, los nombres claves para ratificar la presencia de liderazgos no blancos en siglos anteriores, fueron clandestinizados en la selección resultante en una política educacional hegemónica (MIRANDA, 2017, P. 174-175).

Diante disso, este estudo se propõe a desafiar os dois âmbitos, de modo que não resta outra alternativa, a não ser deixar extrapolar a problematização que afeta o pessoal para o acadêmico/universitário. Daí surgem os primeiros questionamentos: de que maneira estabelecer a relação teoria/método nesta perspectiva, em um contexto de ciência que se organiza a partir do eurocentrismo? Como dialogar com um ambiente acadêmico forjado a partir de estereótipos cristalizados sobre a África e os/as africanos/as? Como constituir uma linha/fundamentação teórica coerentemente afrocentrada, em um contexto no qual os/as autores/as e perspectivas negras foram sistematicamente apagadas, invisibilizadas e interdidas?

Essas são algumas das questões que instigam a elaboração deste estudo, cujo tema de discussão é: “Racismo e Antirracismo no Brasil” e, mais especificamente, “Discursos e Práticas Antirracistas na Política Nacional de Assistência Social”. Esses conceitos serão apresentados e discutidos ao longo das próximas páginas.

Tendo em vista o propósito de contribuir para uma mudança social específica em favor dos grupos dominados ou subalternizados, neste caso, a população negra¹ no Brasil, espera-se que os conceitos discutidos neste trabalho contribuam para uma abordagem antirracista. Este é um conceito ainda em construção, tanto no ambiente acadêmico como fora dele, e para sua compreensão é fundamental partir do conceito de racismo. Dentre os vários conceitos possíveis, diante do tema estar em discussão desde meados do século XVII², destaca-se o de Almeida (2019):

¹ Este será o termo empregado neste trabalho, referindo-se àqueles que se autodenominam pretos e pardos, conforme denominação do IBGE. As expressões “raça” e “negro”, serão aqui utilizadas em suas concepções políticas e não biológicas. Conforme Munanga (2003), cabe elucidar que o termo raça nada tem de biológico, contudo, a invalidação científica deste conceito não elimina sua influência como constructo social, carregado de ideologia, já que o racismo se mantém atuante na manutenção das relações de poder e dominação.

² Em 1684, François Bernier usou o termo para classificar a diferença entre seres humanos. Com o passar do tempo os conceitos de raças “puras” e “híbridas” da botânica e da zoologia foram transpostos para as classificações entre as pessoas, usadas para legitimar relações de dominação entre classes (nobreza e plebe). Contudo, naquele período ainda não estavam indicadas diferenças fenotípicas entre os indivíduos, o que contava era a descendência (MUNANGA, 2003). No século XVIII, o debate sobre a humanidade dos “novos” povos foi recolocado a partir

o racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade [...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. [...] fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2019, p. 16).

Essa compreensão a respeito do racismo conduz à percepção do quanto ele organiza a sociedade, fazendo parte de seu funcionamento normal e tendo relação estreita com a política e com a economia. Assim, diversas leituras a esse respeito no Brasil revelam algumas particularidades dessa realidade social, tendo em comum a identificação da relação estreita entre o racismo e o capitalismo.

Dentre essas leituras, destaca-se a contribuição de Clóvis Moura, que desde os anos 1950 já elaborava reflexões contemplando essa concepção do racismo enquanto elemento estrutural na sociedade brasileira. Para o autor (MOURA, 1994, p. 3): “Deduz-se [...] sem muito esforço, que o racismo pode ser considerado – da forma como o entendemos atualmente – um dos galhos ideológicos do capitalismo”; ou ainda: “No particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo” (MOURA, 1994, p. 2).

Refletindo sobre a produção teórica de Clóvis Moura, Silva (2017) sinaliza que: “No caso brasileiro, a exemplo de outros países latino-americanos, os processos coloniais, o escravismo, as relações de escravidão e os abolicionismos sem direitos são condicionantes estruturais e incidem no reconhecimento das diversas dimensões político-culturais presentes na constituição do proletariado nacional” (SILVA, 2017, p. 3). Note-se que, nos casos brasileiro e latino americano, o racismo é um fenômeno que se volta, predominantemente, à população negra – e este será o foco deste trabalho.

Tendo em vista esse caráter estrutural do racismo, bem como sua relação direta com o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista, torna-se um desafio vislumbrar propostas antirracistas. Isso porque, para constituírem-se como tais, deverão mover ou alterar tal estrutura e nesse sentido cabe o questionamento: qual o lugar possível para o desenvolvimento de propostas antirracistas dentro do sistema capitalista?

do conceito de raça tal qual nas ciências naturais: “os conceitos e classificações cientificamente construídas sob a justificativa de operacionalizar o pensamento acerca da espécie humana, na verdade, desembocaram nas hierarquizações que construíram o caminho do racismo no mundo moderno” (SILVA, 2017, p. 6).

A forma como tais propostas antirracistas podem ser absorvidas pela estrutura do capital tem sido tema de reflexões teóricas atuais³, demonstrando a importância de pensarmos o antirracismo enquanto um conjunto de estratégias coletivas para o enfrentamento e a superação do racismo.

Dessa forma, identifica-se que o conceito de antirracismo envolve um conjunto articulado de ações, a serem realizadas em diversos níveis, sendo eles: 1) constatação de que o racismo faz parte das relações de dominação e exploração na sociedade capitalista; 2) articulação de um conjunto de posturas ou comportamentos, éticos e também políticos, a serem desempenhados pelas pessoas na convivência em sociedade; 3) capacidade de tais ações atingirem, em maior ou menor grau, a estrutura racista, buscando modificá-la, sendo este o elemento fundamental. Ou seja: ações individuais isoladas, por mais que sejam dotadas de boa intenção, não poderão sozinhas ser consideradas antirracistas. Para assim se constituírem, tais ações devem ter capacidade de alcançar e modificar a estrutura racista, o que se dá, inevitavelmente, pela construção de espaços de resistência também em nível estrutural.

1.1 Justificativa, Objetivos, Problema e Tese da Tese

A justificativa para esta pesquisa parte de um compromisso ético e político, de quem se preocupa em romper com a lógica do silenciamento que rege as relações raciais no Brasil. Esta proposição pode ser vista como mais uma ação, dentre muitas já realizadas, na busca de estratégias para pôr em pauta o racismo no Brasil, seus impactos entre a população em geral e, de forma especial, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, sobretudo considerando a composição majoritária do público alvo desta Política, que é composto pela população negra.

Ao mesmo tempo, este estudo busca denunciar os impactos do racismo também no ambiente acadêmico – onde a quase ausência desse tema chama atenção para o número reduzido de docentes negros/as⁴, bem como denuncia a pouca habilidade ou pouca aderência da maioria dos professores/as não negros/as em abordar o tema. Essa questão levou também a uma reflexão

³ A esse respeito, ver Souza (2021).

⁴ Segundo o MEC (Censo da Educação Superior, 2018), são 65.249 professores negros atuando em universidades brasileiras, número que representa 30,5% do total de docentes no Ensino Superior do Brasil, que é 214.224. A representatividade negra entre professores que atuam em pesquisa no âmbito de projetos e programas das universidades é ainda menor. 12.742 são negros, ou seja, apenas 14,3% do total de docentes em atividades em pesquisas acadêmicas (89.267 professores) (SALLIT, 2019).

sobre que tipo de produção acadêmica tem sido elaborada na área do Serviço Social sobre o racismo.

Assim, este trabalho busca tirar o racismo do silenciamento, tanto no âmbito social quanto no acadêmico, colocando-o no centro do processo de análise. Para isso, parte-se da existência de uma relação estreita entre a dominação econômica, política e cultural e a dominação epistemológica, levando à hierarquização dos saberes e à negação das diversidades no campo científico em geral, o que demonstra o caráter estrutural do racismo.

Percebe-se, da mesma forma, que existe uma lacuna no ensino das diversas áreas, que se reflete na prática dos diferentes profissionais, reafirmando um lugar social de inferioridade à população negra. Na área do Serviço Social, o tema do combate ao racismo está expresso nos documentos que orientam a profissão, principalmente no Código de Ética Profissional, em que três princípios sinalizam nesta direção:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 2012, p. 23-24).

Nessa esteira, diversos têm sido os esforços presentes na área do Serviço Social para levar adiante questões pertinentes e relevantes com relação ao combate ao racismo. O documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, produzido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, evidencia alguns desses momentos históricos:

destacam-se as ações desencadeadas pelas Entidades organizativas da categoria (CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS), a exemplo: a criação e o desenvolvimento do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” da ABEPSS; a campanha do CFESS “O Serviço Social: Mudando o rumo da história”, de 2003; o “39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS” que aprovou a defesa das políticas afirmativas e cotas raciais por parte do Serviço Social; a brochura do CFESS publicada em 2016: “Assistente Social no combate ao preconceito - Caderno 3 ‘Racismo’”; a elaboração e mobilização em torno do documento “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate” (2017); o lançamento da mais recente campanha de gestão do conjunto (2018-2021): “Assistentes Sociais no combate ao racismo” lançada pelo CFESS em 2018; as edições do “CFESS Manifesta”, em alusão ao 20 de novembro (ABEPSS, 2018, p. 17)

A última campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, lançada em 2018 pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), foi aprovada no fórum máximo deliberativo do conjunto CFESS-CRESS em 2017 e tem suas ações sistematizadas em uma página da web⁵. De acordo com o site, a campanha busca debater o racismo no exercício profissional de assistentes sociais, destacando que:

Na luta contra o racismo é importante enfatizar dados que demonstram a sua presença como um traço marcante da sociedade brasileira e dizer que isso reflete tendências mundiais de segregação e extermínio, atualizadas pela dinâmica da crise capitalista. Nas expressões do racismo que a campanha destaca, existe um fator comum que é alarmante: O Estado brasileiro é racista. Como? Deixando de financiar serviços essenciais à maioria da população, atingindo sistematicamente o direito à vida de negros e negras brasileiros/as (CFESS, 2018).

Ainda segundo o site da campanha, foram utilizadas como peças-chaves os cartazes de divulgação, elaborados com frases criativas sobre as expressões do racismo em debate, apresentando também imagens que circulam entre a violência e a resistência embutidas no racismo, refletindo expressões do racismo institucional. No livro produzido pela campanha, Josiane Soares Santos, presidente do CFESS Gestão 2017-2020, destaca que:

No levantamento que realizei, não encontrei nada substantivo que abordasse expressões do racismo institucional na política de assistência social. Penso que isso ocorre não pela inexistência de racismo institucional nessa política pública, mas porque talvez ainda careça de pesquisas a respeito. Certamente em face de suas diretrizes institucionais voltadas para atendimento à família, especialmente no nível básico, com a grande presença das mulheres negras nesses serviços, o racismo institucional deve se reproduzir (CFESS, 2020, p.79).

Após a finalização desta campanha⁶, caberá o monitoramento buscando captar se tais objetivos foram atingidos e se trarão avanços no sentido de uma maior incorporação do debate no seio da categoria profissional. No âmbito da ABEPSS, destaca-se a já mencionada produção dos “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2018). O documento “cumprir o objetivo de contribuir e direcionar o debate sobre a

⁵ A campanha teve como objetivos dialogar com toda a categoria de assistentes sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo; incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade para ações que já ocorrem; denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo; e valorizar a população e a cultura negra (CFESS, 2018).

⁶ Para seguir nessa direção e fortalecer o combate ao preconceito, o CFESS participou do lançamento da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, realizada por meio virtual no dia 17 de dezembro de 2020 (CFESS, 2020).

questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional das/os assistentes sociais” (2018, p. 10), e faz isso seguindo a trilha já sinalizada por documentos anteriores da categoria profissional, especialmente o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares, de 1996.

Na ABEPSS, pode-se vislumbrar a ampliação e sistematização das produções envolvendo o tema a partir da criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, em 2010. Assim, percebe-se que este é um tema em ascensão na área, embora encontre alguns entraves para se consolidar, conforme sinaliza o documento (2018, p. 11): “ainda temos uma tímida produção e ações políticas [...] no campo da luta antirracista no Serviço Social, que reverbera na formação profissional limitando o aprofundamento de uma análise da totalidade da realidade brasileira, ou seja, em que medida o racismo impacta o processo de formação e trabalho profissional”.

Neste sentido se apresenta a proposta de discussão da presente tese, que busca também contribuir para a consolidação dessa discussão na área do Serviço Social. De acordo com a ABEPSS (2018):

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade (ABEPSS, 2018, p. 19).

Pensando especificamente nos estudos realizados na área do Serviço Social que se relacionam com a Política de Assistência Social, destaca-se a produção de Ferreira (2016), que contribui para o adensamento dessa reflexão. Nos seus escritos, identificam-se alguns pontos de diálogo com a proposta aqui apresentada.

O primeiro tópico se relaciona com ação de discutir o espaço da população negra na Assistência Social, buscando evidenciar a relação entre subalternidade e protagonismo, sobretudo registrando historicamente as ações auto-organizadas por grupos negros (FERREIRA, 2016). Com base neste ponto, justifica-se a proposta deste estudo em buscar incorporar, enquanto sujeitos de pesquisa, a perspectiva dos movimentos sociais de combate ao racismo, especialmente das Organizações de Mulheres Negras.

O segundo ponto sublinha a importância de que os documentos norteadores das ações profissionais nos espaços da Assistência Social incorporem a perspectiva das relações étnico-raciais (FERREIRA, 2016). Com base nesse item, pensou-se em realizar a análise nos

documentos que instituem e organizam a PNAS, buscando perceber de que forma essa discussão é ou não apresentada.

Por fim, o terceiro ponto nos relembra de que já passou do tempo de superarmos o mito da “igualdade de todos” na Política de Assistência Social, em nome da adoção da ideia de equidade, buscando valorizar e respeitar as diferenças e estimular a desmistificação da democracia racial no Brasil (FERREIRA, 2016). Esse ponto, em especial, levou a uma reflexão sobre a relação existente entre universalidade e equidade na elaboração e implementação de políticas sociais e, especialmente, da Assistência Social no Brasil.

Da mesma forma, pode-se sinalizar que os estudos utilizando a análise crítica do discurso (ACD) na área do Serviço Social são pouquíssimos⁷, demarcando o ineditismo da proposta desta tese. De acordo com Dijk (2015):

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político [...]. [O]s analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social (DIJK, 2015, p. 113).

É importante compreender que a ACD “pode ser vista como uma reação contra os paradigmas formais dominantes (muitas vezes associativos e acríticos) dos anos 1960 e 1970” (DIJK, 2015, p. 114). Neste sentido, têm suas propostas interessadas de forma especial no estudo (crítico) de questões sociais, bem como da desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados a elas. Fazem isso buscando desvendar o papel do discurso, do uso linguístico e da comunicação.

Nesta perspectiva, percebe-se que os analistas críticos do discurso reforçam a tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência “não valorativa” ou “neutra”. Assim, na perspectiva deles, “é fundamental ter a consciência explícita do seu papel na sociedade” (DIJK, 2015, p. 114). Segundo esta compreensão, o discurso é utilizado enquanto ferramenta de dominação e reprodução do racismo, “especialmente nas sociedades contemporâneas da informação, o discurso reside no coração do racismo” (DIJK, 2015, p. 134).

Para Dijk (2015, p. 134) o racismo é entendido como “um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou racialmente, e sua conseqüente desigualdade”. Em sua

⁷ A revisão do estado da arte localizou somente uma produção que menciona a ACD relacionada ao tema racismo na área do Serviço Social desenvolvida nos últimos 10 anos: a tese de Flavia da Silva CLEMENTE (2019), intitulada “Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras”.

leitura, o racismo é um sistema, formado por subsistemas: um social e um cognitivo. O subsistema social é construído por práticas sociais de dominação no (micro) nível local, e por relações de abuso de poder por grupos, organizações e instituições dominantes em um (macro) nível de análise. Já no subsistema cognitivo “localizam-se as práticas racistas que possuem uma base mental, tais como as que formam modelos tendenciosos, preconceitos e ideologias racistas” (DIJK, 2015, p. 134).

Diante desses elementos, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como o racismo se expressa nos discursos e práticas que circulam nos âmbitos da PNAS e das redes afrodiaspóricas? A partir disso, a **tese da tese** é que o racismo se expressa de forma articulada nos discursos e nas práticas que circulam nestes âmbitos, sendo que as práticas de trabalhadores da PNAS seguem os discursos apresentados pelos documentos que a regulamentam. Em tais documentos foi possível identificar a presença de tensões entre a legitimação e o questionamento ao mito da democracia racial. Nos “espaços” de questionamento, prevalece a contestação à negação e ao silenciamento do racismo, materializando expressões de resistência. Essas expressões podem ser vistas como células ou fios das “redes afrodiaspóricas”, assim como as percebidas na produção teórica sobre o racismo na área do Serviço Social, onde são elaborados discursos de resistência, que se expressam através de práticas antirracistas.

As “redes afrodiaspóricas” são entendidas como espaços de resistência, re-existência e afirmação da negritude. Elas se conectam e partem de pressupostos afrocentrados para pensar e executar ações de intervenção social, acadêmica ou cultural, junto a grupos e comunidades em geral, considerando a agência do sujeito negro em tais propostas e na superação do racismo. Essas redes podem também ser compreendidas como espaços que tensionam a Política de Assistência Social para o desenvolvimento e/ou potencialização de práticas antirracistas. Assim, dependendo do tipo de conexão entre esses fios e a Política de Assistência Social, ora podem se distender, ora podem encurtar, ora podem formar nós. A “rede afrodiaspórica” que atua na AS tensiona essas estruturas racistas, e através de seus discursos e práticas de resistência, potencializam o afrouxamento desses nós.

Foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: 1) De que forma a PNAS aborda o racismo e o combate ao racismo? 2) Qual a percepção dos/as trabalhadores/as da AS com relação ao racismo neste âmbito? 3) Há algum tipo de reprodução discursiva do racismo no âmbito da AS? 4) Existe espaço para práticas antirracistas na AS? De que forma se apresentam tais espaços? 5) Como se dá a atuação das mulheres negras no combate ao racismo na área da

Assistência Social? 6) De que maneira se estabelece a discussão sobre o racismo na área do Serviço Social?

Agora, destacam-se os objetivos desta tese, que são os seguintes: o objetivo geral é refletir sobre o racismo e as práticas antirracistas na área do Serviço Social e no âmbito da Assistência Social. Já os objetivos específicos são: analisar o discurso público sobre o racismo no âmbito da AS; compreender o entendimento dos/as trabalhadores/as da Assistência Social com relação ao racismo e sua reprodução; analisar as iniciativas das mulheres negras no combate ao racismo na área da Assistência Social; analisar a produção teórica do Serviço Social com relação ao racismo e combate ao racismo e decolonialidade.

1.2 Notas sobre a produção de conhecimentos: refletindo sobre as escolhas discursivas e o poder das palavras

*Testando
Ellen Oléria*

*Alô, alô som...
Teste, 1, 2, 3...
Testando...
Eu não domino a esgrima
Mas minha palavra é afiada e contamina
Minha ginga, meu jeito
Minha voz que vem do gueto
Minha raça, minha cara
Tua cara à tapa, meu cabelo crespo
Não ponho na chapa, aguenta minha marra
Teu cartão não me paga
Minha ancestralidade no peito e eu não tô te vendendo,
Há quem batize minha postura pura malandragem
Mas minha superação foi com muita dificuldade
Não é contando por contar, não é por vaidade
Mas peito pra encarar a vida louca com coragem
Não é pra qualquer um, minha mãe é minha testemunha
O preço, o zelo, o descontentamento
Muita frustração, sem inspiração, sem passe e sem pão
Éh, mãe não se preocupa eu dou meus pulinhos, eu dou meu jeito
Eu sempre me virei e é claro eu precisei de ajuda
Conhece a carne fraca? eu sou do tipo carne dura
Tem gente boa no mundo isso eu já sei
Também vi o lado violento dos que não temem a lei
Tanto faz lei divina, tanto faz lei dos “homi”
Não importa por roupa chique ou dar seu sobrenome
A mulherada já sabe o cotidiano da rua
Anoiteceu sozinha cê não tá segura
Suor e choro a noite é fria
Pra esses lances ninguém nunca está preparado*

*Depois de um dia duro, meu corpo foi travado
Assalto a mão armada
Levaram um violão
O microfone emprestado
Eu chorei, eu chorei
A bandidagem não acompanhou a estereotípiã
Eram três garotos, tipo de uns 15 anos
Eu nunca vi na área esses garotos brancos
Duas meninas loiras com boné cor de rosa
Reescrevendo as linhas da conhecida história
Tudo mundo conhece essa história
Eu já falei sobre isso também, ela é mais ou menos assim:
Andando na rua de noite muita gente branca já fugiu de mim
A minha ameaça não carrega bala mas incomoda o meu vizinho
O imaginário dessa gente dita brasileira é torto
Gritam pela minha pele, qual será o meu fim?
Eu não compactuo com esse jogo sujo
Grito mais alto ainda e denuncio esse mundo imundo
A minha voz transcende a minha envergadura
Conhece a carne fraca? Eu sou do tipo carne dura
Basalto que emana dos meus poros
A minha consciência é pedra nesse instante
Basalto que emana dos meus poros
A minha consciência é pedra nesse instante*

A canção acima remete ao poder das palavras, que podem ser afiadas e podem contaminar. É possível também compreender, a partir de uma analogia, uma relação entre o trecho: “eu não domino a esgrima, mas minha palavra é afiada e contamina”, e a forma como essa tese se inscreve no universo de produção de conhecimentos. Ou seja: mesmo sem o devido domínio desse universo que circula a universidade e o mundo acadêmico em geral, esse estudo vê-se no lugar potencial de contaminá-lo.

Refletir sobre o universo que circunda a produção de conhecimentos científicos no âmbito universitário pressupõe que se possa fazer também uma análise crítica sobre as escolhas discursivas que circulam neste âmbito. Uma dessas críticas necessárias deve ser feita, por exemplo, aos “termos de esclarecimento” – o documento geralmente conhecido como “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”⁸, que é obrigatório aos/às pesquisadores/as que pretendem coletar dados junto a seres humanos no contexto da Resolução 466/12⁹, sendo um dos procedimentos metodológicos mais importantes neste contexto.

⁸ Nesta pesquisa utilizou-se, dentre os/as participantes do estudo, o documento intitulado “Processo de Consentimento” - PC.

⁹ Para a resolução 510/2016 que rege a pesquisa na área das Ciências Humanas e Sociais não é obrigatório o uso do TCLE.

As pesquisas realizadas com seres humanos são reguladas por diferentes normatizações, que geralmente ficam a cargo dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das Universidades. Ao planejar a realização de uma pesquisa que envolva contato com pessoas, os/as pesquisadores/as são obrigados a preenchê-lo, inclusive trabalhando junto aos participantes da pesquisa¹⁰ com tal documento, que deverá ser lido, compreendido e assinado.

Note que todo o processo em torno da realização de pesquisas (o ingresso e seleção nos diferentes programas de pós-graduação, a convivência no ambiente acadêmico, o relacionamento com os/as colegas pesquisadores/as, etc.) é cercado de significados, geralmente alheios àqueles que não participam deste universo. De acordo com Dijk (2015), o conhecimento é socialmente construído ou determinado pelos processos sociais, ou seja, todo discurso é circunstancial, pois tem um contexto interpretativo.

Então, a partir do entendimento do autor (DIJK, 2015), percebe-se que há o controle do discurso e dos modos de reprodução discursiva por parte dos grupos dominantes, que dominam a fala, a escrita, determinam o assunto e até mesmo decidem quem será o/a participante e o/a receptor/a. No ambiente acadêmico/universitário, esse grupo dominante é composto por aqueles/as que definem as “regras do jogo”, de modo que os termos que circulam neste ambiente são também representações das ideologias que circulam em tais grupos.

Dijk desenvolveu diversos estudos sobre o tema (2003; 2005; 2008; 2015) e, para o autor, o discurso é entendido como uma interação ou prática social, situado social, histórica, cultural e politicamente. Partindo dessa compreensão, o autor propõe que, para analisar um determinado discurso, deve-se observá-lo não só sob a perspectiva linguística, denominada estrutura discursiva, mas também por meio das relações que essas estruturas discursivas estabelecem com as estruturas sociais, tais como corporações, posições de poder, movimentos sociais etc. Nas palavras do autor, “O discurso não é analisado apenas como um objeto verbal autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação” (DIJK, 2015, p. 12).

Segundo o linguista, “A escrita e a fala desempenham um papel vital na reprodução do racismo contemporâneo” (DIJK, 2015, p. 133). Embora seus estudos concentrem-se especialmente em análises da mídia, considera-se viável utilizar estes pressupostos para a análise de outros tipos de discurso, sobretudo os discursos públicos. Com isso, busca-se alcançar uma maior amplitude analítica sobre o fenômeno do racismo, como propõe Dijk

¹⁰ Pela resolução 510 sugere-se não utilizar o termo sujeito, pois implica assujeitamento e recomenda-se o termo participante de pesquisa.

(2005), quando menciona que “para cada estudo é necessário efetuar uma análise teórica exaustiva de um assunto social, de forma a possibilitar a seleção das estruturas discursivas e sociais que serão analisadas e relacionadas” (DIJK, 2005, p. 38).

Nesse sentido, Dijk (2015) acredita que os discursos têm o papel crucial de fabricar consensos, estando também diretamente relacionados com o poder e a dominância, que regem as diferentes formas de acesso ao discurso e aos eventos comunicativos. Ou seja: a própria forma de acesso ao discurso é distribuída de forma desigual dentre os diferentes grupos sociais.

Seguindo em sua análise, o autor sustenta a relação estreita entre a reprodução do racismo e o discurso, seja através da escrita ou da fala: “O discurso pode ser uma forma de discriminação verbal. [...] A reprodução dos preconceitos étnicos que fundamentam tanto essas práticas verbais como outras práticas sociais ocorre em grande parte através da escrita, da fala e da comunicação” (DIJK, 2015, p. 134). Por isso, ressalta-se a importância de estudar o próprio processo de produção de conhecimentos para compreender a forma como o racismo é reproduzido discursivamente através destes meios.

À essa compreensão sobre o papel do discurso soma-se o entendimento do quanto essa linguagem de dominação própria do ambiente acadêmico possui conotações racistas e hierarquizantes, relacionando-se aos conceitos de colonialidade do saber¹¹ e de racismo epistêmico¹². Neste sentido, Lander (2005) sinaliza que um marco nos processos de separação que caracterizam a ciência moderna é a ruptura ontológica entre razão e emoção, corpo e mente. De acordo com o autor, somente sobre a base “de um conhecimento descorporizado e descontextualizado é concebível esse tipo muito particular de conhecimento que pretende se dizer subjetivado” (LANDER, 2005, p. 25). Essas são características do universalismo abstrato, foco das críticas do “universalismo concreto”, que evidencia a importância de elementos como as influências do corpo, políticas e geopolíticas (COSTA, 2018).

Ocorre que, ao se considerar universal, esse modelo eurocentrado/ocidental negou a capacidade/possibilidade de outros/as sujeitos para tal produção científica, apresentando-se durante muito tempo como “a única forma” válida de produção de conhecimentos. Nesse cenário, são necessários “novos arranjos epistemológicos” e Escobar (2004) menciona a importância do lugar de enunciação, ou lugar de fala¹³, para a elaboração desse novo

¹¹ A esse respeito ver: “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”, de Edgardo Lander (2005).

¹² A esse respeito ver: “Ciência e ancestralidade na Colômbia: Racismo epistêmico sob o disfarce de cientificismo” (LOANGO, 2020).

¹³ Sobre esse assunto, ver: Ribeiro (2017).

entendimento sobre o papel ocupado pela ciência na sociedade, que leva à compreensão de que o conhecimento deve voltar-se à mudança social. Para o autor:

Se o paradigma científico dominante havia oposto as ‘verdadeiras ciências’ tanto ao senso comum como às humanidades, no novo modelo seria atribuído a estes últimos um lugar proeminente. Uma vez abandonados, necessariamente, os critérios convencionais de racionalidade e objetividade e repostos em cena o sujeito, teria então lugar uma revalorização das humanidades e um apelo à pluralidade metodológica e uma defesa do senso comum como crucial para todo o conhecimento. Duas outras questões se seguiram a re-subjetivação das ciências: o caráter necessariamente situado de todo o conhecimento e, concomitantemente, o fato de o conhecimento ser libertado, por assim dizer, do coleto de forças da objetividade e da racionalidade e lhe permitir abordar a questão crucial de como viver vidas éticas num mundo crescentemente complexo e ambíguo (ESCOBAR, 2004, p. 640).

Analisando tal situação sob a perspectiva da população negra no Brasil, percebe-se que esse clamor por uma ideia de cientificidade ampliada se configura também como uma busca por um lugar de afirmação da humanidade como forma de resistência, mas também enquanto tentativa de ressignificação histórica, articulada pela população negra a partir de diferentes iniciativas.

Diversos autores sugerem que essa negação epistemológica, que também pode ser entendida como uma negação ao direito de alçar-se como sujeito produtor de conhecimentos, se transforma, em última análise, em uma negação do direito à própria existência. O poema de Luiz Gama (1954, p. 130), escritor negro que viveu no Brasil Pós-Abolição, descreve tal situação:

Desculpa, meu amigo,
Eu nada te posso dar;
Na terra que rege o branco
Nos privam té de pensar!

Ribeiro, ao refletir sobre tal aspecto, cita ideias já desenvolvidas por Lélia González, importante ativista e intelectual negra brasileira. De acordo com as autoras, o privilégio social é o que garante o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco: “A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências de conhecimento” (RIBEIRO, 2017, p. 24-25).

Desse modo, torna-se fundamental a reflexão de Maldonado-Torres (2007, p. 145), segundo a qual “a desqualificação epistêmica se converte em instrumento privilegiado da

negação ontológica”. Com isso, entende-se que o conhecimento científico, assim organizado e apresentado, configura-se enquanto instrumento de dominação e hierarquização social.

No sentido contrário, vem se desenvolvendo a perspectiva decolonial, que chama atenção para a necessidade de decolonização, em diversos âmbitos. Conforme Kilomba (2020, p. 7): “Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros”. Da mesma forma, cabe considerar que o ponto de vista daqueles/as que pertencem aos grupos sociais dominados – neste caso, a população negra no Brasil – é importante para a produção de conhecimentos que visem apresentar respostas e/ou soluções às questões pertinentes a estes grupos sociais.

Tais fatores relacionam-se de forma direta com o mito da democracia racial e com a ideologia do branqueamento, que marcam a sociedade brasileira desde o início do século XX, especialmente a partir do impulso oferecido pelas ideias propagadas por integrantes do pensamento social brasileiro deste período. De acordo com Moura (1994, p. 6): “No caso da América Latina, o racismo, como ideologia do colonialismo, penetrou fundo no pensamento da elite intelectual colonizada. Todo o arsenal ‘científico’ que vinha da Europa sobre a questão racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse a ‘última palavra da ciência’, mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles”.

Estes intelectuais tiveram, portanto, papel preponderante para a definição e publicização de tais conceitos:

O mito da democracia racial ganhou sua elaboração acadêmica e alcançou o seu clímax por meio de Gilberto Freyre em seu *Casa Grande & Senzala* (1933), uma obra que viria a moldar a imagem do Brasil. Embora Freyre destaque o caráter sadomasoquista da cultura brasileira, o sadismo da casa-grande personificado no senhor de engenho e o masoquismo da senzala materializado na figura do escravo (BERNARDINO-COSTA, 2002, p. 251).

Assim como o mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento inicialmente se apresentou enquanto parte do imaginário social da população, passando depois a concretizar-se enquanto projeto de nação, posto em prática através de diversas ações de cunho político que ofereceram a imigrantes de outros países benefícios nunca oferecidos à população vinda da África e à população negra no Brasil. De acordo com Bernardino-Costa (2002):

Ao lado do mito da democracia racial, arquitetou-se no Brasil o ideal do branqueamento como uma política nacional de promoção da imigração européia que visava suprir a escassez de mão-de-obra resultante da Abolição e modernizar o país através da atração de mão-de-obra européia [...] A tese do branqueamento, compartilhada pela

elite brasileira, era reforçada, de um lado, por uma evidente diminuição da população brasileira negra em relação à população branca devido, entre outros fatores, a uma taxa de natalidade e expectativa de vida mais baixas e, por outro lado, devido ao fato de a miscigenação produzir uma população gradualmente mais branca (BERNARDINO-COSTA, 2002, p. 253).

A incorporação de tais ideologias na realidade social brasileira leva ao silenciamento sobre o racismo, fazendo com que “não falar” sobre o tema seja o mais comum ou até o “politicamente correto”. Esse fenômeno é denominado por Dijk (2015) como negação do racismo.

Em muitos ambientes, o racismo é considerado um tema interdito. Discutir sobre o assunto e pautar a discussão nos diferentes espaços sociais torna-se tarefa daqueles/as que querem “causar incômodo”: A reflexão de Bernardino (2002) vai no mesmo sentido: “o mito da democracia racial e o ideal de embranquecimento deram origem a uma realidade social em que a discussão sobre a situação da população negra foi identificada como indesejável e, até mesmo, perigosa” (BERNARDINO-COSTA, 2002, p. 256).

Tais questões demonstram a importância do conceito de ideologia, que é central nos estudos da ACD. A esse respeito Acosta (2019, p. 156) aponta que: “Focalizando o conceito de ideologia, chave para os estudos discursivos, é necessário diferenciar ideologia de conjunto de ideias (CHAUÍ, 2004). A ideologia não é, pois, qualquer tipo de ideário, mas um especificamente formulado para instaurar, reiterar e sustentar as ordens hegemônicas, que exploram e dominam outros grupos sociais”.

Para Dijk (2015), da mesma forma, a ideia de ideologia gira em torno de qual é o interesse para (re)construção da realidade. Logo, o discurso e a comunicação desempenham um papel fundamental na (trans)formação da ideologia – o que se pode perceber neste caso, em que as elites acadêmicas e intelectuais agem deliberadamente na disseminação do mito da democracia racial.

Assim, as possibilidades de reprodução do racismo no ambiente social se relacionam diretamente com a formação e disseminação que ocorre no campo das ideologias. Tais ideologias podem ser vislumbradas como responsáveis pela reprodução discursiva do racismo, especialmente através da comunicação. Dijk (2015) declara que:

O discurso também desempenha um papel fundamental para essa dimensão cognitiva do racismo. As ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e apreendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala. E vice-versa: essas representações mentais do racismo são tipicamente

expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante. Esse é essencialmente o modo como o racismo é ‘aprendido’ na sociedade (DIJK, 2015, p. 135).

Para Dijk (2015) as ideologias têm manifestações que variam de acordo com o contexto. Antes que as ideologias básicas “se expressem” nas práticas sociais, muitos outros fatores sociais, sociocognitivos e pessoais podem intervir para influenciar essa expressão. O autor (2015) defende que não há uma ideologia pessoal, assim como também não há uma linguagem “privada”.

Nesse sentido, todos têm ideologias, não apenas os grupos dominantes. Os grupos dominados também possuem ideologias que controlam sua autoidentificação, seus objetivos e suas ações e, neste sentido, as ideologias são sociocognitivas. Então cabe questionar: de que forma se manifestam as ideologias dos diferentes grupos envolvidos nesta discussão?

Em uma consulta ao dicionário de latim¹⁴, na busca pela etimologia da palavra “esclarecer”, observa-se que ela pode significar: “*ad cuius evidentiam*”, que corresponderia, em uma tradução livre, a “para o evidenciar”. A transformação do termo “evidenciar” em “clarear” ou “esclarecer” relaciona-se com a propagação do racismo e, sobretudo, da ideologia do branqueamento, que impera na sociedade brasileira.

Nessa conjuntura, percebe-se que a adoção deste termo pelos documentos oficiais dos Comitês de Ética faz com que os ambientes acadêmicos reproduzam tal ideologia. A concepção de “deixar claro” carrega consigo a ideia de um necessário afastamento daquilo que é escuro, impreciso, pouco evidente.

Vive-se em tempos de revisão histórica. E isso exige de todos/as uma revisão com relação às escolhas vocabulares e textuais, fazendo com que palavras e situações antes utilizadas de forma inofensivas precisem agora ser revistas, pois há uma nova história a escrever.

Sabe-se que os discursos científico e acadêmico são influenciados pela estrutura social, na qual o racismo é um dos principais pilares de sustentação. Além disso, tais discursos são produzidos na interação social, onde vê-se que “a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo” (RIBEIRO, 2017, p. 26).

Há um certo modo de “aprender” o racismo, que deriva de uma certa forma de “ensinar” o racismo, sendo tais formas disseminadas nos diferentes contextos sociais, desde a convivência cotidiana da população em geral, até os meios científicos mais qualificados. Isso faz com que

¹⁴ Disponível em: <https://www.dicionariodelatim.com.br/>. Consulta em 13 jul. 2021.

todos/as devam ocupar-se de tentar decifrar qual o papel e a relação do discurso acadêmico, diante da forma como se configura a estrutura social racista.

Nesse ínterim, estará presente ao longo de todo este trabalho o questionamento ao modelo universal de ciência e de produção do conhecimento, e isso será expresso, por exemplo, através das bibliografias e autores referenciados. Buscar-se-á distanciamento dos autores ditos “clássicos” e/ou das abordagens convencionais sobre os temas em destaque, exatamente para “deixar florescer” outras perspectivas analíticas. No mesmo sentido, serão privilegiados textos publicados em português e espanhol e excluídos aqueles publicados em inglês, buscando demarcar um lugar e uma linguagem de produção de conhecimentos.

Corroborando com isso, alguns dos capítulos e seções desta tese iniciam com poemas e/ou músicas, reflexões de artistas negros sobre o cenário do racismo no Brasil, em diferentes tempos históricos. Essas produções são entendidas como um tipo de discurso público sobre o racismo, e suas inserções nos capítulos apresentam conexões analíticas com os conteúdos ali desenvolvidos.

Refletindo a esse respeito, Miranda (2017) elabora o conceito de “escavação”, em um processo de busca deliberada por contribuições de autores e autoras negras, “clandestinizados/as” pelo processo colonial: “La tesis es que la situación de clandestinización de la Diáspora Africana exige arqueologías colectivas y urgentes, ancladas en rutas hechas en la contramano del proceso colonial. En términos concretos, se trata de una propuesta metodológica en donde lo más urgente es conocer y poner fuerza en las voces clandestinizadas para generar acciones anti-coloniales” (MIRANDA, 2017, p. 176).

Nesse sentido, também se desenvolve a ideia de epistemicídio acadêmico, desenvolvido por Carneiro (2005):

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desclassificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Frente a tais fatores, cabe sinalizar a importância de constituir espaços de resistência acadêmica/epistemológica, no mesmo sentido argumenta Santos (2019):

proponho uma intertextualidade de resistência, na qual o conhecimento e a produção de textos estejam atreladas à busca de nomes negros ‘borrados’ ou aparentemente apagados pela lógica da elite do embuste, e conectá-los em rede crítica aos mais variados contextos culturais e políticos do Brasil e da Afro América, como um todo - em um processo deliberado de busca, utilização e referência de pensadores e pensadores, bem como de figuras de luta e resistência do povo negro (SANTOS, 2019, p. 140).

Esse esforço teórico estará presente ao longo de todo este trabalho.

1.3 Metodologia: Análise Crítica do Discurso e Giro Decolonial, convergências possíveis

A proposta desta seção é apresentar alguns elementos sobre a abordagem metodológica desta pesquisa. Cabe iniciar pontuando que realizar uma pesquisa que busca seguir a perspectiva decolonial propõe um abandono/desengajamento com relação às propostas relacionadas às diferentes formas de colonialidade¹⁵, constituindo-se enquanto um desafio.

Este é um tema em emergência nas Ciências Sociais e a busca por uma metodologia decolonial têm sido, para diversos/as autores/as (CURIEL, 2020; MESSEDER, 2020; dentre outros), alvo de sucessivas reflexões. Essa “nova” metodologia deve conduzir ao questionamento dos conhecimentos produzidos a partir dela, ou seja, deve-se manter viva e acesa a pergunta: como e de que forma são produzidos os conhecimentos científicos? De acordo com Curiel (2020):

Fazer uma antropologia da dominação significa fazer uma etnografia do Norte e do Norte que existe no Sul; fazer etnografias das práticas acadêmicas, metodológicas e pedagógicas que carregam a ideia de desenvolvimento, de suma solidariedade transnacional baseada em privilégios, significa fazer uma etnografia das lógicas de cooperação internacional, da intervenção social, dos próprios lugares de produção do conhecimento, das teorias que usamos e legitimamos, e dos propósitos pelos quais os fizemos. Em outras palavras, é necessária uma etnografia dos sujeitos e das práticas sociais, considerando-se os lugares e as posições da produção dos privilégios (CURIEL, 2020, p. 135).

Nesse contexto, cabe a reflexão: o quão somos/estamos colonizados/as em nossas reflexões e fazeres acadêmicos? A resposta para essa questão será perseguida na presente pesquisa, especialmente considerando que a proposta decolonial, sobretudo no âmbito do Serviço Social, ainda é uma proposta em constru(ção)¹⁶. Apresenta-se o termo, desta forma, denotando a ação social que perpassa o processo de construção coletiva, sobretudo de propostas

¹⁵ Destacam-se as colonialidades do poder, do saber e do ser. A esse respeito, ver Quijano (2005).

¹⁶ Há uma produção que problematiza o giro decolonial em sua relação com o Serviço Social (FONSECA, 2018).

inovadoras tanto teórica quanto socialmente, que têm nas mulheres negras autoras em potencial, como refletirá a discussão apresentada no item 3.3.

Curiel (2020), ao refletir sobre a metodologia decolonial, chama atenção para a importância da incorporação, reconhecimento e legitimação de “outros” saberes subalternizados:

Esse aspecto começa com o reconhecimento dos pontos de vista produzidos a partir das experiências vividas e que contribuem com a proposição de mundos mais justos e humanos, fora da matriz liberal/colonial. [...] Trata-se de identificar conceitos, categorias, teorias, que emergem das experiências subalternizadas, que geralmente são produzidos coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis (CURIEL, 2020, p. 134).

Nesse mesmo sentido se apresenta a reflexão de Chimamanda Ngozi Adiche, em “O Perigo de uma História Única”. A autora se auto define como uma contadora de histórias e esse texto refere-se a sua primeira palestra proferida no TED Talk, em 2009¹⁷. No discurso, a autora dialoga sobre como se constrói uma história única e sobre os perigos que aí residem:

[...] é assim que se cria uma história única: mostra um povo como uma coisa, uma só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. É impossível falar de uma história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder do mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer ‘ser maior do que outro’. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. [...] Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente [...]. A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com uma história se torne a única história [...]. As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHE, 2019, p. 22-23).

O texto de Chimamanda destaca-se na medida em que chama atenção para a importância de se considerar as diferentes histórias, ou os diferentes pontos de vista. Quanto mais diversas

¹⁷ Onze anos depois, esse é um dos vídeos mais acessados da plataforma, com mais de 18 mil visualizações.

forem as narrativas ouvidas, maior será nossa possibilidade de compreender os fenômenos ao redor. Assim, incluir o ponto de vista e ouvir as mulheres negras neste estudo torna-se importantíssimo. A ideia é considerar que, para a produção do conhecimento, a experiência social de grupos subalternizados é fundamental, visto que foi abertamente desconsiderada e silenciada.

Discutir o método utilizado nesta pesquisa, bem como os demais elementos que compõem o percurso metodológico, faz parte do conjunto de desafios que circulam essa produção teórica, sobretudo considerando a adoção da perspectiva/giro decolonial. Trata-se, portanto, de questionar o próprio lugar e a viabilidade do método nessa proposta de estudo.

Esse questionamento é elaborado seguindo os caminhos propostos por Maldonado-Torres (2018), ao elaborar as dez teses sobre a decolonialidade. Na tese número 6 (A decolonialidade está enraizada em um giro decolonial ou em um afastar-se da modernidade/colonialidade), o autor questiona a importância dos métodos, em contraposição às atitudes do/a pesquisador/a: “A mais básica expressão do giro decolonial está no nível da atitude, levando à formação de uma atitude decolonial” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 44).

Esse questionamento está presente desde que Fanon publicou, em 1952, “Pele Negra, Máscaras Brancas”. No livro, Fanon afirma: “Deixamos os métodos aos botânicos e aos matemáticos. Chega um ponto em que os métodos sofrem reabsorção” (FANON, 2020, p. 26). No mesmo sentido segue Maldonado-Torres (2018): “Fanon pode ‘deixar os métodos aos botânicos e matemáticos’, mas ele não pode igualmente deixar a atitude para trás; a atenção aos sujeitos negros como não patológicos requer uma ruptura com a atitude moderno/colonial que é predominante nas ciências europeias e em outros lugares” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 45).

A partir desse trecho, evidencia-se a atitude decolonial como fundamental e como o elemento chave, que não pode ser deixado para trás. Esse processo conduz ao rompimento com as lógicas moderno/coloniais, onde os métodos prevalecem. Na lógica decolonial, ao contrário, a preferência deve ser: “Entender o drama doloroso na busca pela atitude certa” e isso “toma o lugar da obsessão por métodos” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 45).

No mesmo sentido está a proposição de BIKO¹⁸ (2002 apud MALDONADO-TORRES, 2018), que também entendeu o caráter fundamental da atitude, ao definir Consciência Negra

¹⁸ Embora seja difícil o acesso à obra de Steve Biko, considera-se fundamental mencionar aqui sua contribuição, mesmo que através de uma fonte indireta.

como “uma atitude da mente e um caminho da vida”. De acordo com Maldonado-Torres (2018, p. 45): “Enquanto método define a relação entre o sujeito e o objeto, atitude refere-se à orientação do sujeito em relação ao saber, ao poder e ao ser. Portanto, uma mudança na atitude é crucial para o engajamento crítico contra a colonialidade do poder, saber e ser e para colocar a decolonialidade como um projeto”.

Assim, circulando entre esses saberes e buscando estabelecer a atitude decolonial como o principal fio condutor desta proposta de estudo, cabe pontuar que esta tese segue a perspectiva crítica latino-americana, uma das origens do giro decolonial – essa discussão será apresentada no capítulo 2. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que, para Minayo (1998), contempla a realidade a partir dos seus significados, valores e crenças, expressando a realidade dinâmica entre o mundo real e a subjetividade dos/as sujeitos/as. Além disso, cabe mencionar que esta é também uma pesquisa de tipo exploratória, descritiva, bibliográfica e documental.

Além disso, a presente análise segue os pressupostos de van Dijk (2015). O autor define um tripé teórico/analítico, através do qual estabelece Dijk a relação entre discurso, cognição e sociedade. Nesse ínterim, a ACD preocupa-se com a relação entre as estruturas sociais (ES), as estruturas discursivas (ED) e o contexto sociocognitivo (CS) ou ponte cognitiva (PC).

Partindo dessa compreensão, para analisar um determinado discurso, portanto, deve-se analisá-lo não só sob a perspectiva linguística (ED), mas também deve-se analisar as relações que essas estruturas discursivas estabelecem com as estruturas sociais (ES), tais como corporações, posições de poder, movimentos sociais, etc. Isso se dá relacionando “propriedades típicas do micro nível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos do macro nível da sociedade, como grupos, organizações ou outras coletividades e suas relações de dominação” (DIJK, 2015, p. 9-10).

Assim, busca-se captar os níveis micro e macro de análise, nos quais o uso da linguagem, do discurso, da interação verbal e da comunicação pertencem ao nível micro da ordem social, enquanto a questão do poder, da dominância e desigualdade entre grupos sociais pertence ao nível macro da análise (DIJK, 2005). Assim, para realizar uma ACD, deve-se buscar compreender ambos os níveis dos discursos, em relação.

1.3.1 Caminhos metodológicos percorridos

As atividades de pesquisa em campo iniciaram em 2019-2, a partir do envio e aprovação deste projeto ao Comitê de Ética da Universidade¹⁹. Foi elaborado um questionário on-line, encaminhado por *email* para as coordenações dos diferentes níveis de Proteção Social da FASC e, posteriormente, para os *emails* das coordenações/pessoas de referência das equipes nos equipamentos. Esta etapa ocorreu em 2020-2 e foram coletadas informações junto a 42 servidores que atuam na FASC, em Porto Alegre, inseridos nos três níveis de Proteção Social. Depois, em 2021-1, foram selecionadas profissionais com atuação em movimentos de combate ao racismo e lideranças negras que atuam na AS para participar de uma entrevista semiestruturada, sendo que três profissionais e duas lideranças fizeram parte desta etapa.

Assim, a pesquisa foi realizada através da interação entre diferentes instrumentos para coleta, buscando realizar uma triangulação de informações: entrevista estruturada através de questionário on-line junto a trabalhadores da FASC (anexo C); entrevistas semiestruturadas com profissionais da Assistência Social (anexo A); entrevistas semiestruturadas com lideranças Organizações de Mulheres Negras (anexo B); análise bibliográfica na produção da área do Serviço Social; análise documental nas legislações voltadas à Assistência Social instituída pelo Estado – PNAS (2004), Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), e Orientações Técnicas dos serviços que compõem as redes de Proteção Social Básica (PAIF, 2012 e PAIF/SCFV, 2016) e Especial de Média Complexidade (2009); além de pesquisa bibliográfica.

Cabe destacar a importância de considerar, como fonte privilegiada de informação para este estudo, as ações auto-organizadas pelos grupos negros em geral, e pelos grupos de mulheres negras em particular, visto que esses grupos, de forma histórica e pioneira, foram protagonistas de ações voltadas à proteção social. A valorização de sua contribuição neste âmbito sinaliza, no mesmo sentido apontado por Miranda (2017), a necessidade de ampliação das arenas discursivas, em um processo que confira visibilidade às formas históricas de resistência e luta:

La producción del conocimiento por parte de actores sociales – involucrados con reinscripciones históricas–, conduce a la exigencia de ampliación de las arenas discursivas, tornándolas más plurales y, a partir de allí, aportando conformaciones narrativas abiertas que desafían la colonialidad. También se le debe dar espacio a las formas de resistencia que se encuentran en la experiencia de la lucha por el acceso y por la búsqueda de saberes subterráneos. Es ineludible la emergencia del debate acerca de las estrategias de desestabilización de la hegemonía científica (MIRANDA, 2017, p. 178).

¹⁹ Aprovado sob o número CAAE 16882919.8.0000.5336/ Número do Parecer: 3.594.560.

Os critérios de inclusão utilizados com profissionais da Assistência Social foram: pessoas com idade entre 20 e 60 anos e profissionais que atuam diretamente na implementação e execução da PNAS. Os critérios de inclusão de mulheres negras foram: lideranças das Organizações de combate ao racismo, trabalhadoras do SUAS, ativistas sociais e/ou militantes antirracistas de Porto Alegre, com idade a partir de 20 anos. Os critérios de exclusão em ambos os casos foram: profissionais e gestores/as afastados do trabalho, por qualquer natureza, no período da coleta; participantes que não concordarem em assinar o Processo de Consentimento – PC (anexo D).

Além das informações coletadas junto aos participantes da pesquisa, este estudo também utilizou a análise documental e bibliográfica. As pesquisas realizadas através de análise documental podem ser utilizadas para a investigação de diversos objetos, podendo também variar quanto ao tipo de material analisado, denotando sentidos diferentes de acordo com as fontes utilizadas. Foram analisados os documentos que regulamentam a PNAS.

Pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são unicamente provenientes de documentos, tendo como objetivo extrair informações neles contidas, buscando compreender um fenômeno. Mas o que perguntar a tais documentos? O que poderão eles revelar? Conforme May (2004, p. 207): “os tipos de perguntas que fazemos à história e como a nossa existência contemporânea informa esse processo tem implicação sobre o que descobrimos e, mais importante, sobre o que é ignorado”.

Uma das características da pesquisa ou análise documental é que ela deve utilizar-se “de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45). Este é o caso das legislações que regulamentam a Assistência Social no Brasil, sobretudo quando analisados sob a perspectiva do tema “racismo”. Tais análises oferecerão novas interpretações e novos olhares para as produções teóricas da área do Serviço Social e para as legislações em torno da Assistência Social brasileira, já que ainda não foram dessa forma analisadas.

Já a pesquisa bibliográfica voltou-se à análise da produção teórica do Serviço Social sobre o racismo e antirracismo. Essa etapa da pesquisa tem natureza quantitativa e qualitativa (GODOY, 1995), além de nível descritivo (GIL, 2011)²⁰. A finalidade desta etapa da pesquisa

²⁰ Foram seguidas as seguintes etapas: 1) delineamento da pesquisa, com a definição dos descritores (racismo, antirracismo), definição do período (2011 a 2020) e definição das fontes escolhidas (teses, dissertações, artigos publicados em periódicos); 2) seleção do material, com a definição do(s) filtro(s) - para as teses e dissertações foram utilizados os seguintes: grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, áreas do conhecimento: Serviço Social Aplicado, Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social; 3) organização do material, para a qual utilizaram-se anotações pessoais organizadas através de formulários manuais e eletrônicos; 4) análise do material que compôs a amostra.

é apresentar uma revisão do “estado da arte” ou “estado do conhecimento” (FERRERIRA, 2002 e ROSSETTO et al., 2013). Para Rossetto (et al. 2013, p. 1), tais pesquisas “permitem sistematizar um determinado campo do conhecimento, mapear e reconhecer as produções, identificando temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa, num recorte temporal definido”.

Ao contrário do que ocorre na maioria dos estudos deste tipo, as produções aqui analisadas não serão identificadas através de códigos e essa é uma escolha intencional. Exatamente buscando quebrar as barreiras impostas aos conhecimentos produzidos sobre o racismo, e sobre os conhecimentos produzidos de e para as mulheres negras, as produções que fazem da amostra desta etapa da pesquisa serão identificadas através dos nomes das/os autoras/es, corroborando para conferir visibilidade e reconhecimento às suas produções.

Buscar-se-á captar se os discursos identificados nas análises bibliográfica e documental reproduzem o abuso de poder exercido pelas elites simbólicas (reprodutoras do discurso racista dominante). Interessa-nos investigar se “as elites simbólicas, que têm acesso privilegiado aos discursos públicos, também controlam a reprodução discursiva da dominação na sociedade” (DIJK, 2015, p. 8).

A ênfase adotada será a análise gramatical semântica (relacionada ao sentido das palavras/expressões). Realiza-se a contextualização dos discursos (identificando a conjuntura sócio-histórica onde se desenvolvem os fenômenos analisados); a análise textual (identificando a macroestrutura e a microestrutura semântica); e a análise pós-textual (contrapondo os dados dos discursos com a realidade, articulando análises teóricas, pontuando elementos divergentes e convergentes entre os discursos analisados).

No próximo item serão realizadas algumas reflexões sobre a perspectiva da pesquisa engajada.

1.3.2 Notas sobre a pesquisa engajada: escrituras e aprendizagens negras

*De mãe
Conceição Evaristo*

*O cuidado de minha poesia
Aprendi foi de mãe
mulher de pôr reparo nas coisas
e de assuntar a vida.
A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe*

*mulher prenhe de dizeres
fecundados na boca do mundo.
Foi de mãe todo o meu tesouro
veio dela todo o meu ganho
mulher sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.
Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder alegria inteira
e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço
cada dedo olha a estrada.
Foi mãe que me descegou
para os cantos milagreiros da vida
apontando-me o fogo disfarçado em cinzas
e a agulha do tempo movendo no palheiro.
Foi mãe que me fez sentir
as flores amassadas debaixo das pedras
os corpos vazios rente às calçadas
e me ensinou,
insisto, foi ela
a fazer da palavra
artifício
arte e ofício
do meu canto
de minha fala*

O poema “De mãe” aqui está ressignificado. Vejo a mãe em todas as mulheres que me ensinaram, me educaram e me criaram, me fortaleceram, me passaram um pedacinho de seus sonhos e desejos. Mães que, como tais, não se restringem, não tem molduras, porque ela, a mãe, é múltipla, poderosa, assume várias formas e por isso também pode tomar a forma de homem, de criança, de ser coletivo.

Então mães, para mim, são a Dona Ademira, o Seu Boaventura, e antes deles já haviam sido minhas avós e depois deles foram também minhas irmãs e irmão, meu companheiro, meus filhos, em vivências atravessadas pelas aprendizagens com “Marias”, mães, mulheres que despertaram em mim a pessoa, profissional, pesquisadora que me tornei. Mãe Oiyá, mãe Yemonjá! A todas essas mães agradeço pelas aprendizagens da vida: negras e contínuas, terrenas e divinas, ancestrais e futuras, afro-semeaduras.

Mas como reunir essas vivências em uma pesquisa? Qual lugar deve ocupar os valores da pesquisadora nesse processo? Indo ao encontro de tais questionamentos, Nascimento (2003, p. 19) entende que “a pesquisa se forma a partir da experiência vivida”, de modo que minhas vivências profissionais, acadêmicas e de militância delineiam o interesse em discutir o tema aqui em destaque.

Nesse sentido, May (2004) sinaliza que os valores do pesquisador sempre estarão presentes, desde a formulação do problema até a análise dos dados. Dessa forma, defende que talvez seja preferível, ao invés de buscar desligá-los, “entender o seu lugar e as suas experiências na pesquisa social como uma parte central do processo e do produto” (MAY, 2004, p. 74), mantendo assim o/a pesquisador/a no centro do processo.

Esse reposicionamento do pesquisador, que passa a ocupar o centro do processo de pesquisa, relaciona-se com o que alguns autores denominam de “novo” modelo para produção de conhecimentos, construído na ação e elaborado por novos atores sociais, privilegiadamente vinculados aos movimentos sociais. Esse “novo” conhecimento, portanto, se constrói a partir de uma identidade e de uma história. Em conjunto com isso, Santos (2019) aponta para a relevância de um novo “arranjo epistemológico”, que considere as contribuições afrolatinas:

Em uma realidade impregnada de colonialidade, patriarcado e capitalismo, em um conjunto de práticas em que discursos e saberes, originados da riqueza que criou a enorme disparidade social, cooperam para manutenção de arranjos sociais perversos urge que a ciência situada (HARAWAY, 1995), latino-americana, seja efetivamente criativa e propositiva para promover mudanças na sociedade. Isso implica que se busque um novo arranjo epistemológico a partir de contribuições afrolatinas, compreendendo que sobrepujar nossa falta de humanidade possa ser um movimento de superação da violência pela solidariedade (SANTOS, 2019, p. 122).

Para esse novo “arranjo epistemológico” (SANTOS, 2019), é fundamental a incorporação e discussão sobre o lugar de fala, considerando sua relevância e legitimidade no processo científico. Ribeiro (2017) ressalta que pensar sobre lugar de fala envolve pensar as condições sociais do grupo de que se faz parte, da mesma forma que envolve pensar na maneira com que as experiências derivadas da participação neste grupo são partilhadas por essa pessoa com o grupo social.

A autora aponta também que não se pode reduzir o ponto de vista às experiências individuais, e que o mais interessante seria refletir sobre o lugar social, visto que pertencer ao grupo negro na sociedade brasileira, por exemplo, coloca o/a sujeito/a em um certo lugar social, diferenciado e não partilhado pelos que não possuem essa particularidade. Nesse contexto, pensar em uma pesquisa engajada pressupõe pensar em como traduzir trajetórias que se assemelham às minhas e transportá-las para estas páginas: pressupõe pensar em participar de maneira colaborativa com os grupos envolvidos neste estudo, comprometendo-se com seus interesses.

Indo neste sentido e trazendo à discussão a ideia de “escrita encarnada” associada à perspectiva decolonial, Messenger (2020) ressalta algumas de suas aprendizagens e utopias no

mundo acadêmico e apresenta, como caminhos para a construção de um “conhecimento científico blasfêmico e decolonial” os seguintes passos: “1) a corporeidade do ‘nativo’ e da pesquisadora cujas marcas de gênero, raça, classe, colonialidade e desejo sexual são consideradas; 2) o saber das sujeitas/sujeitos que não pode ser reduzido às representações e práticas; 3) as trocas com os saberes localizados; e 4) geopolíticas e descolonização do conhecimento” (MESSENDER, 2020, p. 156).

Nesse contexto, alguns momentos de minha história de vida são fundantes da proposta de discussão que por ora se apresenta: ou seja, é nos caminhos das vivências e aprendizagens enquanto negra, mulher, militante, acadêmica e assistente social que se gesta mais uma semente, espalhada pela afro-semeadura. O termo afro-semeadura faz referência à citação de Luiz Silva Cuti (2012, s.p.), que se refere aos: “termos apresentados pelo escritor colombiano Manuel Zapata, no 1º Congresso de Culturas Negras das Américas, realizado em São Paulo, no ano de 1985. Zapata argumentava que seria uma expressão mais adequada para o caso dos africanos arrancados do Continente”.

A reflexão a respeito da afro-semeadura parte do entendimento de semear no sentido de lançar sementes à terra. Esse conceito nos permite vislumbrar a África como um grande berço a partir do qual se espalharam as sementes, ou pessoas, que deram e darão diferentes frutos – esses frutos podem ser assemelhados às diversas formas de re-existência e reinvenção social da população negra ao redor do mundo.

Assim, destacam-se algumas questões que fundamentam e demarcam o interesse na temática aqui apresentada: as histórias vividas em uma escola particular durante a infância dividiam meu mundo em dois, marcado que era, do outro lado, pelas experiências comunitárias nas Escolas de Samba que eu frequentava com minha mãe e nas Casas de Religião que eu frequentava com minha avó: afro-semeaduras.

Ali desenhavam-se as linhas destas escrevivências, pois esta diferença no convívio social com a família e as amigas na Vila São José e o ambiente de uma escola particular, em Porto Alegre, despertaram o olhar para o contraste que havia entre esses “dois mundos”. Em um, os olhares “tortos” para minhas tranças e, no outro, “Gritaria na feira (vamos chegando!), pode crer! Eu gosto disso, mais calor humano. Na periferia a alegria é igual, é quase meio dia a euforia é geral. É lá que moram meus irmãos, meus amigos, e a maioria por aqui se parece comigo” (RACIONAIS MC’S, 1993).

Esse contraste não diminuiu a marca deixada pelo convívio com expressões culturais negras, a dança e a música, especialmente o Samba e o Rap, que impulsionam, especialmente

a partir do ingresso no curso de graduação em Serviço Social e na militância no MESS e no Movimento Negro, o despertar como mulher negra, em um contexto no qual a pouca presença de estudantes negros chamou atenção para os impactos do racismo no acesso ao nível superior²¹.

No campo da atuação profissional, a passagem por diferentes organizações do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras da cidade de Porto Alegre possibilitou a conjugação da prática como Assistente Social com a militância política, especialmente na realização do estágio curricular do curso de graduação em Serviço Social, no período de 2002 a 2004²². Esse estágio deu origem ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Raça/Etnia e Gênero: o Serviço Social lançando um olhar racializado às expressões da Questão Social” (SILVA, 2004), no qual foi explorada a dimensão política da prática profissional do Assistente Social, bem como o desenvolvimento de uma identidade negra positiva junto a adolescentes negras moradoras de uma comunidade popular dessa cidade.

Essa discussão teve continuidade com o processo de aprimoramento acadêmico, quando da realização do curso de Mestrado em Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no período de 2007 a 2009. Naquela ocasião, a discussão centrou-se no papel das religiões de matrizes africanas no processo de construção da identidade de mulheres negras vivenciadoras do Batuque, em Porto Alegre (SILVA, 2009).

Posteriormente, na prática da docência, inúmeras foram as proposições nos campos do ensino, pesquisa e extensão²³, com diversos eventos, falas e rodas de conversa organizados com o propósito de proporcionar espaços de diálogo e reflexão sobre possíveis formas de combate ao racismo, aliadas à intervenção profissional do Assistente Social. Nessa trajetória, assim como na de outras mulheres negras, está presente a ideia de escrevivência, conceito formulado por Conceição Evaristo, que relaciona-se à “escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (Oliveira, 2009).

A ideia de escrevivência possui três elementos formadores essenciais: o corpo, que carrega na pele a experiência do existir negro; a condição, que sinaliza um processo fraterno de enunciação; e a experiência, enquanto recurso estético e construção retórica (OLIVEIRA, 2009). A união desses três elementos – corpo, condição e experiência – aponta para a ideia de

²¹ Eram meados de 1999 e o meu ingresso na universidade se deu através de um programa de bolsas para cursos de graduação em nível de bacharelado, oferecido por uma universidade particular da região metropolitana de Porto Alegre.

²² Este estágio foi realizado em Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras.

²³ Nesse sentido, destaca-se o projeto de extensão universitária: “Na Paz: estratégias para a promoção da igualdade racial nas escolas”, que tinha como objetivo discutir sobre a cultura de paz e o respeito às diferenças entre jovens do Ensino Médio, na cidade de Canoas.

“aprendência”. Seguindo os caminhos de Evaristo (2006) para elaboração da palavra escrevivência, “aprendência” aqui pode ser entendida como “a arte de aprender o que se vive, enquanto se vive o que se aprende”.

2 TECENDO RESISTÊNCIAS POSSÍVEIS: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E GIRO DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA

*Eu sou apenas um rapaz, latino-americano
Apoiado por mais de cinquenta mil manos
Efeito colateral que seu sistema fez...
Racionais MCs*

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas articulações entre as principais perspectivas teóricas desenvolvidas nesta tese: a ACD e a Decolonialidade, ou Giro Decolonial. Um olhar apressado sobre esses dois conceitos pode levar ao entendimento de que ambos não se coadunam, não sendo possível estabelecer conexões, sobretudo considerando que a ACD tem suas origens na produção de teóricos europeus e que a Decolonialidade preza pelo questionamento dos padrões de ciência eurocentrados.

Ocorre que há, nestas duas perspectivas, uma (ou algumas) área(s) em que é possível perceber certas similaridades, especialmente se considerarmos, como propõe o título deste capítulo, a necessidade de tecer resistências possíveis na América Latina. As definições a respeito de seu conceito são extensas, advindas de divergências que se apresentam também enquanto posicionamentos políticos. Com isto, percebe-se que esta discussão se relaciona diretamente com a identidade da população, bem como com a forma com que a América Latina reagiu e reage às marcas do processo de colonização.

Essa relação da América com outros territórios ocupa lugar nas reflexões de autores deste Continente há tempos, podendo ser resgatada desde José Martí (1983), teórico defensor da independência cubana, que lutou contra a escravização e elaborou uma crítica ao sistema colonial espanhol, especialmente em “Nuestra America”, considerado texto símbolo da obra do autor, publicada originalmente em 1883. Nela há uma mensagem de libertação do Continente, na qual o autor chama atenção para o risco que tanto a Europa como os Estados Unidos representavam para a soberania da América Latina (embora o autor não utilize propriamente este termo, preferindo referir-se ao Continente só como América).

Seu texto sublinha a necessidade de valorização da história do Continente, sobretudo considerando o período anterior aos processos de “descobrimento”, sendo identificada sua grande influência no desenvolvimento das ideias de teóricos posteriores. O autor denuncia o imperialismo e o colonialismo a que está sujeita a América, constituindo um rompimento com os intelectuais de seu tempo, tanto dentro quanto fora do Continente: “A história da América,

dos Incas daqui, tem que ser ensinada [...] Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Não é mais necessário” (MARTÍ, 1983, p. 3-4).

Essa corrente de pensamento crítico produzido na América Latina possui características particulares, dentre as quais prevalece a problematização do tipo de conhecimento e de respostas que são elaboradas de/para o Continente: são propostas de América Latina ou para a América Latina? Ao longo do século XX, essas perspectivas se desenvolveram, avançando em conjunto em alguns pontos, confrontando-se em outros, mas, sobretudo, buscando constituir formas de pensar, saber e ser latino-americanas.

Essa perspectiva crítica latino-americana se adensou e possui um corpo teórico substancial, que aponta para a necessidade e viabilidade da construção de novas respostas para a América Latina, elaboradas a partir deste lugar. Dentre estas propostas estão, por exemplo, a teoria da dependência, a filosofia e a teologia da libertação, que constituíram, a partir dos anos 1960, espaços de questionamento e resistência às lógicas eurocêntricas, possibilitando novas interpretações. No bojo da perspectiva decolonial, contudo, essas teorias são criticadas. MIGNOLO (2008) defende a necessidade do rompimento com as lógicas que regem a ideia de modernidade: “Os étnico-latinos (ou seja, pessoas com descendência europeia na América do Sul e no Caribe) são capturados na epistemologia da modernidade. A teoria da dependência [...], assim como a filosofia e a teologia da libertação, foram manifestos fortes para fraturar a homogeneidade de uma economia política controlada por teólogos e instituições liberais” (MIGNOLO, 2008, p. 309).

Nesta seara, é possível sinalizar diversos autores, em diferentes tempos históricos, que produziram reflexões nesta direção, tais como: Enrique Dussel (1977; 2005), Simon Rodriguez (2008), Haya de la Torre (1927), José Carlos Mariategui (1975), Nelson Maldonado-Torres (2007; 2011), Edgardo Lander (1997; 2005), Ramon Grosfoguel (2008), Walter Mignolo (2003; 2017), dentre outros. O pensamento negro latino-americano inscreve-se nesta seara crítica, especialmente com dois nomes que são destaque e referência nessa discussão: Aimé Césaire (2020) e Franz Fanon (2020; 1968).

As obras de ambos autores têm relevância especial na discussão sobre pensamento decolonial, mesmo que no período de suas produções esse conceito não estivesse ainda definido tal como nos dias de hoje. As produções desses autores podem ser classificadas, de forma mais específica, no campo dos estudos pós-coloniais. Apesar disso, suas contribuições podem também ser consideradas fundadoras do projeto decolonial, especialmente por terem desenvolvido suas ideias partindo da realidade dos povos africanos nas Américas.

Nesse cenário, os intelectuais negros brasileiros têm especial relevância na construção de articulações teóricas entre a perspectiva de autores latino-americanos e a realidade do racismo no país, mesmo que não sejam assim reconhecidos, na maioria das vezes, pelas elites intelectuais. Isso faz com que suas produções e construções teóricas permaneçam à margem dos currículos dos diferentes círculos de educação (seja em nível de ensino básico, fundamental, superior na graduação ou na pós-graduação), ocasionando novas lacunas na produção de conhecimentos no território, já que nas diversas áreas de conhecimento as bibliografias e interpretações recomendadas aos estudantes têm origens outras que não o solo latino-americano. De acordo com Pardo (2019):

Ainda acreditamos que o sol está do outro lado, quando sabemos que ‘o sol nasce pra todos’ (como no dito popular). Não se trata de questionar as teorias e os métodos aprendidos no mundo europeu ou anglo, mas sim de observar como e por que repetimos teorias e métodos em vez de criá-los, ou de ao menos fazer deles um uso mais crítico, de nos animarmos diante do desafio que isso implica. Ou, no mínimo, de perceber que questionar a aplicação de teorias e métodos nesses contextos é tão simples quanto usá-los (PARDO, 2019, p. 53).

Isso faz com que essa lacuna na produção de conhecimentos acabe repetindo-se também na seara da elaboração de soluções e/ou respostas para os problemas aqui vivenciados. É como se estivéssemos em um círculo vicioso, onde não há espaço para o novo, a renovação e/ou a desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008; 2010). Na contramão de tais propostas, autores como Lélia Gonzalez (2020), Guerreiro Ramos (1957), Clóvis Moura (1988; 1990), Luís Gama (1954), Abdias do Nascimento (2020), Florestan Fernandes (1994), Carolina Maria de Jesus (1960), Oliveira Silveira (1968; 1977; 1987) e Beatriz Nascimento (1974; 2018) – para mencionar alguns do século XX – esboçaram produções teóricas à frente de seus tempos, inscrevendo-se como parte do grupo de intelectuais fundantes da perspectiva decolonial em solo brasileiro, dentre tantos/as outros/as. Nesse sentido, os primeiros anos do século XXI veem florescer uma gama de novos teóricos/as negros/as, produzindo conhecimentos relevantes, que colocam o/a sujeito/a negro/a como protagonista do processo de pensar-se a si mesmo.

Nesse ínterim, reafirma-se a busca por um “lugar” de produção de conhecimentos que possa privilegiar experiências diversas, sobretudo sob a perspectiva racial. Considera-se também o que foi proposto por Gonzalez (2020), quando reivindicou que a presença negra maciça no continente demarca características próprias, constituindo a “amefricanidade” enquanto uma categoria que possui implicações políticas e culturais democráticas:

[...] exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do

mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada. [...]. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica (GONZALEZ, 2020, p. 122).

Essa contribuição fundamental para compreensão sobre este território, elaborada por Lélia Gonzalez, é apresentada enquanto resposta às formas de colonialidade existentes na América Latina. Sua abordagem apresenta críticas ao modelo eurocêntrico de produção de conhecimento e interpretação da realidade social e, da mesma forma, sua produção destaca a importância da articulação entre pensamento e ação, teoria e prática – podendo ser compreendido como um projeto decolonial.

Lélia foi uma das principais intelectuais brasileiras do século XX. A magnitude de sua contribuição para a consolidação do pensamento negro latino-americano ainda vem sendo reconhecida nos dias de hoje, sobretudo no Brasil, onde seus textos circulam de forma bem menos intensa do que em outros países da “América”. Dona de um pensamento dotado de originalidade, seus escritos inovaram em seu tempo histórico. Suas interpretações e leituras sobre os acontecimentos daquele tempo permanecem atuais ainda hoje.

Originalmente publicado no ano do centenário da abolição da escravatura no Brasil (1988), o texto “A categoria político cultural da amefricanidade” apresenta a discussão em torno do resgate de uma unidade ou descendência específica, compartilhada e recriada pelos povos negros que ocupam o território: “a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (GONZALEZ, 2020, p. 122). A amefricanidade identifica, portanto, uma experiência histórica comum à diáspora, envolvendo formas de adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas de viver, compartilhada pelos africanos no continente, que embora vivendo em sociedades diferentes, compartilham um mesmo sistema de dominação: o racismo.

Partindo desses pressupostos, este capítulo articulará perspectivas teóricas coerentes para a construção de resistências possíveis a partir da produção de conhecimentos desde a negra América Latina.

2.1 A importância de decolonizar a ACD na América Latina

A proposta da ACD-América Latina tem se gestado nesta seara do pensamento crítico latino-americano e possui um considerável número de pesquisadores/as e uma agenda consolidada de eventos, congressos e publicações²⁴. Percebe-se, neste contexto, a ACD como uma ferramenta valiosa para a compreensão sobre a reprodução discursiva do racismo no Brasil.

Dijk organizou o livro “Racismo e discurso na América Latina” (2008), apresentando uma ampliação no alcance de suas pesquisas desenvolvidas anteriormente, até então focadas na realidade europeia. Nesta obra, elaborada em colaboração com pesquisadores de diferentes países latino-americanos, tais como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru e Venezuela, o tema do racismo é abordado a partir de contribuições interdisciplinares de linguistas, sociólogos, antropólogos, dentre outros cientistas sociais. Pode-se verificar que os estudos do livro: “[...] privilegiam a dimensão simbólica, discursiva, do racismo [...]. Além da base histórica e de aspectos comuns, o confronto das análises revela também as particularidades de cada país, tanto na sua composição étnica quanto na forma de lidar com o racismo em função de acontecimentos políticos específicos” (NUTO, 2008, p. 216-217).

Essas questões levam ao entendimento de que o campo da ACD tem se desenvolvido de formas muito profícuas na América Latina, sendo possível mencionar que há uma consolidada tradição de tais estudos, especialmente nos programas de pós-graduação das áreas de Letras e Linguística (RESENDE, 2019). Referência neste debate, Resende (2019) sinaliza, com relação a estes trabalhos, que: “pode-se dizer que há muita aplicação do saber importado e pouca criatividade teórica ou metodológica local” (2019, p. 19). Comentando sobre a predominância das linhas francesa e inglesa nos estudos em ACD, Resende (2019) observa que: “Só os nomes pelos quais conhecemos essas vertentes de estudos discursivos já nos dizem da colonialidade do campo. Essa colonialidade de saberes do discurso, de forma mais imediata, significa um grande esforço de aplicação de teorias tomadas como universalmente válidas e pouco modificadas no contexto situado” (RESENDE, 2019, p. 19).

Essas discussões apontam para a necessidade de um maior aprofundamento sobre a forma como tais estudos têm se desenvolvido no Brasil, sendo que alguns/mas autores/as se debruçaram sobre tal busca. De acordo com Ottoni e Magalhães (2020):

²⁴ Dentre as quais pode-se mencionar Gouveia (2001) e Resende e Ramalho (2006).

A perspectiva de estudos críticos da linguagem foi introduzida no Brasil por Izabel Magalhães, em um artigo publicado na revista D.E.L.T.A. (PUC/SP) em 1986: “Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso” [...] Nessa época, os estudos da linguagem no Brasil eram dominados pelo paradigma estruturalista e gerativista, de forma que Magalhães encontrou resistência na Universidade de Brasília para criar uma linha de estudos nessa instituição voltada para a Análise de Discurso Crítica (ADC), tendo ministrado a primeira disciplina no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) em 1986 [...]. No entanto, não se pode deixar de mencionar que já havia nessa época, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), uma linha consolidada de estudos do discurso de orientação francesa. Gradualmente, outras instituições desenvolveram seus projetos institucionais de estudos críticos do discurso, destacando-se a influência de Carmen Rosa Caldas-Coulthard (1997), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (OTTONI E MAGALHÃES, 2020, p. 114).

A partir desse trecho pode-se perceber que é recente a adoção de tal perspectiva teórico-metodológica em território brasileiro, existindo, portanto, um largo espaço para seu desenvolvimento e consolidação. Em estudo recente a respeito do estado da arte da produção sobre ACD nas teses e dissertações produzidas no Brasil, Ottoni e Magalhães (2020) sinalizaram algumas interessantes questões. Um ponto é a grande diversidade de temas que têm sido contemplados nos trabalhos construídos com base em pressupostos da ACD, modificando de forma substancial a produção deste campo de estudo. Nas palavras de Ottoni e Magalhães (2020, p. 117): “os resultados da análise das dissertações e teses mostram o enfoque em ‘questões locais vitais’ que, segundo Pardo (2010), têm sido deixadas de fora por pesquisadores latino-americanos”. Outra questão sinalizada por Ottoni e Magalhães (2020) é “a tendência de pesquisa centrada em ADC que se volta só para a análise de dados pré-existentes ao desenvolvimento do estudo” (2020, p. 118) – essa tendência é criticada pelas autoras.

Com relação aos dois pontos sinalizados acima, torna-se relevante identificar que o estudo proposto nesta tese busca avançar em algumas direções, incluindo estudar as formas de reprodução discursiva do racismo no âmbito da PNAS. Este tema pode ser considerado uma “questão local vital”, para utilizar o termo de Pardo (2010). Além disso, esta tese trabalhará com análise de dados não só preexistentes, como as legislações e normatizações da PNAS e a produção bibliográfica da área do Serviço Social, mas também analisará informações novas, coletadas para este estudo, através de entrevistas com profissionais que atuam na PNAS e com mulheres negras lideranças em organizações que atuam no combate ao racismo.

Além dos pontos mencionados acima, outros elementos foram sinalizados por Ottoni e Magalhães (2020), referindo-se especialmente às características próprias da ACD que devem, em seus pontos de vista, ser mais desenvolvidas e problematizadas pelos/as pesquisadores/as

dessa perspectiva no Brasil e na América Latina como um todo. Segundo as autoras, “A análise revelou ainda que, teoricamente, falamos em mudança social e em crítica, mas pouco fazemos na prática de nossas pesquisas para promover essa mudança e a autocrítica não se faz presente em todos os trabalhos” (OTTONI; MAGALHÃES, 2020, p. 125-126).

Essa dimensão da autocrítica sobre os processos de pesquisa é mencionada também por outros/as autores/as e relaciona-se de forma especial com os pressupostos da ACD. Produzir conhecimento a partir dessa perspectiva exige que o/a pesquisador/a adote tal postura autocrítica, conforme Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 163): “A pesquisa crítica deve ser, antes de tudo, autocrítica. E isso não pode deixar de incluir profunda reflexão acerca das práticas de pesquisa”.

Trazer luz aos processos de produção do conhecimento leva também ao questionamento sobre a forma como tais prerrogativas importadas e/ou elaboradas em outras realidades sociais são incorporadas e reproduzidas, muitas vezes de forma acrítica, pelas/as pesquisadoras/as latino-americanas – o que pode ser percebido como decorrência da colonialidade do conhecimento (GROSFOGUEL, 2016). Nesse ínterim, percebe-se que têm sido crescentes as produções que sinalizam para a importância da decolonização dos estudos no campo da ACD. De acordo com Pardo (2019):

Outra questão fundamental refere-se aos temas a abordar. A reprodução de temáticas que pouco falam a nossas realidades também é uma forma de colonialidade. As problemáticas de nossos países são muito distintas daquelas da Europa e dos Estados Unidos, e, mesmo assim, nossas revistas científicas estão repletas de artigos e pesquisas sobre temáticas que são importadas junto com as teorias e os métodos (PARDO, 2019, p. 50).

Oferecer uma atenção especial aos temas a que se voltam os estudos, portanto, também é uma preocupação importante em ACD. Ottoni e Magalhães (2020) sinalizam ser “necessário que se faça uma reflexão sobre a teoria, que se leve em conta o fato de que a ACD foi desenvolvida em um contexto totalmente diferente do brasileiro e que se considere a perspectiva decolonialista como necessária nos estudos em ACD” (2020, p. 127). Dentre as lacunas elencadas na produção deste campo no Brasil e na América Latina, as autoras destacam elementos importantes para a construção de uma agenda de pesquisa em ACD, que deve passar, necessariamente, pelo “investimento maior na decolonização da ACD e na ousadia de se propor uma ACD voltada para questões latino-americanas” (OTTONI; MAGALHÃES, 2020, p. 128). Evidencia-se a necessidade de superar os limites da herança colonial e da produção de conhecimentos eurocentrada, voltando-se para fazeres decoloniais em pesquisa.

A partir das reflexões sinalizadas, percebe-se que decolonialidade e ACD podem ser importantes ferramentas de compreensão e análise das relações raciais no Brasil. Isso considerando que ambas as abordagens tecem críticas ao processo epistemológico que tem pretensões universalizantes, reduzindo o conhecimento a um único paradigma e descontextualizando social e politicamente o conhecimento produzido. De acordo com Acosta (2019, p. 39): “O desafio decolonial propõe a produção de conhecimento acessível e útil para superação de problemas. Isso inclui um pensamento mais próximo do cotidiano, uma superação da objetivação do outro, uma ciência de sujeito para sujeito, um saber compartilhado e mutuamente relevante, uma superação disciplinar”.

Estas duas perspectivas teóricas, a Análise Crítica do Discurso e a Decolonialidade, serão fundamentais para o desenvolvimento das ideias aqui propostas. Nesse sentido, Santos (2019) enfatiza que:

é necessário reconhecer-se mais profundamente na proposta de romper com paradigmas já desgastados de colonização, inclusive epistemológica. Assim, apesar das reservas [...] uma vez dentro da academia, é possível alinhar ainda mais os pressupostos da ADC-LA com o projeto decolonial. Complementarmente, é possível apontar para um diálogo necessário que não se furte a exterioridade de resistência: a academia e a sociedade externa podem unir-se também por este rótulo [...]. Sendo mais específico, penso serem a ADC-LA e a decolonialidade instrumentos formidáveis para resistência (SANTOS, 2019, p. 127).

Diante de tais questões, o próximo item vai apresentar a proposta teórica de Dijk em ACD e sua validade para a compreensão e desnaturalização do racismo.

2.2 Giro Decolonial e Pensamento Negro Latino-Americano

A proposta desta reflexão é apresentar uma revisão bibliográfica a respeito do giro decolonial e da forma como este pensamento inscreve-se na seara do pensamento crítico latino-americano. Além disso, o texto realizará um exercício de articulação teórica entre alguns dos/as autores/as que compõem o que está aqui sendo denominado “pensamento negro latino-americano”, considerado como uma das origens do pensamento decolonial.

Os estudos sobre decolonialidade apontam para suas diferentes origens, que podem ser recuperadas desde diferentes fontes, como, por exemplo, os diversos movimentos pela libertação dos povos “colonizados” nas Américas. Uma das primeiras expressões deste pensamento é identificada nas contribuições de Aimé Césaire (2020), que escreveu, entre os anos de 1948 e 1955, o “Discurso sobre o colonialismo”, texto de grande importância para a

consolidação da discussão em torno dos impactos da colonização nas Américas. Césaire foi um grande poeta e político de esquerda da Martinica, criador do conceito de Negritude. Seu livro “Discurso sobre o colonialismo” teve como pano de fundo o momento político e social ao término da Segunda Guerra Mundial, período em que o autor considera viável traçar uma crítica à Europa e seus métodos coloniais, que fizeram parte das técnicas de guerra utilizadas por Hitler. De acordo com Maldonado-Torres (2008, p. 70) “Es a partir de esta ideia que Césaire plantea una relación íntima entre el colonialismo y el surgimiento del fascismo nazista en Europa. A los campos de concentración le preceden las colonias”.

Segundo Césaire (2020, p. 15): “Haveria que se estudar em primeiro lugar como a colonização trabalha para descivilizar o Colonizador, para embrutecê-lo no sentido literal da palavra, para degradá-lo, para despertar seus recônditos instintos em prol da cobiça, da violência, do ódio racial e do relativismo moral”. Os diversos questionamentos apontados compõem a principal forma a partir da qual o autor apresenta as contribuições do livro, tal como esta: “Vamos ao fundo da mentira principal a partir da qual proliferam todas as demais. Colonização é Civilização?” (2020, p. 12). Essa obra é considerada por Maldonado-Torres (2008) um novo “discurso do método” (de Descartes), pois “Se trata de la articulación precisa de la razón des-colonial cuya finalidad primordial no es solamente el cambio en métodos de conocimiento, sino también el cambio social” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 70).

Outro autor fundamental neste debate é Franz Fanon (2020; 1968), hoje consolidado como referência nos estudos sobre negritude em nível mundial. Em que pese esse reconhecimento, cabe ressaltar que a obra e o pensamento de Fanon foram considerados “proibidos” ou “interditados” nas ciências sociais brasileiras durante longo período. Sua produção e grande contribuição veio à baila somente a partir de meados dos anos 1990, a convite e a partir da contribuição de diferentes movimentos sociais negros, que buscavam referências para entender inclusive o silenciamento sobre o negro na sociologia brasileira.

Após esse tardio ingresso de Fanon nos círculos universitários brasileiros, diversos estudos têm sido elaborados sobre sua obra, revelando que ele teve sua produção intelectual e ativismo político centrados na questão racial durante toda sua vida. Entre seus escritos destacam-se: “Pele Negra, Máscaras Brancas”, publicado em 1952 e “Os Condenados da Terra”, publicado em 1961. Neles o autor discorre sobre a patologia do mundo colonial e sua incidência sobre o negro antilhano.

Tem destaque em sua produção a ideia da “zona do não ser”, região estéril e árida habitada pelo negro, que “Mediante estereótipos e um processo sutil de imposição cultural, [...]

foi fixado pelo olhar imperial na zona do não ser. Diante disso, ao perguntar o que quer o homem negro, Fanon descobrirá que o homem negro quer ser branco” (BERNARDINO-COSTA, 2019, p. 260). Através de uma metáfora, o autor reflete sobre as máscaras brancas presentes na sociedade, que assumem diferentes formas, mas desenvolve-se de maneira especial por meio da linguagem (BERNARDINO-COSTA, 2019, p. 261): “Linguagem não se refere somente à língua enquanto mero instrumento de comunicação, mas também a uma instituição social permeada pelos valores de uma cultura”.

O “giro decolonial”, enquanto conceito propriamente dito, é relativamente novo, já que foi em 2005 que Maldonado-Torres o cunhou (BALLESTRIN, 2013), referindo-se a um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade. Essa perspectiva tem se apresentado como um projeto epistemológico em curso nas Ciências Sociais, em uma perspectiva mundial, abordando desafios antes não enfrentados por outras perspectivas teóricas. De acordo com Maldonado-Torres (2008):

No le debemos esto sólo a la propagación de los estudios poscoloniales en Estados Unidos y América Latina, sino que vemos el termino descolonización usado en referencia a procesos políticos actuales tanto en Estados Unidos con relación a la presencia desafiante de chicana/os, puertorriqueña/os y migrantes de América Latina en el seno de la sociedad estadounidense, y en América Latina, por grupos de afrodescendientes e indígenas tanto en Ecuador, como en Bolivia y Brasil (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 64).

Conforme sinaliza o autor, no Brasil tal perspectiva teórica tem feito parte de um processo político atual posto em prática pelos próprios sujeitos negros, não só em seus fazeres acadêmicos/intelectuais, mas também artísticos e culturais. De acordo com Curiel (2020, p. 121): “as propostas decoloniais [...], partindo de paradigmas não dominantes que mostram a relação entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, questionam as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuram as hierarquias sociais”.

Pode-se dizer que essas diferentes origens do pensamento decolonial têm em comum o questionamento à lógica da produção de conhecimento moderna e ocidental e se apresentam como alternativas para a compreensão da realidade, que tem sido cada vez mais explorada por estudantes e pesquisadores/as na América Latina. Tais abordagens buscam questionar as lógicas importadas oferecidas pelas teorias eurocentradas, vistas como insuficientes para interpretar a realidade do continente. Nesse contexto, diversos autores, em diferentes tempos históricos, debruçaram-se sobre tal questão. QUIJANO (2005, p. 118) sinaliza que: “Aplicada de maneira

específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete”.

Uma compreensão ampliada do conceito de decolonialidade, tal como propõe Maldonado-Torres (2019), é elaborada a partir da relação fundamental que se estabelece entre descolonização e libertação, tal como propõe FANON em “Os Condenados da Terra” (2004). Essa libertação é compreendida nos moldes utilizados pelos movimentos que se opõem à colonização, de acordo com Maldonado-Torres (2019, p. 28):

Nesse contexto, decolonialidade como um conceito oferece dois lembretes chave: primeiro, mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta; segundo, serve como uma constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência política e econômica (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 28).

No mesmo sentido, Bernardino-Costa (2019) afirma: “Frente às suas lógicas da modernidade/colonialidade, que remontam ao século XVI, podemos identificar diversos momentos, ações, eventos de resistência política e episteme, que nomeamos, ao lado de muitos outros, como decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial” (2019, p. 9). Assim, corroborando com tais concepções, neste trabalho tal conceito é apreendido como um projeto político e epistêmico em curso, cujas raízes remontam a experiências teóricas e históricas gestadas na América Latina, incluindo as diversas formas de resistência histórica e social das populações negras e indígenas no Continente.

No livro “Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico” (2019), Maldonado-Torres apresenta um insight teórico, abordando a importância de compreender a decolonialidade considerando tanto o significado da colonização, quanto a agência do colonizado. Em uma perspectiva mais longa, dessa forma, todos os processos que fizeram parte da luta pela libertação dos povos colonizados podem ser considerados decoloniais – o que confere outra temporalidade ao conceito estudado. Além disso, o autor chama atenção para um esforço que deve ser feito para entender esse processo a partir “das lentes teóricas produzidas por pensadores do antigo e do atual mundo colonizado” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 29).

Dessa compreensão, segundo o autor, decorrem duas contribuições fundamentais da perspectiva decolonial: 1) a busca pela superação da tradicional relação sujeito-objeto, estabelecida na esteira entre conhecimento, dados, objetos; e 2) as interpretações proporcionadas pela abordagem decolonial, “permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que

fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 29). Essa possibilidade de desenvolver-se um “simultâneo engajamento construtivo e crítico”, também é apontada pelo autor como a “função chave do pensamento da teoria decolonial” (2019, p. 29).

Nesse contexto, por um lado, decolonialidade se apresenta como um projeto conectado com o futuro, mas não qualquer futuro, e sim um porvir em que os colonizados possam entender os efeitos do processo de colonização sobre seus seres, construindo coletivamente formas de resistência crítica a ela. Por outro lado, a ideia de descolonização remete à memória dos processos de independência dos povos colonizados. Assim, colonização, descolonização e decolonialidade são conceitos diferentes e carregam significados também diferentes, mesmo que relacionados em algum momento. Bernardino-Costa (2019) oferece uma interessante interpretação a respeito das diferenças entre estes três conceitos:

colonização e descolonização são a soma do visível e/ou dos eventos quantificáveis que aparecem dentro de um certo período de tempo, ambas fundamentalmente pertencentes a um momento do passado. A decolonialidade, como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experimentar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente (BERNARDINO-COSTA, 2019, p. 29).

Outra abordagem a respeito da opção decolonial é a de Mignolo (2008), que apresenta, em conjunto, a ideia de desobediência epistêmica. Para o autor, essa desobediência é demandada pela opção decolonial, já que essa perspectiva deve se desvincular dos “fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais” (Idem, 2008, p. 291). Ou seja: o autor defende que é necessário estabelecer novas bases para a construção de conhecimentos: “a opção decolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...], já que nossos [...] cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial” (MIGNOLO, 2008, p. 291).

Os impactos dessa razão imperial/colonial na produção de conhecimentos sobre a população negra e o racismo e, especialmente, sobre a capacidade do/a negro/a pensar-se a si mesmo/a como sujeito/a, pauta-se em diferentes aspectos que remetem à colonialidade do ser, passando pela linguagem e pela forma como essa linguagem é imposta enquanto “modelo” a ser seguido ou “verdade absoluta”. Nas palavras do autor:

por conhecimento ocidental e razão imperial/ colonial compreendo o conhecimento que foi construído nos fundamentos das línguas grega e latina e das seis línguas imperiais europeias (...). Você pode argumentar que razão e racionalidade ocidentais não são totalmente imperiais, mas também críticas como Las Casas, Marx, Freud, Nietzsche, etc. Certamente, mas crítica dentro das regras dos jogos impostos por razões

imperiais nos seus fundamentos categoriais gregos e latinos. (MIGNOLO, 2008, p. 291).

Assim, para Mignolo (2008) é fundamental reconhecer os limites contidos na produção desses importantes teóricos, fundadores/adeptos de diversas perspectivas teóricas que foram fundamentais para explicar a sociedade até o século XX. Nesse contexto, o autor afirma que “Há muitas opções além da bolha do Show de Truman”. E dessas opções emergiu o pensamento descolonial, que se diferencia destes anteriormente citados, dentre outros elementos, justamente porque deve aparecer junto com o fazer descolonial, “... já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais” (MIGNOLO 2008, p. 291).

Também contribuem para a definição do conceito decolonial as reflexões elaboradas pelo grupo de investigação modernidade/colonialidade, que possui uma grande variedade de fontes de inspiração/motivação, sendo possível mencionar, de acordo com Escobar (2003, p. 53):

la Teología de la Liberación desde los sesenta y setenta; los debates en la filosofía y ciencia social latinoamericana sobre nociones como filosofía de la liberación y una ciencia social autónoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); la teoría de la dependencia; los debates en Latinoamérica sobre la modernidad y postmodernidad de los ochenta, seguidos por las discusiones sobre hibridez en antropología, comunicación y en los estudios culturales en los noventa; y, en los Estados Unidos, el grupo latinoamericano de estudios subalternos. El grupo de modernidad/colonialidad ha encontrado inspiración en un amplio número de fuentes, desde las teorías críticas europeas y norteamericanas de la modernidad, hasta el grupo surasiático de estudios subalternos, la teoría feminista chicana, la teoría postcolonial y la filosofía africana; así mismo, muchos de sus miembros han operado en una perspectiva modificada de sistemas mundo. Su principal fuerza orientadora, sin embargo, es una reflexión continuada sobre la realidad cultural y política latinoamericana, incluyendo el conocimiento subalternizado de los grupos explotados y oprimidos. Si se puede decir que la teoría de la dependencia, la teología de la liberación y la investigación acción participativa han sido las contribuciones más originales de Latinoamérica al pensamiento crítico en el siglo XX —con todos los condicionales que pueden aplicarse a tal originalidad—, el programa de investigación MC emerge como el heredero de esta tradición (ESCOBAR, 2003, p. 53).

Tais referências denotam o caráter crítico proposto pelo grupo de investigação da Modernidade/Colonialidade, que emerge como herdeiro dessa tradição teórica e apresenta-se, neste entendimento, enquanto uma nova forma de conhecimento, elaborada “desde a América Latina” (ESCOBAR, 2003). Apesar de defender sua existência enquanto um novo projeto de

ciência, Escobar (2003) sinaliza que ela não se enquadra na história linear de paradigmas ou epistemes:

entenderlo así significaría integrarlo en la historia del pensamiento moderno. Al contrario, el programa MC debe ser entendido como una manera diferente del pensamiento, en contravía de las grandes narrativas modernistas – la cristiandad, el liberalismo y el marxismo — , localizando su propio cuestionamiento en los bordes mismos de los sistemas de pensamiento e investigaciones hacia la posibilidad de modos de pensamiento no-eurocéntricos (ESCOBAR, 2003, p. 53-54).

Destaca-se no trecho acima a oposição feita ao conceito de modernidade e às grandes narrativas que sustentam tal conceito, como o cristianismo, o liberalismo e o marxismo. De acordo com Mignolo (2008, p. 321.): “O pensamento descolonial rejeita, desde o início, qualquer possibilidade de novos resumos universais que irão substituir os existentes (liberais e seus “neos”, marxista e suas “neos”, cristãos e seus “neos”, ou islâmicos e seus “neos”)”.

Essa oposição, contudo, não se dá sob o viés “pós-moderno” ou do “conservadorismo”, como sugerem algumas críticas dirigidas à abordagem decolonial. Essa crítica é, antes de tudo, forjada pela perspectiva de “desobediência epistêmica”, na lógica proposta por Mignolo (2008; 2010), considerando a importância do exercício de desobedecer ou subverter as lógicas correntes de produção de conhecimento/interpretação da realidade.

Isso passa pelo reconhecimento dos limites que giram em torno da sociologia ocidental moderna e, sobretudo, pela construção de novos olhares para interpretação da realidade social, visando a elaboração de respostas que venham ao encontro da proposta de ver o/a negro/ como sujeito/a, na perspectiva de uma transformação social em favor dos grupos dominados. Para isso, é fundamental que tais propostas sejam construídas com a participação desses sujeitos sociais.

Quijano (2005) também elabora críticas aos conceitos de modernidade e racionalidade. Em sua concepção, a versão eurocêntrica da modernidade foi fundada através de dois principais mitos: 1) a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa; e 2) os sentidos conferidos às diferenças entre Europa e não Europa como diferenças raciais e não de história do poder. Esses dois mitos estão contidos nos fundamentos do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo (QUIJANO, 2005). Essa perspectiva binária e dualista de conhecimento é característica do eurocentrismo e “impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo” (QUIJANO, 2005, p. 111).

De acordo com o autor, existem diversos grupos que apresentam resistência intelectual à questão da modernidade, elaborando uma crítica a partir da América Latina. Aqui se inscrevem, por exemplo, as problematizações levantadas pelo grupo de investigação modernidade/colonialidade. Essa crítica, contudo, não é recente e está presente desde os fins do século XIX, tendo aumentado em todo o mundo de uma forma especial, depois da Segunda Guerra Mundial. Ela sugere que a ideia eurocêntrica da modernidade foi elaborada a partir do papel primordial desempenhado pela colonialidade do poder, já que o eurocentramento do capitalismo colonial/moderno foi, nesse sentido, decisivo para o destino diferente do processo da modernidade entre a Europa e o resto do mundo (QUIJANO, 1988; 1994), ou seja: a modernidade foi um processo atravessado, na maioria dos casos, por práticas de dominação e violência.

A esse respeito, González (2020) afirma que:

tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição [...] que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas as manifestações culturais dos povos “selvagens”. Daí a “naturalidade” com que a violência etnocida e destruidora das forças do pré-colonialismo europeu se fez abater sobre esses povos. No decurso da segunda metade do século XIX, a Europa transformaria tudo isso numa tarefa de explicação racional dos (a partir de então) “costumes primitivos”, numa questão de racionalidade administrativa de suas colônias. Agora, em face da resistência dos colonizados, a violência assumirá novos contornos, mais sofisticados; chegando, às vezes, a não parecer violência, mas “verdadeira superioridade” (GONZALES, 2020, p. 117).

Assim, descolonização e decolonialidade são conceitos que devem ser compreendidos em relação, sobretudo considerando a crítica à modernidade e às suas narrativas eurocêntricas.

Qualquer análise decolonial deve passar, necessariamente, por uma releitura sobre os processos desencadeados a partir da colonização da América. Esse é um processo que tem se feito cada vez mais presente nas leituras atuais, sendo que diversos/as autores/as compõem um considerável corpo teórico e intelectual de discussão a esse respeito, dentre os quais se destaca a compreensão de Aníbal Quijano.

No texto “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (2005), o autor destaca que a chegada dos europeus na América representou a inauguração de um novo padrão de poder mundial, configurando-se de forma inédita na história. Para o autor, dois eixos foram fundamentais para a constituição desse novo padrão de poder: 1) a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados a partir da ideia de raça; e 2) a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005).

Destacando o ineditismo que tal classificação racial representava à época, Quijano (2005, p. 107) sinaliza que “a ideia de raça [...] não tem história conhecida antes da América”, ou seja, este foi um conceito inventado para sustentar as atrocidades que vieram junto com o processo de colonização. Nesse contexto, a discussão em torno do conceito de raça foi “desde muito cedo [...] construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos [colonizadores e colonizados]” (QUIJANO, 2005, p. 107). Essas suposições modificaram a maneira como os povos eram até então identificados, e expressões como português ou europeu, por exemplo, passaram a designar, além de procedência geográfica ou país de origem, também a conotação racial (QUIJANO, 2005). Para o autor, “A formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras” (QUIJANO, 2005, p. 107).

Nesse cenário, com o desenvolvimento das diferentes formas de controle do trabalho, as relações estabelecidas eram de dominação. Essas “novas identidades” foram associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais: “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005):

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. (...). Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. [...]. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 107-108).

Gonzalez (2020) também elabora críticas às estratégias de dominação e hierarquização definidas pelos europeus, em que “o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da ‘superioridade’ do colonizador pelos colonizados”. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam a um mesmo objetivo: exploração/opressão” (2020, p. 117). A partir destas reflexões pode-se afirmar que racismo e capitalismo são ideias próximas desde suas gêneses.

Com relação à abordagem sobre o capitalismo, Quijano (2005) rompe com a percepção eurocêntrica que vê o desenvolvimento das forças de trabalho de forma unilinear e universalmente válidas. O autor apresenta um questionamento da divisão, tradicionalmente apresentada, entre capital e pré-capital, e esse questionamento é elaborado a partir de três pontos chave que demarcam elementos particulares ao desenvolvimento histórico da América:

Em primeiro lugar, porque [as formas de controle e exploração do trabalho] foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. [...] E em terceiro lugar, e como consequência, para preencher as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais (QUIJANO, 2005, p. 108).

Na visão do autor, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos na América (a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário) organizaram-se em torno da relação capital-salário e do mercado mundial, ou seja: “não eram uma mera extensão de seus antecedentes históricos” (2005, p. 108). Ao contrário, Quijano afirma que tais formas de controle e exploração do trabalho na América eram “histórica e sociologicamente novas” (2005, p. 108).

Essa leitura vislumbra tal processo como um novo padrão global de controle do trabalho, em que todas as suas formas são conjunta e individualmente dependentes entre si, tanto histórica quanto estruturalmente. Forma-se a partir daí um novo padrão de poder ou “uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial” (2005, p. 108). Assim, a concepção eurocêntrica de divisão entre pré-capital e capital precisa ser revista, já que, segundo o autor:

Do ponto de vista eurocêntrico, reciprocidade, escravidão, servidão e produção mercantil independente são todas percebidas como uma sequência histórica prévia à mercantilização da força de trabalho. São pré capital. E são consideradas não só como diferentes, mas como radicalmente incompatíveis com o capital. O fato é, contudo, que na América elas não emergiram numa sequência histórica unilinear; nenhuma delas foi uma mera extensão de antigas formas pré-capitalistas, nem foram tampouco incompatíveis com o capital. Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. (QUIJANO, 2005, p. 115)

Para Quijano (2005) esse processo de desenvolvimento do capitalismo (ocasionado através das diferentes formas de controle do trabalho) desencadeou processos de colonialidade, intimamente relacionados com essas “novas identidades” produzidas na América. Assim, tais processos foram associados à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho, impondo uma “sistemática divisão racial do trabalho” (2005, p. 108), que se manteve presente e quase intacta ao longo de todo o período colonial e ainda nos dias de hoje.

Nesse contexto, o autor (Idem, 2005) sustenta que, pela posição ganhada com a América, rapidamente a Europa assumiu o controle do capitalismo mundial, contando com uma rede pré-existente de intercâmbio, que facilitou a comercialização dos produtos extraídos da América. Como consequência desse processo, a Europa tornou-se também a sede central do processo de mercantilização da força de trabalho, já que lá se deu o desenvolvimento da relação capital-salário como forma específica de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos.

Desde seu início, a relação de trabalho regulada pelos salários foi quase que restrita à realidade europeia, já que nas demais regiões do mundo as populações incorporadas ao novo mercado mundial – colonizadas ou em curso de colonização sob domínio europeu – mantiveram-se basicamente sob relações não-salariais de trabalho. De acordo com Quijano (2005, p. 109): “Nas regiões não-europeias, o trabalho assalariado concentrava-se quase exclusivamente entre os brancos”.

Esse processo de desenvolvimento do capitalismo ocasionou também, para o autor (Idem, 2005, p. 116), “uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo”. Tal percepção impôs uma nova intersubjetividade mundial, pois “a Europa, como centro do capitalismo mundial, detinha o controle do mercado mundial e impôs seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao ‘sistema-mundo’ que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder” (QUIJANO, 2005, p. 110).

Assim, define-se a relação entre capitalismo – colonialidade do poder – eurocentrismo, apresentada por Quijano (2005). Como a Europa desenvolveu na América um sistema de controle sobre todas as formas de trabalho, inaugurando um novo padrão de poder mundial e atribuindo “novas identidades”, demarcadas pela ideia de raça enquanto elemento de hierarquização e controle social, em um processo de re-identificação histórica, ela também impingiu ao mundo novas formas de controle da subjetividade “como parte do novo padrão de poder mundial, [...] também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas [...] da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 110).

Aí nasceu um novo universo de relações intersubjetivas de dominação, baseado no uso da força, em expropriação e repressão de diversas naturezas, compreendendo desde a produção de conhecimentos, sentidos e o universo simbólico dos “colonizados”, bem como seus padrões

de expressão e de objetivação da subjetividade, especialmente no campo da cultura, visando a reprodução da dominação (QUIJANO, 2005).

Assim percebe-se que, da colonialidade do poder, decorrem outras formas de colonialidade, tais como a colonialidade do ser, a colonialidade do saber ou a colonialidade do conhecimento. Todas relacionando-se de forma crucial com o surgimento e evolução do capitalismo e do eurocentrismo.

2.3 Projetos Decoloniais em verde e amarelo: da República de Palmares à “Voz Ativa” da Juventude Negra

*Voz Ativa
Racionais MC's*

*Eu tenho algo a dizer
Explicar pra você
Mas não garanto, porém, que engraçado eu serei dessa vez
Para os manos daqui, para os manos de lá
Se você se considera um negro, pra negro será
Mano, sei que problemas você tem demais
E nem na rua não te deixam na sua
Entre madames fudidas e os racistas fardados, de cérebro atrofiado
Não te deixam em paz
Todos eles com medo generalizam demais
Dizem que os negros são todos iguais
Você concorda?
[...]
Racionais, resistentes, nunca iguais
Afrodinamicamente manter nossa honra viva
Sabedoria de rua, o rap mais expressiva
A juventude negra agora tem a voz ativa
Pois quem gosta de nós somos nós mesmos
Precisamos de um líder negro de crédito popular
Como Malcon X em outros tempos foi na América
Que seja negro até os ossos, um dos nossos
E reconstrua nosso orgulho que foi feito em destroços
Nossos irmãos estão desnorteados
Entre o prazer e o dinheiro desorientados
Brigando por quase nada, migalhas coisas banais
Prestigiando mentiras, as falas, desorientados demais
Chega! de festejar a desvantagem
Permitir que desgastem nossa imagem
Descendente negro atual, meu nome é Brown
Não sou complexado e tal, somente racional
É a verdade mais pura
Verdade definitiva
A juventude negra agora tem voz ativa
Pois quem gosta de nós somos nós mesmos
Mais da metade do país é negra e se esquece*

*Que tem acesso apenas ao resto que ele oferece
 Tão pouco para tanta gente
 Tanta gente na mão de tão poucos
 Geração iludida, uma massa falida
 De informações distorcidas e distraídas na televisão
 Fudidos estão, sem nenhum propósito
 Diariamente assinando seu atestado de óbito
 Pô, tô cansado de toda essa merda que eu vejo na televisão todo dia...
 Mas onde estão meus semelhantes na TV, nossos irmãos?
 Artistas negros de atitude e expressão?
 Você se pega a perguntar
 Porque eu não sou racista, mas meu ponto de vista
 É que esse é o Brasil que eles querem que exista
 Evoluído e bonito, mas sem negros no destaque
 Eles demonstram um país que não existe
 Escondem nossa raiz, milhões de negros assistem
 É engraçado que de nós eles precisam
 Nosso dinheiro eles nunca discriminam
 Minha pergunta aqui fica
 Entre artistas tão famosos, com quais você se identifica?
 [...]
 Nossos irmãos estão desnorteados
 Entre o prazer e o dinheiro desorientados
 Mulheres assumem a sua exploração
 Usando o termo mulata como profissão - é mal
 Modelos brancas no destaque, as negras onde estão?
 Desfilam no chão, em segundo plano
 Pouco original, mais comercial a cada ano
 O carnaval era a festa do povo - era
 Mas alguns negros se venderam de novo
 Brancos em cima, negros em baixo
 Ainda é normal, natural
 Quatrocentos anos depois
 1992, Tudo igual
 Bem vindos ao Brasil colonial e tal
 Precisamos de nós mesmos, essa é a questão
 DMN meus irmãos escrevem com perfeição
 Gostamos de nós, brigamos por nós
 Acreditamos mais em nós
 Independente do que os outros façam
 Tenho orgulho de mim
 Um rapper em ação
 Nós somos negros sim
 De sangue e coração
 Justiça é o que nos motiva
 A minha, a sua
 A nossa voz ativa!*

O texto acima apresenta a letra da música “Voz Ativa”, do grupo Racionais MCs, lançada em 1992, essa música faz parte do álbum “Escolha seu Caminho”, que impulsionou a rápida ascensão do grupo de rap mais influente do Brasil. A linguagem da música, que pode ser

entendida como odiosa ou raivosa, pode servir também como incentivo para a autovalorização, autoestima e protagonismo social da juventude negra, sobretudo nas periferias.

Nesse sentido, é fundamental entender a linguagem utilizada nesta e em outras músicas desse estilo musical para além dos palavrões, xingamentos e ofensas, percebendo-a enquanto forma de expressão e resistência cultural da juventude negra. Essa questão da linguagem é tema de diversos autores, dentre os quais pode-se mencionar Fanon (2020) e van Dijk (2015, 2013), por exemplo. Nesse sentido contribui Rodrigues (2018):

Se língua é poder e a forma como a população negra falava e ainda fala é errada, se o *modus operandi* de ensinar o português continua igual a era colonial, logo, o poder é tirado do povo negro. A linguagem negra (leia aqui linguagem em todos os signos) é uma das formas de resistência. Levando para a linguagem corporal, podemos citar a capoeira e, até mesmo, o samba.

Por que nossas linguagens são postas no lugar de “sub”, se elas são nossas formas de resistência no mundo? Nossos signos continuam aqui, resistindo. Nosso corpo no mundo continua aqui, insistindo. Nossa língua continua aqui fortemente oralizada com léxico e sintaxe. Sim, nós temos! O português afro é política; é combate ao racismo. Por que descartar nossa particularidade oral? A língua é também empoderamento da comunidade negra.

Assim, ousou propor uma analogia entre o título desta seção da tese e a mensagem contida nesta música (mas não só nela), que representa uma forma de expressão cultural da juventude negra brasileira. Essa expressão cultural (o Rap) assume forma de resistência, ou seja: a mensagem passada, ou o papel social desempenhado pelo Rap no contexto social que desenhou-se a partir dos anos 1990, pode ser interpretado como um “Projeto Decolonial em Verde e Amarelo”.

Considerando que a atitude decolonial relaciona-se com um espírito questionador, bem como escreveu Fanon em “Pele Negra, Máscaras Brancas”: “Ó meu corpo, faz sempre de mim um homem que questiona” (2020, p. 6), é possível identificar em tais expressões de resistência sinais de decolonialidade, já que manifestam tanto o questionamento sobre a situação social da população negra, como a agência dos jovens negros neste processo, nos termos de Fanon (2020).

Assumir a agência ou o protagonismo de sua vida, para a população negra, sobretudo, compreende romper com os reflexos e marcas do processo de colonização e colonialidade que seguem vivas nos caminhos e descaminhos das ações realizadas pelo Estado brasileiro na atenção à população negra e no combate ao racismo. Merece destaque na música a menção à manutenção da situação social de marginalidade da população negra, mesmo (à época) quatrocentos anos depois do início do processo de colonização no Brasil. Isso denota a

decolonialidade não só desta música, mas da proposta encarnada pelo grupo Racionais MC's e pelos demais que fazem parte da “geração que revolucionou, a geração que vai revolucionar”²⁵ do Rap nacional.

O *insight* aqui proposto nos permite associar, em uma mesma reflexão teórica, sob a denominação de “Projeto Decolonial em Verde e Amarelo”, nomes importantes do pensamento decolonial no Brasil, figuras de tempos e fazeres diversos, tais como Lelia Gonzalez, Guerreiro Ramos, Zumbi dos Palmares e Racionais MCs, dentre tantos outros que poderiam ser aqui incluídos. Essas tantas iniciativas remetem e demonstram a efetividade da ideia de afro-semeadura, na medida em que podem ser percebidas como diversos frutos, vindos dessa semente que saiu da África e floresceu em solo latino-americano. Muitas primaveras ainda hão de florescer!

As leituras realizadas a respeito da realidade da população negra no Brasil e na América Latina em muito revelam a colonialidade que ainda domina os estudos neste campo. Tais estudos, assim como outros desenvolvidos a partir da perspectiva crítica, no bojo das Ciências Sociais na América Latina, sofreram impactos com os processos de ditadura militar que se espalharam pelo Continente, ocasionando lacunas em sua elaboração e consolidação que são sentidas até os dias de hoje.

Nesse sentido, presenciou-se uma espécie de “silêncio forçado” que passou a imperar nesta área. Foram cortadas as possíveis relações que o Brasil vinha desenvolvendo, àquela ocasião, no sentido de aproximar-se das ideias críticas gestadas na América Latina. Então aqui pode-se encontrar uma pista explicativa para entender o distanciamento do Brasil com relação aos processos de reflexão, libertação e soberania desenvolvidos pelos demais países do Continente – o que se aplica também em relação ao pensamento negro latino-americano.

Em que pesem tais impactos ocasionados pela ditadura militar, pode-se identificar diversos nomes de pensadores/as que conseguiram estabelecer suas reflexões e propostas decoloniais, inscrevendo-se na seara deste pensamento crítico. Alguns autores possuem destaque nessa discussão, e têm tido suas obras retomadas pelo processo de “escavação”, em curso na área das Ciências Sociais.

No sentido contrário, as leituras hegemonicamente presentes nos círculos universitários privilegiam abordagens teóricas que reproduzem o mito da democracia racial, esse importante artefato forjado pelas elites intelectuais brasileiras do início do século XX, que conta com

²⁵ Referência à música “Nego Drama”, do grupo Racionais Mc's. Álbum: Nada como um dia após o outro dia, Volumes 1 e 2, 2002.

diversos escritores/teóricos reconhecidos. Através de um processo de romantização das relações entre brancos livres e negros escravizados, um conjunto de autores, intelectuais e artistas buscou impingir às relações raciais brasileiras a ideia de convivência harmônica e pacífica, em que o/a sujeito/a negro/a, de certa forma agradecido/a pelo papel desempenhado pelo/a senhor/a, acomoda-se e adapta-se às mazelas do cativo, corroborando para a manutenção das hierarquias raciais e, portanto, reconhecendo seu lugar de subordinação.

Essa visão sobre o papel da Sociologia, contudo, não era compartilhada por todos/as autores/as da época. Um dos grandes críticos destas perspectivas analíticas, Ramos (1957) elaborou, na obra “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira”, uma parte denominada “Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo”, onde problematiza os rumos do desenvolvimento da sociologia brasileira. A partir da apresentação das recomendações que foram por ele apresentadas como presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia, em julho de 1953, o autor propõe-se a abordar “os problemas da sociologia brasileira”.

Nessas recomendações, Guerreiro Ramos estava propondo “que se cortassem os cordões umbilicais” (1957, p. 78) da sociologia nacional com o pensamento sociológico europeu e estadunidense, considerada uma Sociologia que “Além de ‘consular’, [...] pode ser dita enlatada, visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural” (1957, p. 80). Tais estudos, de acordo com Guerreiro Ramos (1957), distinguem-se em três correntes fundamentais de estudos sobre o/a negro/a no Brasil: a primeira corrente é a crítico assimilacionista, representada por autores como Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana (RAMOS, 1957). Nessa corrente, “Apesar das diferentes orientações teóricas desses autores, todos eles estavam interessados antes na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro do que extremar as características peculiares de cada um dos contingentes formadores da nação” (RAMOS, 1957, p. 127).

A segunda corrente é a monográfica, representada por autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre (RAMOS, 1957). A respeito das diferenciações entre ambas, Ramos afirma que “Enquanto a primeira corrente viu o elemento da cor preponderantemente em devenir, em processo, a última inclinava-se a adotar o ponto de vista estático, acentuando minuciosamente o que na gente de cor a particularizava em comparação com os restantes contingentes étnicos da comunidade nacional (RAMOS, 1957, p. 128)

Já a terceira corrente é caracterizada mais pelo propósito de transformar a condição do negro na sociedade brasileira:

A mais antiga posição em face do problema do negro no Brasil se configurou predominantemente sob a forma de comportamentos mais que sob a forma de escritos. Caracteriza-se pelo propósito antes de transformar a condição humana do negro na sociedade brasileira do que de descrever ou interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor (RAMOS, 1957, p. 128).

Esta terceira corrente reconhece que descrever ou interpretar os aspectos da situação do/a negro/a não é o mais importante, já que o principal seria: “vê-lo a partir da sua situação vital, como um sujeito histórico e atuante na produção do conhecimento” (BERNARDINO-COSTA, 2019, p. 252). Essa perspectiva, contudo, não foi amplamente reconhecida, recebida e estudada nos anos subsequentes à sua proposição por Guerreiro Ramos, fazendo com que ainda hoje tais abordagens sobre os estudos raciais no Brasil sejam reelaboradas a partir destas interpretações hegemônicas.

Nesse cenário, Guerreiro Ramos (1957) deixou uma grande contribuição quando propôs o processo de construção de um pensamento do/a negro/a como sujeito/a, contexto em que diferencia o negro-tema do negro-vida:

O negro-tema é duma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro vida é [...] algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (RAMOS, 1957, p. 171).

Para o autor, a forma como a sociologia brasileira abordava a situação do negro no Brasil, visto como um problema, era resultado da falta de autenticidade sociológica, que buscava estudar e propor alternativas para as questões nacionais, transpondo de forma automática para a realidade brasileira conceitos e expectativas elaborados e usados na Europa e nos EUA (RAMOS, 1957). Assim, pode-se dizer que está em construção a proposta lançada por Ramos e que, dentre os projetos caracterizados por buscar a transformação da condição do negro mais do que descrevê-la ou interpretá-la, situam-se as propostas mencionadas no título desta seção da tese: tanto a República de Palmares, como a “Voz Ativa” da juventude negra representam tais atitudes, que podem ser percebidas, ou re-interpretadas como decoloniais. E, assim como tais produções, existem no Brasil e em toda a América Latina um sem número de iniciativas, longamente datadas, que revelam a existência secular de projetos decoloniais, tal como propõe Mignolo (2008):

Na América do Sul, [...] o pensamento descolonial vive nas mentes e corpos de indígenas bem como nas de afro-descendentes. As memórias

gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas, bem como por instituições republicanas controladas pela população crioula dos descendentes europeus, alimentaram uma mudança na geo- e na política de Estado de conhecimento. O “pensamento descolonial castanho” construído nos Palanques nos Andes e nos quilombos no Brasil, por exemplo, complementou o “pensamento indígena descolonial” trabalhando como respostas imediatas à invasão progressiva das nações imperiais europeias (MIGNOLO, 2008, p. 291-292).

Essa questão é perceptível ao observarmos a atuação de diferentes iniciativas de resistência que se constituíram ao longo do processo de escravização negra no Brasil e depois dele, ao longo do século XX. Cabe ressaltar que esse exercício de reflexão é realizado sem querer provocar qualquer tipo de sistematização ou resumo a respeito de tais iniciativas de resistência negra, e, da mesma forma, sem buscar estabelecer comparativos e/ou paralelos entre elas. Apenas a título de ilustração, portanto, como exemplo do primeiro período (antes do século XX), pode-se mencionar como o mais marcante episódio, o Quilombo dos Palmares, espaço de resistência e convivência coletiva criado e mantido pelos/as negros/as no atual território do estado de Alagoas. E como exemplo do segundo período (século XX) podem ser mencionadas diferentes iniciativas, como a dos segmentos organizativos do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras, por exemplo.

Incluem-se aí também as expressões lançadas pela juventude negra, dentre as quais se destaca o Rap, que se desenvolveu com força no Brasil especialmente a partir dos anos 1990. Esse movimento elaborou uma linguagem e estilo de comportamento próprios, aproximando-se do que Lélia denominou como pretuguês. Nesse sentido, é válida a colocação de Mignolo (2008):

As opções descoloniais e o pensamento descolonial têm uma genealogia de pensamento que não é fundamentada no grego e no latim, mas no quechua e no aymara, nos nahuatl e tojolabal, nas línguas dos povos africanos escravizados que foram agrupadas na língua imperial da região (cfr. espanhol, português, francês, inglês, holandês), e que reemergiram no pensamento e no fazer descolonial verdadeiro: Candomblés, Santería, Vudú, Rastafarianismo, Capoeira, etc (MIGNOLO, 2008, p. 291-292).

A análise sobre essas diferentes iniciativas demonstra a criatividade que renasce a partir da afro-semeadura. Nesse cenário, devem florescer iniciativas que valorizem, por exemplo, o Dia da Consciência Negra, buscando explicar, explicitar e divulgar essa data como data de resistência, sendo uma das conquistas dos movimentos sociais negros em um processo de ressignificação histórica e ação reparatória.

3 RACISMO E ANTIRRACISMO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Kizomba, a Festa da Raça
Martinho da Vila

Valeu Zumbi
O grito forte dos Palmares
Que correu terras céus e mares
Influenciando a Abolição
Zumbi valeu
Hoje a Vila é Kizomba
É batuque, canto e dança
Jogo e Maracatu
Vem menininha pra dançar o Caxambu
Ô nega mina
Anastácia não se deixou escravizar
Ô Clementina
O pagode é o partido popular
Sacerdote ergue a taça
Convocando toda a massa
Nesse evento que com graça
Gente de todas as raças
Numa mesma emoção
Esta Kizomba é nossa constituição
Que magia
Reza ageum e Orixá
Tem a força da Cultura
Tem a arte e a bravura
E um bom jogo de cintura
Faz valer seus ideais
E a beleza pura dos seus rituais
Vem a Lua de Luanda
Para iluminar a rua
Nossa sede é nossa sede
De que o Apartheid se destrua
Valeu Zumbi

O trecho acima apresenta a música “Kizomba Festa da Raça”, samba-enredo da Escola de Samba Vila Isabel, no ano de 1988, centenário da “Abolição da Escavidão” no Brasil. A música faz referência à figura e trajetória de Zumbi dos Palmares, exaltando sua importância não só para o processo que levou à Abolição, mas também para seu papel na reconstrução e ressignificação da identidade, atuação e protagonismo da população negra na história do Brasil.

A canção também representa o momento histórico da Constituinte, pois, como refere a música, “Essa Kizomba é nossa Constituição!”, fazendo menção à Constituição Federal de 1988, que incorporou alguns dispositivos legais voltados às pautas então reivindicadas pela

população negra²⁶. Também pode-se compreender que é essa “Festa da Raça” que constitui o povo brasileiro, profundamente marcado em sua cultura pela contribuição negra e africana, refeita pela “afro-semeadura” a partir de elementos compartilhados com outros países da “América” (GONZALEZ, 2020).

O contexto da Constituinte foi fortemente vivenciado pelas comunidades negras organizadas, reverberando inclusive na criação de diversos novos grupos, que também floresceram em função do momento histórico favorável: o centenário da data que marcou a “Abolição” foi um grande disparador para iniciar um longo processo de reflexão sobre a situação da população negra, que ainda está em aberto. Reverberou também na criação de novos grupos e novos dispositivos legais²⁷, novas discussões foram iniciadas, por diversas áreas profissionais, dentre as quais situa-se o Serviço Social.

Os rumos que a profissão adotou com relação ao racismo começaram a desenhar-se no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, em 1989, quando houve a apresentação do primeiro trabalho sobre a relação entre o Serviço Social e a questão étnico-racial (RIBEIRO, 2004; SANTANA, 2008), refletindo, sem dúvidas, o cenário social mencionado acima. Cabe ressaltar que esse caminho foi trilhado a duras penas, através de avanços e retrocessos sucessivos no que diz respeito à efetivação desta pauta no seio da categoria profissional, visto que ela também é sujeita às relações de poder estabelecidas neste contexto. De lá para cá, a discussão evoluiu muito, sendo possível localizar diversas produções nos últimos 30 anos, dentre as quais podem-se destacar: Pinto (2003), Ribeiro (2004), Silva Filho (2006), Santana (2008), Góis (2006), dentre outros.

Segundo Almeida e Alcântara (2019, p. 6) deve-se considerar como fundamental para esse processo a agência dos sujeitos negros no tensionamento para tal discussão: “intelectuais negras dentro do Serviço Social, têm assumido o lugar de protagonistas na produção de conhecimento e nos debates mais ampliados da categoria profissional no tocante à questão étnico-racial, afirmando que o Serviço Social, não pode manter-se afastado desse debate”.

²⁶ Dentre os quais destaca-se o Art. 5º da CF: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

²⁷ Dentre esses, têm destaque os artigos 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão”. Esse artigo foi regulamentado pela Lei 7.716/89, conhecida como Lei Caó, que prevê o racismo como crime inafiançável; além deste, destaca-se também o Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, que assegura aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos.

Nessas circunstâncias, o objetivo deste capítulo é apresentar uma análise documental sobre a produção teórica do Serviço Social com relação aos temas racismo e antirracismo.

Os materiais selecionados para a amostra nesta etapa perfazem o período de 2011 a 2020, sobretudo considerando o avanço e adensamento que essa discussão assumiu na área na última década. Soma-se a isso o marco histórico que ocupa o ano de 2010, mais especificamente representado pelo Dia Internacional do Direitos Humanos (10 de dezembro), quando foi lançado, pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. A proposta teve como objetivo alertar para os desafios que as pessoas de ascendência africana enfrentam em nível mundial e representou uma importante iniciativa no sentido de garantir a discussão sobre tais desafios e, sobretudo, buscar formas para sua superação.

No contexto brasileiro, o ano de 2010 foi marcado pelo lançamento do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei 12.888, de 20 de julho de 2010, cujo objetivo é "garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica". O Estatuto teve sua proposição iniciada bem antes, no ano de 2000, mas o processo para sua aprovação prolongou-se por uma década de tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com emendas sucessivas que hora buscavam alterar, complementar ou retirar propostas e formulações Estatuto.

Para o Serviço Social, o ano de 2010 foi também um marco na definição de novos rumos, especialmente na área das pesquisas que se desenvolvem no âmbito das instituições de ensino, tendo em vista que foi o ano em que se acirrou a disputa interna no âmbito da ABEPSS para constituição de um Grupo Temático de Pesquisa – GTP específico para tratar das questões de raça/etnia. De acordo com os Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social (ABEPSS, 2018, p. 10):

Em 2010, a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, ampliou significativamente a sistematização das produções acadêmicas da área, assim como o apontamento de novas pesquisas e de tendências do debate, o incentivo a novas produções, e a articulação entre os grupos de pesquisa sobre o debate étnico-racial.

Esse cenário favoreceu, assim como nas demais áreas das Ciências Sociais, um crescente número de produções a respeito deste tema no âmbito do Serviço Social. E essas produções são, em sua maioria, frutos de pesquisas realizadas em nível de Pós-Graduação que resultam em teses, dissertações, livros, artigos publicados em periódicos, etc. Sabe-se que

diversas são as fontes nas quais é possível captar os rumos da produção teórica da área, especialmente quando se observa o expressivo número de teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós Graduação Brasil²⁸ afora.

As fontes desta etapa da pesquisa restringem-se aos artigos publicados em periódicos ligados aos Programas de Pós-Graduação da área, além das teses e dissertações. Ficam de fora outros materiais produzidos, como os livros por exemplo. A justificativa para essa escolha passa pela necessária problematização a respeito da forma como esse tema tem sido absorvido pelas diferentes linhas dos Programas de Pós-Graduação da área, durante o período selecionado para a amostra.

Nesse contexto destacam-se também as produções teórico-práticas publicadas por assistentes sociais e pesquisadores/as em diferentes eventos da categoria profissional, dentre os quais pode-se destacar o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)²⁹ e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)³⁰. Fazem parte desta seara os trabalhos que visam problematizar a presença crescente destes temas nas agendas política e de formação profissional³¹.

Considera-se que as produções teóricas em torno do racismo no âmbito das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas podem ser vistas como resultado de um intenso processo de amadurecimento da discussão sobre este tema na sociedade brasileira. Esse processo tem revelado a importância da identificação e do reconhecimento dos impactos do racismo, em um primeiro momento, e da adoção de medidas para sua superação de uma forma contínua, em um segundo momento. Nesse sentido, a segunda década do século XXI finaliza com um quadro consolidado e variado de pautas envolvendo o debate em torno do racismo e de seu caráter estrutural. Seja dentro ou fora do ambiente acadêmico, a discussão atual tem trazido à tona uma série de “nós” envolvendo o racismo que não estavam explícitos até os primeiros anos do século XXI.

²⁸ Se for apreciado somente o período mais recente, em 2004, a área contava com 18 cursos, em 2007, estes já totalizavam 24, e, em 2012, 30 Programas. Assim, em relação à década de 1990, obteve-se um crescimento de mais de 100% dos PPGSS (PRATES et al., 2012).

²⁹ Sobressai-se o trabalho de Rocha (2014), que analisa a presença da discussão étnico-racial na produção teórica dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e nas publicações das revistas *Inscrita* e *Temporalis*, constatando os avanços, lacunas e desafios aí presentes.

³⁰ Conferir a dissertação de Silva (2018), intitulada: “O universo da produção de conhecimento sobre relações sociais de raça/etnia nos ENPESS pós Estatuto da Igualdade Racial - 2010 a 2016”.

³¹ Ressalta-se a tese de Rocha (2014), intitulada: “A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios” e a dissertação de Vitorio (2019), intitulada: “O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)”.

É preciso mencionar que esse quadro tem sido impactado pelo advento tecnológico, que possibilita a denúncia e ampla divulgação dos atos de racismo mundo afora – cada vez mais a ser nomeados desta forma. Isso pode ser visto como um avanço, no sentido em que contribui para a consolidação do conceito e de sua definição. Nesse cenário, sem dúvidas, cabe considerar o papel exercido pelos movimentos negros e o conseqüente avanço que houve no campo legislativo, sobretudo através da implementação de políticas de ação afirmativa, especialmente no ambiente universitário. Embora não seja o foco do presente texto, cabe sinalizar que ainda é preciso entender o impacto que a expansão do acesso da população negra ao ensino superior, impulsionado pela adoção das políticas de cotas, teve sobre o curso de Serviço Social, visto ser este um curso que conta com um considerável número de estudantes negros/as, especialmente em nível de graduação³².

Foram estabelecidas as seguintes etapas para realização desta pesquisa bibliográfica: 1) delineamento da pesquisa, com a definição dos descritores (racismo, antirracismo³³), definição do período (2011 a 2020) e definição das fontes escolhidas³⁴, sendo que para as teses e dissertações a busca foi realizada no Portal da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior (CAPES), e para os artigos foram eleitos periódicos ligados aos principais Programas de Pós-Graduação em Serviço Social³⁵; 2) seleção do material, com a definição do(s) filtro(s) – para as teses e dissertações, foram utilizados grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; áreas do conhecimento: Serviço Social Aplicado, Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social; e para os artigos foram selecionados somente os textos em português; 3) organização do material, com o uso de anotações pessoais

³² A esse respeito ver Almeida (2011).

³³ Nas teses e dissertações a busca do descritor “antirracismo” foi feita na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, pois a outra base de dados utilizada não apresentou nenhum resultado para este descritor. Após a aplicação dos filtros, o resultado apresentado foi de cinco trabalhos, sendo quatro dissertações e uma tese. Observa-se que o primeiro trabalho abordando o tema “antirracismo”, dentro do período desta análise (2010 a 2020), data de 2016, denotando o quão recente é a discussão em torno deste conceito na área do Serviço Social. Antes deste período, a base de dados BDTD registra o trabalho intitulado: “A igualdade formal e sua aplicabilidade prática: os descaminhos da dignidade atribuída ao negro brasileiro” de autoria de Flávio Cruz Prates, produzido na PUC RS, em 2010. Já para os artigos, estes foram localizados na busca deste descritor apenas na Revista “Em Pauta”, v. 46, confirmando o ineditismo das discussões em torno deste conceito na área do Serviço Social.

³⁴ Cabe informar que a pesquisa não conseguiu cobrir todos os artigos publicados sobre o tema, sobretudo considerando algumas divergências com relação ao cadastro dos descritores correspondentes a cada produção. Ou seja: por mais que abordasse o tema, para fazer parte da amostra, as produções deveriam ser cadastradas com os descritores eleitos para esta pesquisa: racismo e antirracismo.

³⁵ A amostra dos periódicos que estão inseridos na análise foi composta por 7 revistas ligadas aos PPGs de Serviço Social, sendo elas: Textos & Contextos (PUCRS), Katálysis (UFSC), Em Pauta (UERJ), O Social em Questão (PUC RJ), Praia Vermelha (UFRJ), Serviço Social em Revista (UEL) e Libertas (UFJF); 3 revistas ligadas aos PPGs de Políticas Sociais e Políticas Públicas, sendo elas: Revista de Políticas Públicas (UFMA) e Revista Ser Social (UNB), Revista Argumentum (UFES); 1 revista ligada ao PPG Direitos Humanos, a saber, Revista Sociedade em Debate (UCPEL), 1 revista ligada ao PPG de Ciências Sociais, Revista Emancipação (UEPG).

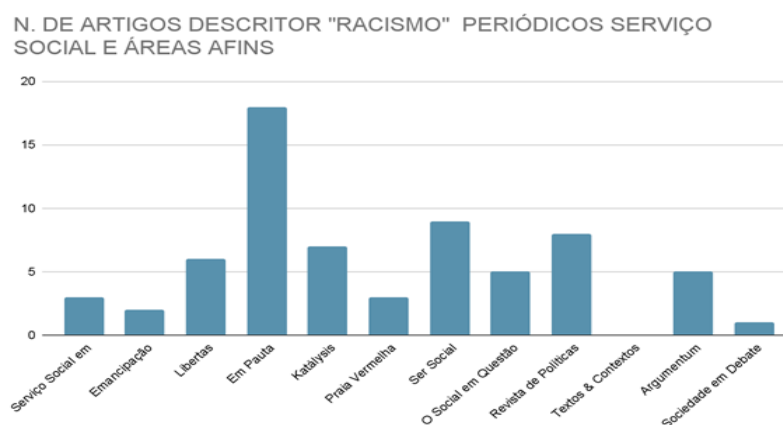
organizadas através de formulários manuais e eletrônicos; e 4) análise a partir dos pressupostos da ACD (DIJK), buscando identificar o contexto, os a(u)tores do discurso, os significados globais e os tópicos do discurso, os significados locais, os modelos mentais, as cognições sociais e a ideologia do discurso apresentada por tais produções.

3.1 O protagonismo dos periódicos da área na consolidação do discurso sobre racismo no Serviço Social

Os periódicos ligados aos programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social, historicamente, ocupam um papel de protagonismo na socialização da produção de conhecimentos na área, sendo importantes fontes de informação sobre as pesquisas produzidas nas diferentes áreas de concentração desses Programas. A amostra desta etapa da pesquisa foi composta a partir de informações colhidas nos trabalhos de Silva (2018, p. 48-50) e de Prates (2016), acrescidas de informações adicionais coletadas pela autora³⁶.

Na busca a partir do descritor “racismo” foram localizados O número de artigos localizados em cada um dos periódicos está apresentado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE ARTIGOS DESCRITOR “RACISMO” PERIÓDICOS DE PROGRAMAS SERVIÇO SOCIAL



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O gráfico acima mostra os 12 periódicos que foram selecionados para compor a amostra, sendo que desses apenas um não apresentou nenhum resultado para a busca a partir do descritor

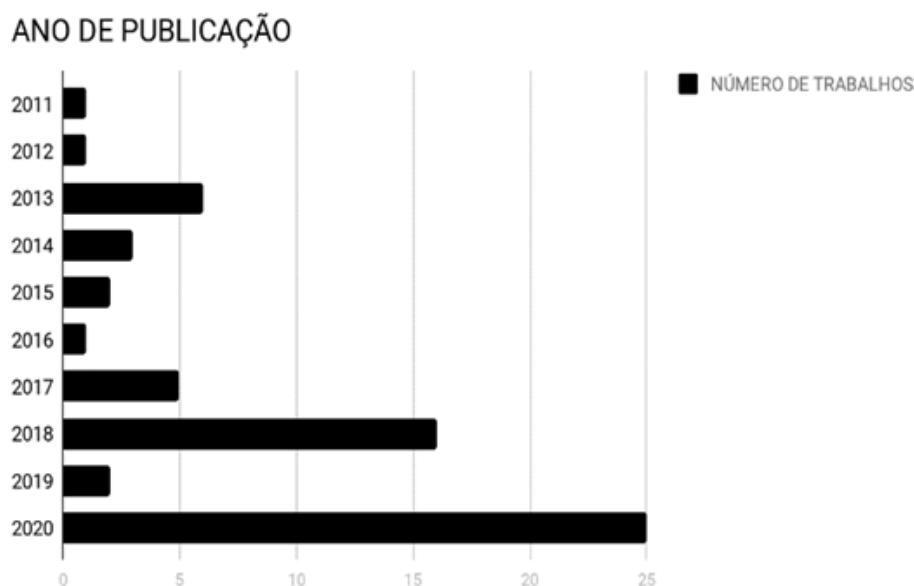
³⁶ Estes periódicos têm como objetivo, de forma geral, publicar textos na área das Ciências Sociais Aplicadas, tendo ênfase o Serviço Social e as Ciências Sociais. Todos eles estão disponíveis de forma online, e em sua maioria têm a periodicidade semestral.

“racismo”: a Revista Textos & Contextos³⁷. As demais possuem um número variado de artigos publicados, desde um artigo na Revista Sociedade em Debate até 18 artigos na Revista em Pauta, totalizando 62 artigos.

Essa informação é relevante, na medida em que oferece um panorama a respeito da presença ou ausência da discussão sobre o racismo e temas afins nesses importantes meios de socialização dos conhecimentos produzidos nos PPGs da área. Da mesma forma, revela o quanto as diferentes áreas de concentração destes Programas têm estabelecido conexões com o tema em discussão.

Outra variável analisada é o ano de publicação dos trabalhos. Com relação a isso, eles estão distribuídos de acordo com o que apresenta o gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS DESCRITOR “RACISMO”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Esse gráfico demonstra uma crescente produção a respeito do tema. Em 2011 e 2012, apenas um trabalho foi publicado. Já em 2013, o número subiu para seis. Houve uma gradativa redução nos anos subsequentes, com três trabalhos em 2014, dois em 2015 e apenas um em 2016. Porém, em 2017 há uma ligeira alta, com a publicação de cinco artigos, mais que triplicando para 16 em 2018, caindo para dois em 2019 e subindo vertiginosamente para 25 em

³⁷ Cabe informar que a busca foi realizada nas bases de dados das referidas revistas no período de setembro a novembro de 2020, sendo que textos adicionados posteriormente não compõem, portanto, a amostra desta pesquisa.

2020, sendo este o ano em que há o maior número de artigos publicados em periódicos da área identificados a partir do descritor “racismo”.

Para compreender o que diz esta análise é fundamental observarmos que os anos em que houve um maior número de publicações (2013, 2014, 2017, 2018 e 2020) são os anos em que algumas das revistas que compõem a amostra lançaram chamadas específicas para artigos sobre a questão étnico-racial. No entanto, muitos destes artigos não foram identificados na busca realizada a partir do descritor “racismo” no banco de dados destas revistas. Assim, foi realizada uma ampla procura de tais materiais, buscando cumprir com o objetivo de “escavar”, nos termos de Miranda (2014), mas também buscando oferecer visibilidade a tais produções e seus autores, visto evidenciarem um tipo de discurso sobre o racismo, que se consolidou na área nos últimos anos.

Assim, além destes 62 artigos localizados através da busca do descritor, identificaram-se também outros textos, publicados em números/dossiês temáticos/especiais chamados por alguns destes periódicos. Esses materiais configuram um tipo de discurso que, veiculado através de tais produções, explicita a relação que Dijk (2015) localiza entre ideologia e comunicação:

As ideologias não são inatas, mas aprendidas. [...] elas são adquiridas gradualmente por pessoas como membros de grupos sociais, mediadas por experiências pessoais (modelos mentais subjetivos) exemplificadas por, ou generalizadas como atitudes socialmente compartilhadas em relação a assuntos políticos ou sociais relevantes. Para que tais atitudes sociais e as ideologias a elas subjacentes sejam adquiridas e compartilhadas em um grupo, elas geralmente precisam, antes de tudo, ser expressas, formuladas ou de alguma forma comunicadas entre os membros do grupo ou defendidas ou legitimadas fora do grupo. Isto é, ideologias são tipicamente produzidas e reproduzidas por falas ou textos, isto é, por um discurso ideológico (DIJK, 2015, p. 56).

Esse discurso sobre o racismo na área do Serviço Social, portanto, compartilhado com a comunidade acadêmica como um todo e, de forma especial, com estudantes e profissionais desta área, veiculam um tipo de discurso e, conseqüentemente, de ideologia ou “ideias compartilhadas” entre os autores de tais produções. Considerando a relevância de tais edições temáticas na consolidação deste discurso, (re)conhecer seus textos, autores e contextos faz-se primordial.

Assim, dentro do período da amostra, o primeiro especial é identificado em 2013, com a Revista “Libertas”, que lançou, em seu volume 13, número 1, uma edição com textos relacionados às condições de vida da população negra no Brasil. A apresentação da edição menciona de forma especial a condição social de mulheres negras, evidenciando que “tanto no campo das relações objetivas materiais quanto no campo das subjetividades, são elas

as que mais sofrem o impacto das diversas manifestações da violência racial” (ROCHA, 2013, p. 1). O texto destaca a importância das estratégias de resistência à opressão das quais lançaram mão, historicamente, as mulheres negras, algumas das quais mencionadas na apresentação da edição. Abaixo seguem os artigos publicados, bem como seus autores:

**QUADRO 1 – ARTIGOS PUBLICADOS REVISTA “LIBERTAS”, VOLUME 13,
NÚMERO 1, 2013**

| AUTOR(A) | TÍTULO |
|-----------------------------------|---|
| Franciane Cristina de Menezes | 1. Repensando a Funcionalidade do Racismo para o Capitalismo no Brasil Contemporâneo |
| Francilene Cardoso | 2. Memória e Luta Política do Movimento Negro no Brasil |
| Ricardo de Souza Januario | 3. Acesso, Permanência e Política de Ação Afirmativa para Negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na Visão dos Gestores |
| Ângela Ernestina Cardoso de Brito | 4. "Cabelo de Bombom": Estratégias de Pertencimento Racial e Socialização por Famílias Inter-Raciais |
| Bianca Machado Concolato Vieira | 5. O Serviço Social Ante as Desigualdades Sociais Advindas da Discriminação Racial no Brasil |
| Jussara de Cássia Soares Lopes | 6. "À Flor da Pele": Memórias de Vivências do Racismo e do Sexismo na Infância e na Adolescência de Assistentes Sociais |
| Joilson Santana Marques Junior | 7. Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Além disso, o texto de apresentação da revista faz uma homenagem póstuma a Franciane Cristina Menezes, mulher negra e militante, autora do texto que abre a edição, falecida em 1º de março daquele ano, conforme apresenta o trecho abaixo:

Sua morte ainda não foi totalmente esclarecida, mas tudo nos leva a acreditar que possa ter sido vítima daquilo que tanto combatia: o racismo institucional. Se comprovado o descaso na atenção à sua saúde, sua morte engrossa a macabra estatística de “mortes evitáveis”. Tal fato deve nos encorajar a continuar a sua (nossa) luta em defesa de uma sociedade livre de todas as formas de discriminação, exploração e opressão (ROCHA, 2013, p. 01).

Em 2014, a Revista “O Social em Questão” lançou a edição número 32, ano 17, com o título “Políticas de ação afirmativa: Direito e reconhecimento” e, segundo a revista:

As propostas dos países Latino-americanos têm se direcionado mais para as políticas sociais de cunho universalista, porém a luta em defesa dos direitos de grupos específicos vem se ampliando nas últimas décadas. No caso Brasileiro, as políticas de redistribuição - dirigidas para redução das desigualdades econômicas - são tradicionalmente adotadas e as políticas de reconhecimento - voltadas para grupos que vivem em condições históricas de discriminação - ainda são pouco conhecidas e, no entanto, mais rejeitadas (SALVADOR, et. al., 2014, p. 09).

Esse número apresenta textos sobre as ações afirmativas, tanto no cenário da educação superior quanto no acesso de negros/as a cargos públicos, passando pela educação quilombola, inclusão de pessoas com deficiência, identidade e políticas de reconhecimento. Segue abaixo a relação dos artigos publicados nesta edição³⁸:

**QUADRO 2 – ARTIGOS PUBLICADOS REVISTA “O SOCIAL EM QUESTÃO”,
EDIÇÃO 32, ANO 17, 2014**

| AUTOR(A) | TÍTULO |
|---|--|
| Thula Rafaela de Oliveira Pires e Kamila Sousa Lima | 8. As ações afirmativas de corte étnico-racial pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2002-2013) |
| Andréa Lopes da Costa Vieira e José Jairo Vieira | 9. O cenário de ação afirmativa e a desconstrução da elitização no Ensino Superior: notas para uma agenda de ação |
| Rosélia Pinheiro de Magalhães e Simone Cazarin de Menezes | 10. Ação afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência |
| Bruna Cristina da Conceição Silva Lyrio e Reinaldo da Silva Guimarães | 11. Porque para o negro sim! As cotas raciais como política de ação afirmativa nas universidades e nas instituições públicas: a defesa de um espaço |
| Márcio Mucedula Aguiar, Rogério de Andrade, Eugenia Portela de Siqueira Marques e Fernanda Alexandrina de Almeida | 12. Ação afirmativa e inclusão étnico-racial: estudo preliminar das políticas de acesso e permanência na Universidade Federal da Grande Dourados entre 2011 e 2013 |
| Suely Noronha de Oliveira | 13. Educação Escolar Quilombola: uma narrativa do processo de produção das diretrizes curriculares no estado da Bahia e em nível nacional |
| Gabriel Carvalho Vogt | 14. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento |
| Silvana Francescon Wandroski e Fernanda Ruschel Cremonese Colen | 15. As ações afirmativas para ingresso de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em 2017, a mesma revista lançou seu número 37, ano 20, sob o título de “Ações afirmativas, movimentos sociais e reconhecimento – Estudos contemporâneos”. O texto da apresentação assim descreve esta edição da revista:

mostra esses diferentes movimentos que reafirmam sua luta coletiva através do reconhecimento, da identidade e principalmente de ações afirmativas que se multiplicaram no Brasil ganhando não só visibilidade, mas principalmente ampliando seus direitos através da participação social, das lutas sociais em busca de democratização e igualdade de seus projetos políticos em disputa (SALVADOR, et. al., 2017, p. 10).

³⁸ Outros quatro artigos estão publicados neste número, mas não foram incluídos na amostra já que se relacionavam a outros temas: luta antimanicomial, ativismos LGBT, pessoas com deficiência e educação prioritária.

Esse número da revista apresenta textos sobre as ações afirmativas para as populações negra, indígena e para pessoas com deficiência. Também aborda o direito à cidade, as comunidades quilombolas, a promoção de culturas e práticas afirmativas, a luta pelo direito à educação superior, luta antirracista, o papel do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Apesar de não apresentar textos que envolvam, exclusivamente, a ideia de racismo, esses dois números da revista “O Social em Questão” contribuem com a discussão sobre um dos campos considerados fundamentais para a superação dos efeitos do racismo estrutural no Brasil – as políticas de ação afirmativa.

**QUADRO 3 – ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA “O SOCIAL EM QUESTÃO”,
EDIÇÃO 37, ANO 20, 2017**

| AUTOR(A) | TÍTULO |
|--|---|
| Joselina da Silva e Nicácia Lina do Carmo | 18. 1945/1988/1997 - Cotas para negros no Brasil: uma conversa que vem de longe |
| Joílson Santana Marques Junior | 19. Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial no Serviço Social |
| Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de Castro, Shirlena Campos de Souza Amaral e Gabriela do Rosario Silva | 20. A política de cotas para pessoas com deficiência nas universidades estaduais do Rio de Janeiro: a legislação em questão |
| Rosa Maria Castilhos Fernandes, Valesca Ames e Angélica Domingos | 21. Encontros e desencontros das ações afirmativas no ensino superior: as resistências dos estudantes indígenas |
| Taísa Sanches | 22. “Lá eu sou respeitada”: Reconhecimento e Direito à Cidade em um bairro do Programa Minha Casa Minha Vida |
| Sidimara Cristina de Souza e André Augusto Pereira Brandão | 23. Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Mucuri: um emaranhado de significados no processo de construção identitária |
| Sarita Amaro | 24. Promoção de culturas e práticas afirmativas no ensino superior: ideias em ebulição |
| Cibele da Silva Henriques | 25. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior |
| Aline Batista de Paula | 26. Construindo discursos que constroem sujeitos? Um debate sobre a contribuição da Lei 10.639/2003 na luta antirracista |
| Vanessa Silveira de Brito e Maria Alice Rezende Gonçalves | 27. O PVNC na perspectiva dos egressos |

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Também em 2017, a Revista Ser Social, lançou o número 41, volume 19, sob o título de “Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais”³⁹, cujo objetivo foi:

contribuir criticamente para o debate contemporâneo sobre essa relação social e o papel do Estado na diminuição das desigualdades estruturais e estruturantes.

³⁹ Considerando a limitação de páginas deste texto, foram mencionados aqui somente os artigos publicados nesta edição que se relacionavam com o tema em estudo: “racismo”. Assim, outros 10 artigos publicados não foram mencionados. Além disso, há também um texto em espanhol nesta edição e por isso não foi mencionado.

Se há uma abordagem conservadora da questão racial, que com uma visão limitada da problemática pregoa apenas a igualdade de oportunidades, também existe uma versão crítica da problemática, que defendemos, na qual o Estado desenvolve uma intervenção ativa para provocar/estimular a mudança social, econômica e cultural (2017, p. 269).

Este número da revista *Ser Social* apresenta uma contribuição crítica ao entendimento sobre o papel do Estado no combate ao racismo, bem como problematiza, a partir do marxismo, as análises sobre o racismo enquanto parte da totalidade das relações sociais capitalistas.

QUADRO 4 – ARTIGOS PUBLICADOS REVISTA “SER SOCIAL”, NÚMERO 41, VOLUME 19, 2017

| AUTOR | TÍTULO |
|--|--|
| Tereza Cristina Santos Martins | 28. Oposição entre as Lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? |
| Silvia Cristina de Sousa Carvalho | 29. Eurocentrismo e Racismo: o fetiche nas relações sociais da sociedade capitalista |
| Laís Gonçalves de Jesus, Mônica Rodrigues Costa | 30. Impactos do Racismo na Subjetividade de Indivíduos Negros |
| Rachel Gouveia Passos, Tales Willyan Fornazier Moreira | 31. Reforma Psiquiátrica brasileira e Questão Racial: contribuições marxianas para a Luta Antimanicomial |
| Thais Regina de Carvalho, Mariana Cesar Verçosa Silva | 32. Representações e literatura infantil: Análises a partir dos desenhos de crianças |
| Juliana Marta Santos de Oliveira | 33. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em 2018, a Revista *Katálysis* lançou o número 3, volume 21, sob o título “Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade”. No editorial, a revista destaca a centralidade que tem assumido, no pensamento crítico contemporâneo, a articulação entre gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, gerações e outras categorias sociais para se compreender não só as desigualdades, mas também “a dialética das opressões e das resistências” (2018, p. 435):

O feminismo (na academia e nos movimentos), o pensamento e a luta antirracista e o movimento negro, os movimentos e teorias anti, pós e decoloniais, os movimentos e os estudos LGBT, entre outros, denunciaram o paradoxo da modernidade entre, de um lado, o culto do Homem universal, em suas versões de sujeito da razão, de sujeito político e de direito e de Eu psicológico, e de outro a produção de diferenças e hierarquias de todo tipo, que evidenciam acessos diferenciados e assimétricos, quando não ausência absoluta de acesso, à posição de humanidade, aos bens e à riqueza produzidos, ao reconhecimento enquanto sujeito de direitos ou enquanto sujeito político (MALUF, 2018, p. 435).

Este número da revista *Katálysis* chama atenção para a discussão sobre interseccionalidade (CRENSHAW, 1989), consubstancialidade (KERGOAT, 2015) e agenciamento (PUAR, 2013), conceitos que vêm à tona quando se trata de discutir as articulações entre diferentes categorias sociais que geram desigualdades. Identifica-se nesta edição a ideia de aproximar-se dos estudos descoloniais, decoloniais ou pós-coloniais, já que apresenta uma crítica aos arranjos políticos e sociais que deram origem à modernidade capitalista.

QUADRO 5 – ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA “KATÁLYSIS”, NUMERO 3, VOLUME 21, 2018

| AUTOR(A) | TÍTULO |
|--|--|
| Rachel Gouveia Passos, Cláudia Mazzei Nogueira | 34. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho |
| Renata Gonçalves | 35. Quando a questão racial é o nó da questão social |
| Iris Pontes Soares | 36. Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira |
| Diogo Joaquim dos Santos | 37. Luta antirracista, unidade e transformação: um ensaio teórico |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em 2020, a revista “Em Pauta. Teoria Social e Realidade Contemporânea” lançou os números 45 e 46 sob o título de “Questão Étnico-Racial e Antirracismo”, com os seguintes objetivos: “... proporcionar a difusão de pesquisas e reflexões contemporâneas sobre as relações raciais e sua articulação com os processos sociais e políticos constitutivos do neoliberalismo, suas expressões materiais, assim como o rebatimento das múltiplas determinações do racismo estrutural na sociedade brasileira” (ALMEIDA e SILVA, 2020, p. 08).

Os artigos publicados no número 45 versam sobre temas diversos: modernidade, proibicionismo, guerra às drogas, superexploração, famílias e infâncias negras, saúde mental, Reforma Previdenciária, política de igualdade racial, educação, política de cotas, formação profissional. Abaixo seguem os artigos publicados nesta edição:

QUADRO 6 – ARTIGOS PUBLICADOS REVISTA “EM PAUTA”, NÚMERO 45, 2020

| AUTOR(A) | TÍTULO |
|--|---|
| João H. Costa Vargas | 38. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade |
| Lucia Cristina dos Santos Rosa, Thaís de Andrade Alves Guimarães | 39. O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista |
| Daniela Ferrugem | 40. Guerra às drogas? |
| Gustavo Gonçalves Fagundes | 41. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro |
| Marcia Campos Eurico | 42. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo |

| | |
|--|--|
| Vanessa Cristina dos Santos Saraiva | 43. Repensando a circulação e a adoção de crianças negras na família brasileira |
| Elizete Maria Menegat, Marco José de Oliveira Duarte, Vanessa de Fátima Ferreira | 44. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura |
| Rachel Gouveia Passos | 45. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial |
| Marcelo Paixão, Mario Theodoro | 46. ... para depois dividir: notas sobre Reforma Previdenciária e assimetrias raciais no Brasil |
| Maria Zelma de Araújo Madeira | 47. Política de igualdade racial na realidade cearense |
| Aline Batista de Paula | 48. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária |
| Erica da Silva Mendonça, Maria Lúcia Machado Aranha | 49. Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social |
| Carina Lilian Fernandes Pinheiro, Maria de Lourdes Soares | 50. A lei de cotas por um fio: o retrocesso social atual |
| Andréia Clapp Salvador | 51. O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas – a experiência da educação superior brasileira |
| Dyana Helena de Souza, Lucélia Luiz Pereira | 52. Formação profissional e debate sobre a questão racial no curso de Serviço Social da UnB: percepção das/os formandas/os e egressas/os do curso |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Já o número 46 da revista apresentou textos sobre genocídio, relações raciais, quilombolas, trabalhadores negros, previdência social, aborto, decolonialidade, deslocamento, racismo epistêmico e avaliação de fenótipo. Esta produção, de acordo com o texto do editorial, busca contribuir para fortalecimento de uma rede nacional e internacional de pesquisadores/as negros/as e não negros/as comprometidos/as com o enfrentamento das iniquidades raciais. Seguem os artigos publicados nesta edição:

QUADRO 7 – ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA “EM PAUTA”, NÚMERO 46, 2020

| AUTOR(A) | TÍTULO |
|---|---|
| Lúcia Xavier | 53. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar? |
| Carmen Corato | 54. Formação social brasileira: interface com as relações raciais |
| Maria Raimunda Penha Soares | 55. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social |
| Gracyelle Costa | 56. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira |
| Maria Lucia Lopes da Silva, Jéssika Larissa Sousa Lima | 57. Racismo, trabalho e previdência social no Brasil |
| Nathália Diórgenes Ferreira Lima, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro | 58. Aborto, Racismo e Violência: Reflexões a partir do Feminismo Negro |
| Caroline Fernanda Santos da Silva | 59. Decolonialidade e estudos críticos do discurso: convergências para abordagens antirracistas no Brasil |
| Christen A. Smith, Michaela Machicote | 60. “Zonas de Não Ser”: mulheres negras sem-teto e deslocamento nos Estados Unidos |

| | |
|--|---|
| Dayana Christina Ramos de Souza Juliano | 61. O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito a vida e o Serviço Social |
| Anny Ocoró Loango | 62. Ciência e ancestralidade na Colômbia: racismo epistêmico sob o disfarce de cientificismo |
| Wagner Roberto do Amaral, Jenifer Araujo Barroso Bilar | 63. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão |
| Gabriela Alves dos Santos, Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso | 64. Povos ciganos e Serviço Social: um necessário diálogo para o debate étnico-racial |
| Thais Felipe Silva dos Santos, Maria Beatriz da Rocha Alarcón, Edna Fernandes da Rocha | 65. Avaliação de fenótipo: a participação do assistente social |
| Cassia Engres Mocelin, Patrícia Krieger Grossi | 66. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

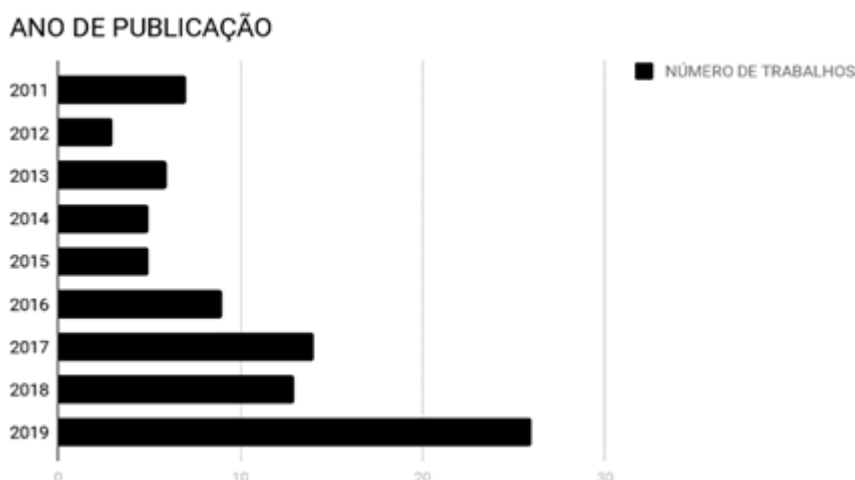
A partir destas informações, percebe-se que a produção veiculada nestes periódicos possibilitou o avanço da discussão sobre o racismo no âmbito do Serviço Social, indicando perspectivas e consolidando tendências deste debate, que ainda tem muito a amadurecer⁴⁰. Os/as autores/as de tais produções cumprem, da mesma forma, um papel importante na consolidação dessa discussão na área do Serviço Social, assumindo o compromisso coletivo de discutir sobre o racismo e estabelecendo conexões com as reflexões e problematizações específicas da área do Serviço Social.

3.2 Produções sobre o Racismo na área do Serviço Social: contextos, significados locais, significados globais e os tópicos do discurso das Teses, Dissertações e Artigos

As produções de teses e dissertações têm algumas particularidades com relação aos artigos publicados na área. Por exemplo, na análise sobre o ano dessas produções, verifica-se que, enquanto os artigos têm alguns picos de publicação em anos específicos, nas teses e dissertações as produções são mais contínuas. Ainda assim, é possível observar que a produção de trabalhos em torno deste tema cresceu significativamente, em especial nos últimos 4 anos analisados, conforme demonstra o gráfico abaixo:

⁴⁰ Os artigos publicados em edições especiais/temáticas somam 66, em contraste com os 67 localizados através das plataformas digitais e mecanismos de buscas a partir do descritor “racismo”, localizado em cada um dos periódicos que compõem a amostra desta pesquisa.

GRÁFICO 3 – ANO DE PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES IDENTIFICADAS A PARTIR DO DESCRITOR “RACISMO”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir das informações apresentadas no gráfico acima, vemos que este aumento nas produções em nível de pós-graduação envolvendo o tema sem dúvidas relaciona-se ao contexto social vivenciado no país nos últimos anos. Considerando-se especialmente o período de 2016 em diante, percebe-se que os constantes ataques aos direitos e às políticas sociais, particularmente no período pós golpe de 2016 e pós eleição presidencial de 2018, refletem diretamente neste crescimento exponencial dos trabalhos envolvendo o tema racismo.

Diante dos atuais retrocessos nas discussões e práticas envolvendo a garantia de direitos à população negra e à adoção das ações afirmativas, por exemplo, bem como o retorno muito recente da retórica de que não há racismo na sociedade brasileira⁴¹, tais produções são formas de resistência, afirmação de direitos e denúncia. Esse aspecto relaciona-se com o que DIJK (2015) denomina de negação do racismo, que se utiliza de diferentes níveis de seletividade para justificar uma espécie de possibilidade de “administração” dos casos isolados de racismo:

Ao ser atribuído seletivamente à direita radical, o racismo é negado como característica do grupo dos cidadãos brancos moderados e ao mesmo tempo apresentado como algo que pode ser administrado, por exemplo, pela punição ocasional aos racistas mais radicais da ala direita. Reconhecer a existência de muitas formas sutis de racismo disseminadas no cotidiano social significaria dar apoio a uma forma de análise sociopolítica que não se sustenta mais (DIJK, 2015, p. 168).

Assim, admite-se o racismo como característica de um determinado grupo social, ou, ainda, como atitude isolada de determinadas pessoas. Isso ocasiona uma espécie de seletividade

⁴¹ Referência às falas proferidas pelo presidente e vice-presidente do Brasil, após o assassinato de João Alberto, homem negro, em uma loja do Carrefour, em Porto Alegre, em 19 de novembro de 2020.

nas formas de combate a esse racismo, pois se o problema não é visto como um todo, as possíveis soluções pensadas para ele também não o serão. Trazer à tona essas formas sutis de racismo também é uma tarefa da ACD, visto que ela busca dar ênfase a diferentes formas de reprodução discursiva do racismo, sendo a negação uma delas.

Aplicando-se os filtros selecionados, foram localizados 88 trabalhos, dividindo-se entre 48 dissertações e 40 teses. Esses trabalhos foram produzidos em 23 universidades, distribuídas pelas 5 regiões do país. O gráfico abaixo apresenta essa informação de acordo com a região, para que se possa captar a forma como se distribui, geograficamente, essa discussão:

GRÁFICO 4 – REGIÕES DO PAÍS ONDE FORAM PRODUZIDAS AS TESES E DISSERTAÇÕES IDENTIFICADAS A PARTIR DO DESCRITOR “RACISMO”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A análise sobre as Universidades e regiões do país onde foram produzidos os trabalhos em nível de Pós-Graduação mostra que o maior número desses trabalhos foi desenvolvido na Região Sudeste, com um total de 49⁴², sendo que o Estado do Rio de Janeiro é o que mais produz sobre o tema, com um total de 32 trabalhos⁴³. Essa concentração de produções na região Sudeste do país é um fator que pode relacionar-se à concentração de Universidades e Programas

⁴² Nessa região, o Estado do Espírito Santo tem um total de cinco trabalhos: três produzidos na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória e dois na Universidade Federal do Espírito Santo. No Estado de São Paulo há 13 trabalhos, cinco produzidos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e sete produzidos na Universidade Federal de São Paulo.

⁴³ Dos quais cinco produzidos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sete na Universidade Federal Fluminense, oito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e 12 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, esta última a que mais produz sobre o tema no país.

de Pós-Graduação (PPG) nesta região. Em estudo sobre os PPGs em Serviço Social no Brasil, realizado em 2016, Prates et al. (2016) mencionam que:

A maioria dos programas da área básica de Serviço Social oferta somente cursos de mestrado (52,38%), sendo que 47,62% dos programas possuem cursos de mestrado e doutorado. O primeiro grupo de programas situa-se, predominantemente, na região nordeste (54,54%), seguida dos programas das regiões sudeste (18,18%), norte, sul e centro-oeste, cada uma representando 9,09%. Já os programas de mestrado e doutorado situam-se, predominantemente, na região sudeste (50%), seguida da região sul e nordeste (perfazendo 20% cada) e, em pequena escala, na norte (10%) (PRATES, et. al., 2016, p. 10).

Indo ao encontro desta informação, percebeu-se na análise que a Região Nordeste⁴⁴ é a segunda região que mais produz sobre o tema, com um total de 22 trabalhos⁴⁵. Em seguida destaca-se a Região Sul, onde há um total de nove trabalhos⁴⁶; a Região Centro-Oeste, com seis trabalhos⁴⁷ e, por fim, a Região Norte, que apresenta dois trabalhos⁴⁸.

Refletir a respeito dos assuntos predominantes nestas produções (teses, dissertações e artigos) pode revelar os significados locais e globais contidos no discurso ora analisado. De acordo com Dijk (2013, p. 359): “os tópicos do discurso desempenham um papel fundamental na comunicação e interação. Definidos como ‘macroestruturas semânticas’ e derivadas dos significados locais (microestruturas), os tópicos representam o que o discurso ‘quer dizer’ em termos globais”. Nesta análise, foi observada uma grande variedade de abordagens temáticas, de forma que foi preciso estabelecer uma categorização prévia entre os assuntos semelhantes⁴⁹, a fim de organizar os trabalhos a partir dos enfoques apresentados em cada um deles.

Dijk (2013, p. 359) argumenta, com relação aos tópicos do discurso, que “Definidos como significados globais, os tópicos não podem ser observados diretamente, mas inferidos ou

⁴⁴ Cabe destacar a ausência de PPGs no Estado da Bahia até 2011 (UFBA e UFRB), o que poderá modificar esse cenário.

⁴⁵ Eles estão assim distribuídos: nos Estado de Sergipe e Alagoas há um trabalho em cada, produzidos, respectivamente, na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade Federal de Alagoas. No Estado do Ceará há dois trabalhos, produzidos na Universidade Federal do Ceará. No Estado da Paraíba há um trabalho, produzido na Universidade Federal da Paraíba. No Estado do Rio Grande do Norte há cinco trabalhos produzidos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No Estado do Maranhão também há cinco trabalhos, produzidos na Universidade Federal do Maranhão. E no Estado de Pernambuco há seis trabalhos, produzidos na Universidade Federal de Pernambuco.

⁴⁶ Sendo que no Estado do Rio Grande Do Sul há três trabalhos, dois produzidos na Universidade Católica de Pelotas e um produzido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No Paraná há três trabalhos, produzidos na Universidade Estadual de Londrina, e em Santa Catarina também há três trabalhos, produzidos na Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴⁷ Sendo cinco produzidos na Universidade de Brasília e um produzido na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

⁴⁸ Produzidos na Universidade Federal do Pará.

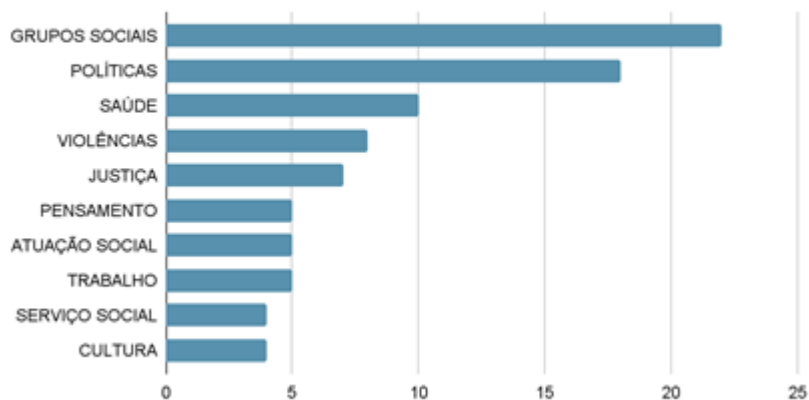
⁴⁹ Os assuntos predominantes nas 88 teses e dissertações que compõem a amostra analisada neste trabalho foram divididos em 10 grandes grupos.

previamente determinados no discurso pelos usuários da língua. Entretanto, estão presentes no discurso como, por exemplo, em títulos, manchetes, sumários, resumos, orações ou conclusões temáticas”.

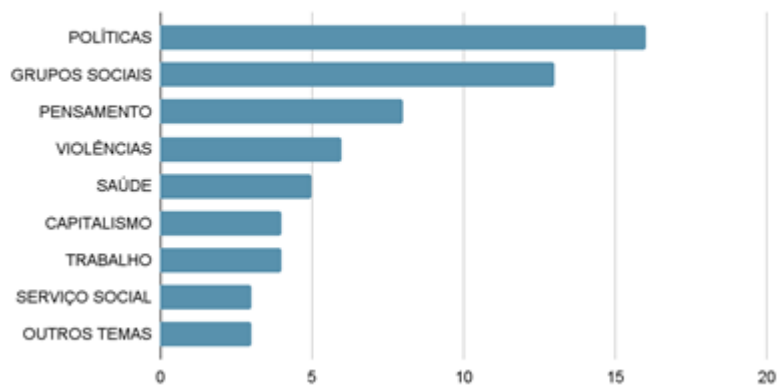
Vejamos abaixo um comparativo entre os assuntos predominantes nos artigos⁵⁰ e nas teses e dissertações. Estas informações são apresentadas nos gráficos abaixo:

GRÁFICOS 5 e 6 – ASSUNTOS PREDOMINANTES EM TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS IDENTIFICADOS A PARTIR DO DESCRITOR “RACISMO”

ASSUNTOS PREDOMINANTES TESES E DISSERTAÇÕES
DESCRITOR “RACISMO”



ASSUNTOS PREDOMINANTES ARTIGOS DESCRITOR
“RACISMO”



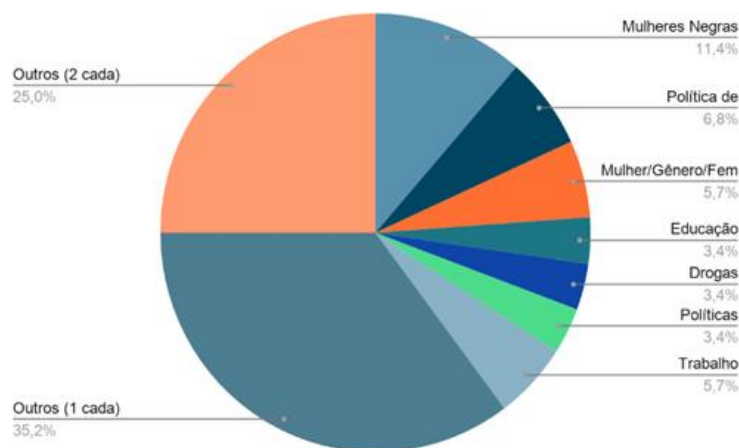
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A análise sobre os assuntos predominantes nas teses e dissertações revela que o maior número de produções se volta a “grupos sociais”, com 22 trabalhos. Neste tópico, a maioria se

⁵⁰ Os artigos aqui contabilizados são aqueles identificados a partir do descritor racismo no banco de dados de cada um dos periódicos analisados.

direcionou ao assunto “mulher negra” (10 trabalhos ou 11,4%). Depois, há os que discutem os assuntos “mulher/gênero/feminismo” (cinco respostas), o que aponta uma importante tendência na produção de conhecimento em Serviço Social na atualidade. Somados, os trabalhos envolvendo questões relacionadas à mulher ou a gênero totalizam 15, constituindo-se como assunto predominante nas produções que compõem a amostra. O gráfico abaixo apresenta os demais assuntos predominantes, sendo que alguns temas apareceram somente em um trabalho⁵¹ (totalizando 35,2%) e alguns que aparecem em dois trabalhos⁵² (totalizando 25%):

GRÁFICO 7 – ASSUNTOS PREDOMINANTES NOS TRABALHOS IDENTIFICADOS A PARTIR DO DESCRITOR “RACISMO”



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os trabalhos do grupo denominado “Políticas Públicas” somam 18, sendo o segundo assunto predominante nas teses e dissertações. Neste grupo, destacam-se os trabalhos sobre as Política de Cotas/Ações Afirmativas (seis), seguido pelos trabalhos sobre Educação (três). Isso aponta para a centralidade da discussão sobre política social no âmbito do Serviço Social, o que converge com a predominância dos temas presentes nos artigos publicados nos periódicos analisados.

⁵¹ Foram os seguintes temas: Criança/adolescente, Situação de Rua, Imigrantes, Política de Igualdade Racial, Meio Ambiente, Bem Estar Social, Acolhimento institucional, Subjetividade, Saúde da População Negra, Aids, Violência contra a mulher, Violência Estrutural, Necropolítica, Femicídio, Bullying Escolar, Assédio, Prisões, Alternativas Penais, Justiça Restaurativa, Resistência, Racismo contemporâneo, Identidade racial, Clóvis Moura/Práxis Negra, Branquitude, Colonialidade, Alienação, Discurso, Conjunto CFESS CRESS, Formação Profissional, Cultura, Hip Hop.

⁵² Foram os seguintes temas: Jovens, Quilombolas, Racismo Institucional, Violência Obstétrica, Saúde, Genocídio Juventude Negra, Sistema Sócio Educativo, Encarceramento e Movimento Negro.

Nos artigos inverteu-se a ordem, visto que o assunto mais abordado é a expressão “Políticas Públicas”, seguido por “Grupos Sociais”. Essas abordagens apresentadas nos títulos dos trabalhos associam-se ao que Dijk (2013) propõe, a respeito dos tópicos do discurso:

incorporam as informações mais importantes de um discurso [...]. Os tópicos são os significados que os usuários da língua instituem na produção e compreensão do discurso, o ‘essencial’ que será lembrado. Os usuários da língua não são capazes de memorizar e gerenciar todos os detalhes dos significados locais de um discurso. Assim, organizam os significados locais em significados globais ou tópicos. A relevância social dos tópicos na interação discursiva e a estrutura social definem a orientação dos falantes, das organizações e dos grupos e traz discussões e ações futuras muito significativas (DIJK, 2013, p. 359).

Os tópicos do discurso apresentados através de tais produções chamam atenção para o cruzamento de temas presentes tanto nas teses e dissertações quanto nos artigos, demonstrando certas ênfases nas abordagens. Associando-se os elementos que fazem parte das estruturas do discurso, tais como os significados locais, o significado das palavras, a coerência e a relação entre as proposições, chega-se à ideia de contexto (DIJK, 2013), em que a razão da escolha dessas estruturas é geralmente contextual, ou seja: o texto retrata o contexto.

Essa análise demonstra uma importante tendência na produção de conhecimento sobre o racismo na área do Serviço Social: refletir sobre a realidade vivenciada pelas mulheres negras. É possível entender a produção acentuada sobre este tema como um possível reflexo de dois movimentos articulados: 1) o processo organizativo deste segmento social, tendo o movimento de mulheres negras alta incidência no processo organizativo da própria categoria profissional dos assistentes sociais; e 2) O aumento do acesso deste segmento social aos cursos de nível superior, especialmente a partir da adoção das políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras, especialmente em nível de graduação, mas, também, nos cursos em nível de pós-graduação. Refletindo sobre a maior participação da população negra nos ambientes acadêmicos/universitários, Miranda (2014) afirma que:

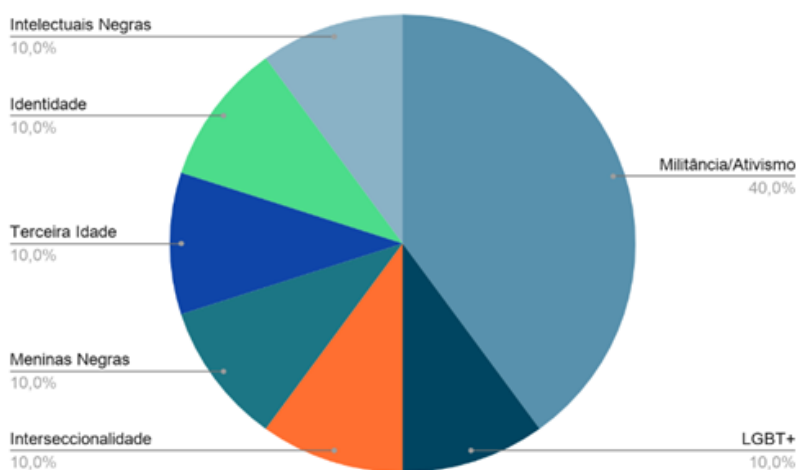
A circulação dos corpos não-autorizados, nessas esferas – instituídas com as políticas de branquidade –, com suas imagens provocativas e carregadas da fenotípia africana, se constitui como uma possibilidade de desafiar o ethos acadêmico, os cânones científicos. Por isso, não se trata de uma experiência individual. São possibilidades de promover alternativas de experiências fronteiriças para todo um segmento. Desafios a serem assumidos e, conseqüentemente, indispensáveis para penetrar em territórios que tradicionalmente não agregaram as formas de conhecimento de sujeitos da Diáspora Africana como sendo uma alternativa de avançarmos incluindo outro lócus de enunciação (MIRANDA, 2014, p. 17).

Ou seja: pode-se dizer que o processo posto em prática pelas mulheres negras de colocar-se na história enquanto sujeitas produtoras de conhecimento têm impactado a produção teórica do Serviço Social. Destas 10 produções, cinco são teses e cinco são dissertações; há um equilíbrio entre os anos de defesa dos trabalhos, variando de um a dois no período que vai de 2011 a 2019, com exceção dos anos de 2014, 2015 e 2018, quando nenhum trabalho foi identificado.

Essas produções teóricas sinalizam um deslocamento epistemológico contra-hegemônico em curso na produção de conhecimento da área, evidenciando as “escrevivências” das mulheres negras. O termo “escrevivências” faz referência ao conceito criado por Evaristo (2006), que possui três elementos formadores essenciais: o corpo, a condição e a experiência⁵³ (OLIVEIRA, 2009).

Com relação aos assuntos predominantes nestas 10 produções, estão presentes: intelectuais negras, identidade, terceira idade, meninas negras, interseccionalidade e LGBTQIA+, que apresentam um trabalho cada; e quatro trabalhos que têm como assunto principal “militância/ativismo social”, sendo este o assunto predominante, conforme demonstra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 8– TESES E DISSERTAÇÕES COM DESCRITOR “RACISMO”, ASSUNTO PREDOMINANTE MULHER NEGRA, QUESTÕES DISCUTIDAS



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

⁵³ “O primeiro elemento reporta à dimensão subjetiva do existir negro, arquivado na pele e na luta constante por afirmação e reversão de estereótipos. A representação do corpo funciona como ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere. O segundo elemento, a condição, aponta para um processo enunciativo fraterno e compreensivo com as várias personagens que povoam a obra. A experiência, por sua vez, funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e poder de persuasão à narrativa” (OLIVEIRA, 2009, p. 622).

Essas ênfases capturadas através dos tópicos do discurso indicam, para Dijk (2013), os resultados da seleção que os usuários da linguagem fazem em seus modelos mentais, socialmente partilhados:

Os significados locais são o resultado da seleção feita pelos usuários nos seus modelos de eventos ou em suas crenças mais gerais, ou seja, as que são socialmente compartilhadas. Ao mesmo tempo, representam o tipo de informação que, sob o controle dos tópicos globais, influenciam mais diretamente os modelos mentais, e, assim, as opiniões e atitudes dos receptores. Com os tópicos, os significados locais são os mais lembrados e facilmente reproduzidos pelos receptores, e, por isso, com consequências sociais (DIJK, 2013, p. 361).

A partir disso, constata-se que os modelos mentais dos autores podem influenciar os modelos mentais dos receptores do discurso. Então infere-se que as produções aqui analisadas reverberam de uma forma muito particular dentre seus leitores, possibilitando uma crescente produção neste sentido, ou seja: ocasionando consequências sociais. Então, ao mencionarmos essa atuação social das mulheres negras, ou essa performance⁵⁴, para associar essa reflexão às ideias desenvolvidas por Miranda (2014), do que exatamente estamos falando?

Miranda (2014) menciona a performance de intelectuais brasileiras insurgentes, cuja atuação originou-se “Nos interstícios que conformam as matrizes teóricas e/ou ideológicas do Movimento Negro do Brasil (MN)” e aí “foi possível observar um ponto de inflexão onde as intelectuais afro-brasileiras [...] atuaram de modo decisivo” (2014, p. 1). A autora sinaliza que através de um processo de “encarnação/desencarnação epistêmica”, é que foi possível “localizarmos alguns atalhos por onde as intelectuais afro-brasileiras forçaram sua passagem” (2014, p. 3). Abaixo segue a identificação dos trabalhos que compuseram essa etapa da pesquisa:

QUADRO 8 – TESES E DISSERTAÇÕES DESCRITOR “RACISMO”, ASSUNTO PREDOMINANTE “MULHER NEGRA”, QUESTÕES DISCUTIDAS

| AUTORA | TÍTULO | ANO PUBL | TIPO TRAB/UNIV | PALAVRAS CHAVE |
|--------------------------|--|----------|----------------|--|
| ALMEIDA, MAGALI DA SILVA | Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na universidade do estado do rio de janeiro | 2011 | T PUC RIO | Mulher negra Identidade Racismo Sexismo Resistência Ação afirmativa |

⁵⁴ Nesse engendramento, Spivak (2010) situa a mulher intelectual como “sujeito performático” com a tarefa de fomentar ambiências de denúncia, de crítica, de resistência e de outras enunciações. Portanto, exige-se da mulher intelectual a cumplicidade com a experiência da mulher subalterna (MIRANDA, 2014, p. 14)

| | | | | |
|--------------------------------------|--|------|-----------|--|
| LEMONS, ROSALIA DE OLIVEIRA | Do Estatuto da Igualdade Racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas | 2016 | T UFF | Marcha das Mulheres Negras 2015 Feminismos Negros Pesquisa Ativista Feminista Negra Estatuto da Igualdade Racial Políticas Públicas e Relações Raciais |
| LIRA, PRISCILA LEMONS | Movimento de mulheres negras e o serviço social | 2019 | D UFSP | Mulheres Negras Serviço Social Racismo Classes Sociais |
| CLEMENTE, FLAVIA DA SILVA | Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras | 2019 | T | Internet Mulheres Negras Racismo Raça Sexismo |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A seguir serão analisadas algumas informações sobre os trabalhos voltados à discussão sobre militância/ativismo/organizações de mulheres negras. A análise será apresentada de acordo com a data de defesa dos trabalhos, da menor para a maior. A ideia é identificar alguns elementos chave que possam dialogar com as proposições levantadas nesta tese.

3.3 Intelectuais insurgentes: ativismo negro no combate ao racismo

O primeiro trabalho a ser destacado é a tese de Almeida (2011): “Mulher negra militante: Trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da Política de Ações Afirmativas na UERJ”, produzida na PUC Rio. Neste ano, o Brasil ainda vivia o momento histórico do desabrochar das políticas de cotas e ações afirmativas nas Universidades Federais, ainda muito impulsionados pelos governos do PT, em um contexto social de avanços e conquistas no campo dos direitos progressistas.

É possível dialogar com as proposições apresentadas nesta tese, na qual se destaca a referência da autora ao poder da palavra e da comunicação, sobretudo quando estabelece um diálogo com o poema “Não abuse da palavra”, de Ana Cruz (2001)⁵⁵, nas considerações finais

⁵⁵ De vez em quando eu xingo.

Mas não falo nomes pesados, não rogo praga,
pois ela se divide: uma parte fica com quem manda.

Palavra não tem cor, não tem cheiro
nem peso, mas tem força, vibra.

Sutilmente a palavra pode derrubar uma
pessoa com a mesma precisão de um
golpe quase invisível, porém mortal,
De um judoca” (CRUZ, 2001, p. 25).

do trabalho. Nesse momento, Almeida (2011, p. 272) argumenta que: “o poema (...) apresentado na epígrafe desta conclusão, afeta em mim como um acorde e, assim, tomo a palavra como potência. Por consequência, como partícipe da tradição negro-brasileira, endosso a ideia de que a palavra tem poder: ela vibra e, portanto, é capaz de derrubar, como sinaliza o poema, para, então, edificar”.

A partir dessa metáfora entre a vibração de um acorde e a potência da palavra, que é dotada de poder, podendo ora derrubar e ora edificar, Almeida (2011) sinaliza uma questão fundamental que caracteriza a tradição do pensamento negro em África e na Diáspora, que é o poder da palavra na tradição afro-brasileira. Com isso, chama atenção para a importância da valorização e incorporação de saberes e fazeres negros nos ambientes acadêmicos e de pesquisa, para não se perpetuar o epistemicídio.

Durante a pesquisa, a autora busca responder à seguinte questão: “Em que medida o debate sobre as cotas raciais influenciou ou não na construção da identidade de resistência das alunas cotistas negras e militantes?” Dialogando com diversos autores, dentre alguns contemporâneos e outros “escavados” (para usar o termo de Miranda), a autora demonstra preocupação com os estudos que veem “o negro como sujeito” e faz o seguinte apontamento:

Estudos sobre o racismo e o negro como sujeito na sociedade brasileira foram realizados, quase que exclusivamente por incansáveis intelectuais negros no intuito de explicar a desigualdade racial e as desvantagens desse segmento populacional no acesso aos bens serviços. Essa literatura, fruto de pesquisas acadêmicas e reflexões ativistas, são instrumentos importantes de divulgação do pensamento negro e antirracista. Essas publicações não circulam na universidade e seus conteúdos foram, por muito tempo, deslegitimados academicamente. O pensamento negro, durando um longo tempo, não foi considerado como possuidor de estatuto epistemológico na Universidade brasileira. Esse fato é por mim definido neste estudo como “outridade da ciência”. Dito de outra forma, não há lugar para epistemologias étnicas. A prática acadêmica é conservadora e limitada no sentido de romper com os paradigmas epistemológicos hegemônicos. Ainda prevalece nas instituições formais de ensino (escola e universidade) a hegemonia do pensamento etnocêntrico de base europeia e estadunidense (ALMEIDA, 2011, p. 124).

Assim, nesta produção, Almeida (2011) chega à tese de que essa identidade racial das ativistas que participaram do estudo “foi construída no contexto da implementação das cotas raciais e afirmadas no processo de organização coletiva dos estudantes negros e negras na UERJ”. Nesse ínterim, tem destaque na produção os conceitos de identidade, alteridade, raça, gênero e resistência. É realizada uma análise sobre as desigualdades raciais, em diversas áreas,

tendo nas ações afirmativas uma possibilidade de resposta a tais desigualdades, mesmo que impactadas pelo advento do neoliberalismo.

Em 2016, Lemos publica a tese intitulada: “Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas”. É possível dialogar com essa tese sobretudo a partir do referencial teórico apresentado, já que se evidencia a presença de intelectuais negros e negras para a compreensão da realidade social brasileira, apontando para o protagonismo da população negra. Dentre os principais autores utilizados destacam-se: Beatriz Nascimento (2018, 1974), Abdias do Nascimento (2020), Guerreiro Ramos (1957), Lélia Gonzalez (2020), Werneck (2007).

Em 2019 há dois trabalhos produzidos. Foi o ano em que se identificou maior produção. Na dissertação de Lira (2019) a autora examina a relação entre o Movimento de Mulheres Negras e o Serviço Social, no período de 1988 a 2016. A pesquisadora realiza uma busca na Revista Serviço Social e Sociedade, dentro do período mencionado, apontando convergências e divergências entre os materiais produzidos pelos Movimentos de Mulheres Negras e as produções na área do Serviço Social.

Já a tese de Clemente (2019) teve como objetivo analisar o racismo e sexismo virtual a partir das experiências das mulheres negras e os seus enfrentamentos, com a abordagem teórico-metodológica da análise crítica do discurso (ACD), de Teun A. van Dijk. Este é o único trabalho identificado na amostra das teses e dissertações relacionadas ao descritor “racismo” que discute a perspectiva de análise de discurso proposta pelo autor, o que denota o ineditismo dessa abordagem metodológica na área do Serviço Social.

Assim, é possível dialogar com este trabalho em dois pontos em especial, uma vez que apresenta algumas perspectivas inéditas na área do Serviço Social e que também são objeto da presente tese: a ideia da colonialidade e a análise crítica do discurso. Para discutir a colonialidade e seus desdobramentos, a autora utiliza um aporte teórico que privilegia intelectuais negros e negras brasileiras, além de pensadores da América Latina, tais como: Conceição Evaristo (2006), Quijano (2005), Valter Mignolo (2008), Fanon (2020), Clovis Moura (1988, 1994), Florestan Fernandes (1994), Carolina Maria de Jesus (1969), Sueli Carneiro (2005), dentre vários/as outros/as. Através disso, esse estudo apresenta interpretações inovadoras à área do Serviço Social.

A partir das informações apresentadas, pode-se observar a importância de considerar-se o ponto de vista das mulheres negras para que, efetivamente, possam ser fomentadas outras

narrativas históricas que facilitem a compreensão do tempo presente. Aqui nos filiamos a Miranda (2020), quando observa que:

Pelo tipo de enfrentamento vivenciado, nos territórios de gente negra, o segmento populacional afrodescendente em diáspora, desenvolveu diversas táticas vislumbrando a organização que está baseada na coletividade (...) O corpo feminino e negro passa a ser entendido como território de insurgência e de reinvenção da vida, um espaço de *cimarronajes* ... Corpos representados como desautorizados sustentam travessias realizadas em coletividades, na diáspora (MIRANDA, 2020, p. 102).

Então percebe-se o potencial criativo que a intelectualidade feminina negra pode representar, especialmente no que se refere às possibilidades de virada conceitual, processadas a partir de novas “engrenagens e gambiarras” (MIRANDA, 2020), advindas de “epistemologias das redes de mulheres negras, como movimentos pedagógicos na contramão e como parte das tecnologias de re-existência, [...] moldados nos arcos do improviso, [a partir de] dinâmicas descolonizadoras” (MIRANDA, 2020, p. 103-104). Segundo a autora:

A luta pela afro-existência feminina, na América Latina e Caribe, exige maior visibilidade e problematização, mas, incluindo, primordialmente, as mais impactadas pelas desvantagens e formas de violência colonial/patriarcal. As releituras e levantamentos que fizemos, sobre as condições com as quais se atravessa fronteiras, com corpos racializados, e, conseqüentemente, violados - por serem corpos de mulheres -, indicam importantes interlocuções e debates sobre deslocamentos epistemológicos (MIRANDA, 2020, p. 110).

Tendo sido o assunto com maior número de teses, dissertações e artigos identificados a partir do descritor racismo, a “mulher negra” enquanto categoria de discussão teórica na área do Serviço Social tem assumido crescente importância, levando-nos a pistas sobre a composição majoritária da profissão e sobre os desafios que temos a superar – um deles fala diretamente a respeito do reconhecimento do perfil dos estudantes e profissionais Assistentes Sociais, além do perfil dos usuários das diferentes políticas sociais. Assim como sinaliza Miranda (2014):

A literatura mais recente divulgada em formato de teses, coletâneas, dossiês e relatórios de pesquisa, cumpre o papel de reposicionar historicamente a produção e os referenciais da luta e da dinâmica organizacional apontando para a ampliação dos lugares de resistência que definem essa militância em sua totalidade [...] Antes de tudo, podemos supor que a resistência e as repetidas tentativas de superação dos obstáculos promovidos pelo ideário colonial/patriarcal, já se constituem como uma das mais importantes contribuições dessas intelectuais para uma “performance decolonial” (MIRANDA, 2014, p. 10).

Essas produções indicam à profissão caminhos a seguir, tanto no âmbito da atuação profissional como no âmbito da produção de conhecimentos na área. Isso especialmente considerando a necessidade de um maior conhecimento a respeito da realidade social deste segmento populacional, que está majoritariamente presente no Serviço Social, seja como usuária ou profissional: as mulheres negras.

O fato de essa discussão ainda não ter superado algumas barreiras dentro da profissão denota a forma desigual com que os diferentes discursos são incorporados, ou seja: para além de produzir-se tal conhecimento, precisa-se atuar para que ele seja considerado válido no âmbito acadêmico/universitário. Acosta (2019, p. 150) afirma que “é possível entender que práticas sociais insurgentes se realizam de modos particulares por meio do discurso, sendo que a análise de textos situados nessas práticas pode indicar como se dão processos sociais implicados na construção de arranjos de resistência”.

Assim, espera-se contribuir para essa nova configuração do conhecimento produzido de e para as mulheres negras, especialmente na área do Serviço Social, bem como para um necessário e urgente rompimento com os processos de invisibilização e violência que as atinge de forma muito particular.

4 ANÁLISE DOCUMENTAL NA PNAS: LEGITIMAÇÃO OU QUESTIONAMENTO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL?

Haiti

Caetano Veloso e Gilberto Gil

*Quando você for convidado pra subir no adro da fundação
Casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos, quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
Em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atraí, nos deslumbra e estimula
Não importa nada, Nem o traço do sobrado
Nem a lente do fantástico, Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for ver a festa do pelô, e se você não for
Pense no Haiti, Reze pelo Haiti
O Haiti é aqui, O Haiti não é aqui
E na TV se você vir um deputado em pânico
Mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino do primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção
Da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
E nenhum no marginal
E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
Brilhante de lixo Do Leblon
E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
III presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos
E quando você for dar uma volta no Caribe
E quando for trepar sem camisinha
E apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba
Pense no Haiti, Reze pelo Haiti*

O texto acima apresenta a letra da música “Haiti” de Gilberto Gil e Caetano Veloso, lançada em 1993, que explodiu como um símbolo de denúncia sobre a situação social do Brasil e, de uma forma indireta, de toda a América Latina ou da América Negra ou, ainda, fazendo referência ao conceito de Gonzalez (2020), de toda a “América”. A canção denuncia a violência policial autorizada quando dirigida à população negra, a superlotação carcerária e o descaso do Estado, que expõe essa população a realidades ainda mais duras. Uma situação na qual planos de educação que representem a democratização do ensino assustam políticos, a formação nacional confunde-se com defesas da pena de morte, proibição do aborto às pobres e marginais são tratados como lixo, ou como podres, como refere a música.

Chacina, silêncio, opressão e discriminação figuram no mesmo contexto em que a manifestação cultural negra, exemplificada na música pelas festas no Pelourinho, famoso ponto turístico de Salvador, gera interesse pelo negro exótico, ou “negro-tema”, nos termos de Ramos (1957). Mas interessa (porque contribui para o bem estar coletivo) pensar no “negro-vida” (RAMOS, 1957), aquele que está em movimento, que luta dia a dia por seus direitos, que se retransforma, re-existe. E se a Assistência Social pretende ser um lugar de cidadania possível também para essa população, precisa encarar o fato de que o racismo está no cerne da organização do sistema capitalista. Assim, nesse espaço: “são quase todos pretos, ou quase pretos, ou quase brancos, quase pretos de tão pobres. E pobres são como podres; e todos sabem como se tratam os pretos!”.

O objetivo deste capítulo é apresentar a análise realizada nos documentos que instituem e organizam as ações da PNAS. Os documentos selecionados para a amostra cumprem os critérios de inclusão relacionados ao corte temporal, instituído pela promulgação da PNAS, que ocorreu em 2004. Considerando o caráter genérico que possui este texto, que apresenta em linhas gerais a concepção da Assistência Social como política pública, tornou-se fundamental incluir na análise o documento da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), que avança na descrição dos serviços oferecidos pelo SUAS. Após a inclusão deste segundo documento, percebeu-se a necessidade de incluir também as normativas referentes às orientações técnicas de cada um dos serviços especificados na Tipificação. Assim, foram incluídas as Orientações Técnicas dos Serviços da Proteção Social Básica e Especial de Média

Complexidade. Essa somatória de documentos só não foi possível na Proteção Especial de Alta Complexidade⁵⁶.

Foram estabelecidas as seguintes etapas para realização desta pesquisa documental: 1) seleção e leitura; 2) eleição de expressões/palavras chave a serem buscadas; 3) nova leitura e levantamento, buscando identificar em quais dos serviços descritos na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais estavam presentes as expressões/palavras chave; 4) leitura nas Orientações Técnicas daqueles serviços em que houve menção na Tipificação, buscando identificar os tópicos/itens que mencionaram tais expressões; e 5) análise a partir dos pressupostos da ACD, para identificar o contexto, os a(u)tores do discurso, os significados globais e os tópicos do discurso, os significados locais, os modelos mentais e as cognições sociais e a ideologia do discurso apresentado por tais documentos.

A ACD não deve ser apresentada como método de análise de dados em pesquisas. Essa questão de “modelos” ou “fórmulas”, inclusive, é rechaçada por Dijk (2005), na medida em que tal proposição poderia ser considerada “incompatível com uma atitude crítica” (2005, p. 35). Ainda assim, entende-se oportuno conjugar alguns dos principais conceitos desenvolvidos pelo autor para analisar o discurso público sobre o racismo no âmbito da PNAS. O discurso aqui analisado refere-se ao gênero legislativo e, para buscar compreendê-lo sob a perspectiva do combate ao racismo, serão levantadas especificações tanto textuais quanto contextuais, conforme sugere Dijk (2015, p. 141). De acordo com o autor, os textos informados através das leis podem ter a capacidade de controle direto sobre a ação dos sujeitos, por meio de discursos que possuem funções pragmáticas, tais como regulamentos ou instruções.

Assim, para captar o micro nível de análise – onde se situa o uso da linguagem, do discurso, da interação verbal e da comunicação, entende-se que é possível perceber se os documentos abordam o racismo através de uma busca por palavras/expressões chave que representem tal discussão. Diante disso, uma das etapas da pesquisa foi a elaboração/eleição dessas expressões, apresentadas no quadro abaixo:

⁵⁶ Neste nível de Proteção Social não foram inseridos os documentos referentes às orientações técnicas dos serviços de acolhimento institucional, pois as expressões chave foram identificadas na descrição geral dos mesmos. As descrições específicas desmembram-se em segmentos específicos, sendo eles: criança e adolescente, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência.

QUADRO 9 – PALAVRAS/EXPRESSÕES CHAVE DA ANÁLISE DOCUMENTAL

| TIPO DE ABORDAGEM | PALAVRAS/EXPRESÕES CHAVE |
|----------------------|--|
| direta / explícita | raça, etnia, racismo, população negra, negros/as |
| indireta / implícita | equidade, diferença, preconceito, discriminação |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Posto isso, em um primeiro momento evidencia-se a dimensão geral a partir da qual é possível pensar em uma pesquisa documental: o delineamento do contexto histórico e social em que foi elaborado o documento.

4.1 Entendendo o contexto

Conforme sinaliza Dijk (2005), para compreender-se o discurso é fundamental estabelecer sua relação com a sociedade (contexto social) e essa relação se dá, sobretudo, a partir de elementos sociocognitivos, que são partilhados por integrantes dos grupos sociais: “Muitos dos aspectos do discurso e da cognição [...] são ao mesmo tempo sociais” (2005, p. 55). Assim, por mais que a ACD se interesse pelas macro noções do tipo poder e dominação, “o seu estudo concreto tem lugar ao nível micro do discurso e das práticas sociais” (2005, p. 55). Nesse sentido, para atingir os objetivos da ACD, a ideia é relacionar as estruturas do discurso (sociais e cognitivas) com as estruturas dos contextos locais e globais. Os contextos globais são “definidos pelas estruturas sociais, políticas, culturais e históricas em que um evento comunicativo ocorre” (DIJK, 2005, p. 48). Já os contextos locais são “características da situação imediata, interacional, em que um evento comunicativo ocorre” (DIJK, 2005, p. 48). Ou seja: “o que dizemos e como dizemos depende de quem está a falar com quem, quando e onde, e com que propósitos” (DIJK, 2005, p. 48).

Embora elaborados em anos diferentes, os documentos aqui analisados têm em comum o fato de serem partes constitutivas da nova configuração que assumiu a Assistência Social no Brasil, após a promulgação da PNAS em 2004. Assim, fazem parte de um mesmo contexto histórico e social. O ano de 2004 é tomado como marco divisório na história da Assistência Social no país, por ser o ano de promulgação da PNAS, que materializou o que foi pressuposto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Nessa seara, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atualizou a LOAS, regulamentando e unificando as ações em nível nacional.

A Assistência Social no Brasil já assumiu roupagens diversas, variando desde sua gênese vinculada à caridade, até o status atual, de política pública, direito do cidadão/ã e dever

do Estado. Esta política é regulada a partir de legislações específicas, frutos de movimentos e processos sociais que marcaram a história do país, como o movimento iniciado nos marcos do processo que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que acabou por conferir também à Assistência Social, assim como a outros temas emergentes, o status de texto constitucional e de política social, como uma das áreas integrantes da Seguridade Social.

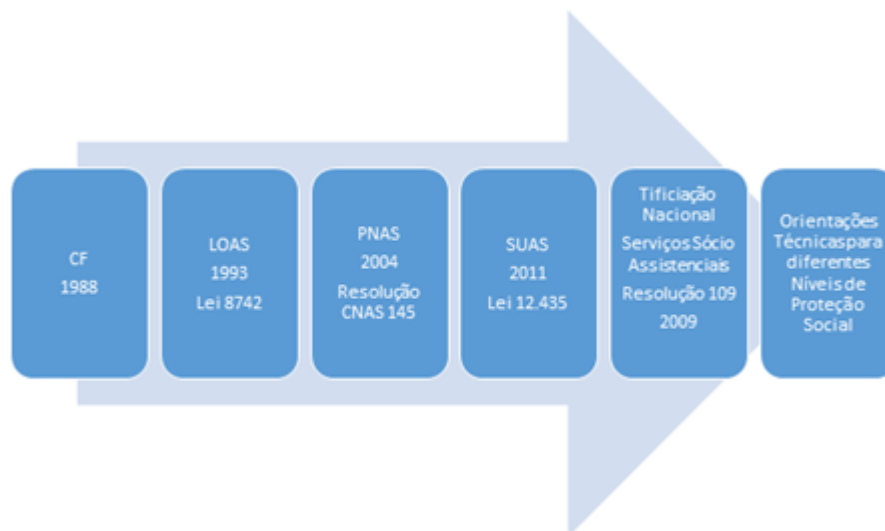
Na esteira das mudanças vivenciadas pela sociedade brasileira, a Assistência Social passa por um redesenho, realizado de forma coletiva, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em cumprimento às deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003 (PNAS, 2004). Uma das principais inovações propostas pela PNAS foi a instituição do Sistema Único de Assistência Social, que busca materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social. A LOAS, por sua vez, tem suas origens no texto da Constituição Federal de 1988, onde consta a definição sobre a Assistência Social, no Artigo 203:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (CF, 1988, Art, 203).

A próxima legislação a tratar da Assistência Social será a própria Lei Orgânica da Assistência Social, que veio para regulamentar o que indicou o Artigo 203 da CF. No Capítulo I - Das Definições e dos Objetivos, a Lei 8742/93 define: “Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Estas foram as bases que constituíram o redesenho que hoje há no país com relação à Assistência Social. Esse redesenho contou com a participação de diversos setores sociais e de diferentes organizações sociais, incluindo aí a categoria profissional dos assistentes sociais. A imagem abaixo mostra a ideia de evolução histórica de tais legislações.

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS LEGISLAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O contexto social da promulgação da PNAS remonta ao momento histórico da eleição e vigência do que era, no momento, considerado o primeiro governo de um partido político de esquerda. O primeiro governo Lula aconteceu no período de 2003 a 2006, então pode-se dizer que o desenho e a forma final da PNAS foram gestados sob os embalos do que representou a eleição de Lula – um processo de mobilização dos setores e movimentos populares, revigoramento das pautas progressistas, e crença de que o governo então eleito pudesse mudar os rumos econômicos adotados pelos últimos governos de cunho neoliberal. A Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 28/10/2004, assim apresenta a aprovação do texto da PNAS (2004):

O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, considerando a apresentação de proposta da Política Nacional de Assistência Social - PNAS pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS em 23 de junho, considerando a realização de Reuniões Descentralizadas e Ampliadas do Conselho para discussão e construção coletiva do texto final da PNAS ocorridas respectivamente em 21 e 22 de julho de 2004 na cidade de Aracaju e em 21 e 22 de setembro de 2004, no Distrito Federal, e considerando o disposto no artigo 18, incisos I, II, IV da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, RESOLVE: Art. 1º - Aprovar, em reunião do Colegiado de 22 de setembro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros a Política Nacional de Assistência Social. Art. 2º - Aprovar, na reunião do Colegiado de 14 de outubro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros o texto final discutido e elaborado pelo grupo de trabalho – GT/PNAS constituído pela Resolução N.º 78, de 22 de junho de 2004, publicada no DOU, de 02 de julho de 2004. Art. 3º - O texto da Política Nacional aprovado constituirá o Anexo I da presente Resolução. Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário. Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação (PNAS, 2004, p. 09).

Conforme consta no texto da Resolução, apresentado acima, o processo de elaboração da PNAS contou com um grande processo de mobilização e participação popular, com a realização de reuniões descentralizadas e ampliadas do CNAS e com a construção coletiva do texto final, ocorridas especialmente em Aracaju e no DF, durante o ano de 2004. O CNAS é uma instância deliberativa da Assistência Social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

Foi instituído pela LOAS e ratificado pelo SUAS, com a missão de promover o controle social da política pública de assistência social. No entanto, é fundamental considerar que, em contextos desiguais, “Essas desigualdades são responsáveis, muitas vezes, por excluir negras e negros das esferas de decisões e de direitos próprias das arenas democráticas” (OLIVEIRA et al., 2019, p. 144). Ou seja: a própria ideia de democracia e participação são corrompidas pelo racismo, já que sociedades democráticas distribuem desigualmente suas vulnerabilidades (MBEMBE, 2017).

Segundo Oliveira et al. (2019, p. 146): “No Brasil, a distribuição da vulnerabilidade é atravessada pelo racismo que pauta nossas relações e pelo mito da democracia racial que incitou o pensamento de que não somos uma nação racista”. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para a população em situação de pobreza devem considerar essa distribuição de vulnerabilidades.

4.2 Abordagens diretas e indiretas sobre o racismo na PNAS: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas

Considerando o caráter mais genérico do texto da PNAS, que apresenta em linhas gerais a concepção da Assistência Social como política pública, estabeleceu-se um diálogo com o texto do documento, no sentido de captar se e de que forma é apresentada a discussão sobre o racismo. Logo no início do documento, no item 1, intitulado “Análise situacional”, chama atenção a abordagem a respeito dos fenômenos da desigualdade, pobreza e indignidade no Brasil. O documento destaca: “O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, quaisquer que sejam as medidas utilizadas. Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA, em 2002, os 50% mais pobres detinham 14,4% do rendimento e o 1% mais ricos, 13,5% do rendimento” (PNAS, 2004, p. 18).

A discussão é enriquecida com a apresentação de tabelas informando a proporção de populações pobres/indigentes nos diferentes municípios do país, demonstrando “a necessidade

de os Centros de Referência de Assistência Social considerarem as dinâmicas internas de cada tipo de município, face à natureza de sua concentração populacional aliada às condições socioeconômicas” (PNAS, 2004, p. 18). No documento não há nenhuma menção à composição racial da população pobre no país, ou não há a reflexão/problematização em torno de quem são os pobres no Brasil. Estudos atuais apontam para a manutenção das desigualdades historicamente sedimentadas, com relação à posição social da maioria da população negra no país.

Dados do IBGE (SIS, 2019) demonstram que a população negra é aquela que compõe, majoritariamente, a população em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Enquanto os homens negros são 18,4% da população pobre, as mulheres negras são 19,7% desta população; em comparação com 6,3% dos homens brancos e 6,9% das mulheres brancas. Os dados acima referem-se ao ano de 2019, demonstrando que as mulheres negras são aquelas que experimentam mais as situações de pobreza e extrema pobreza. Em que pese a diferença de datas entre as situações sociais aqui comparadas (aquela de 2004, quando foi promulgada a PNAS, e a de 2019, ano dos dados apresentados), pode-se concluir que não houve alteração substancial neste quadro envolvendo a manutenção histórica da população negra em situação de pobreza no período.

A ausência da referência a esse recorte da realidade brasileira chama atenção e assemelha-se ao que Dijk (2015) denomina de “negação do racismo”, uma outra forma importante de disseminação. De acordo com o autor, existem quatro tipos de negação do racismo:

1. negação do outro (“Eu não fiz/não disse isso de jeito nenhum”).
2. negação do controle (“Eu não fiz/não disse aquilo de propósito”; “Foi um acidente”).
3. negação da intenção (“Eu não quis dizer isso”; “Você entendeu errado”).
4. negação do propósito (“Eu não fiz/não disse isso para...”) (DIJK, 2015, p. 163).

Considerando a proibição legal do racismo, ele “não pode” ser manifestado abertamente, da mesma forma que sua negação “isentaria” as pessoas de eventuais culpas. Nesse contexto, “Há negações situacionais e gerais, pessoais e grupais” (DIJK, 2015, p. 160).

Atos em que o racismo é inegável são descritos como ‘discriminação’, ‘preconceito’, ‘estereótipo’, ‘viés’ ou ‘motivação racial’, mas não como ‘racismo’. Geralmente, os conceitos de ‘racismo’ e ‘racista’, no discurso público [...], são reservados para os outros, [...]. Como um sistema genérico que denota um sistema completo de desigualdade, exclusão ou opressão racial e étnica nas sociedades ocidentais, o racismo é usado fundamentalmente por grupos minoritários ou outros antirracistas. Em outras palavras, o uso de eufemismos pressupõe a

negação do racismo sistêmico no interior do grupo ou na sociedade dominante. (DIJK, 2015, p. 163).

Assim, observa-se que é por meio dessas negações que a reprodução do discurso a respeito do racismo se dissemina na sociedade sem que a mesma tenha consciência disso.

Na sequência, o texto apresenta uma reflexão sobre a feminização da pobreza: “Da década passada até 2002 houve um crescimento de 30% da participação da mulher como pessoa de referência da família. Em 1992, elas eram referência para aproximadamente 22% das famílias brasileiras e, em 2002, passaram a ser referência para próximo de 29% das famílias” (PNAS, 2004, p. 20). Aqui, ao comentar este fenômeno, a PNAS novamente não menciona a situação social vivenciada pelas mulheres negras.

De forma contraditória, dados sobre os usuários atendidos na Política de Assistência Social revelam que as mulheres negras estão entre o público majoritário (IPEA, 2011), sendo que 73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família, entre homens e mulheres, são negros. Do total geral de beneficiários titulares do Programa, 68% são mulheres e negras (DATA SOCIAL, 2015). Considerando tais dados, e buscando dar conta de contemplar essa questão no âmbito das regulamentações da PNAS, o MDS lançou, em 2018, a campanha “SUAS Sem Racismo” (BRASIL, 2018).

Segundo a cartilha “SUAS Sem Racismo” (BRASIL, 2018, p. 15): “A campanha se configura na construção de que somos diferentes e temos que ser respeitados em nossas diferenças e em nossas particularidades. Reconhece, também, o racismo institucional como barreira para o acesso da população negra às políticas de desenvolvimento social e aos direitos socioassistenciais”. Assim, é possível afirmar que a campanha mencionada tem um papel fundamental de pautar o racismo no PNAS, já que nos demais documentos não há menções ao tema. Considerando que seu lançamento é recente, cabe aguardar e observar de que forma se dará sua publicização e aplicabilidade dentre os profissionais do SUAS.

Uma outra questão que chama atenção no documento da PNAS, com relação à análise proposta, é que ele faz referência ao termo equidade, destinando uma seção ao mesmo (p. 23-24). Nessa seção, contudo, estão mencionados dois grupos sociais específicos: os idosos e as pessoas com deficiência. Não há outros segmentos sociais historicamente discriminados na realidade brasileira, tais como a população negra e indígena, ou as mulheres e os segmentos LGBTQIA+, por exemplo. Na seção 2.3, onde são apresentados os objetivos da PNAS (2004), encontra-se a expressão “equidade”. Estes são os objetivos:

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais,

visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva: • Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. • Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. • Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p. 33).

A partir disso pode-se refletir: o que significa apresentar o termo equidade na seção objetivos? Esse questionamento é feito tendo em vista que no SUS, por exemplo, a equidade aparece enquanto um dos princípios⁵⁷. Esse fato destaca que os documentos da PNAS priorizam as ideias de “igualdade e universalidade”, que se apresentam em contraponto à ideia de equidade, sendo esta última identificada como fundamental para assegurar o acesso às políticas sociais na realidade social brasileira. Essa reflexão é apresentada também por outros autores, dentre os quais destaca-se a produção de Ferreira (2016), “Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS”. Fazem parte da análise neste trabalho os principais documentos voltados às orientações técnicas do CRAS e o estudo busca identificar como se dá a inserção do debate étnico-racial e de gênero na atuação com os usuários. Em sua análise, a autora problematiza o peso da defesa da universalidade e igualdade na PNAS, notando: “A aparente ausência de “distinções” de raça junto aos usuários (as), e no trato étnico-racial tais “distinções” sempre passam a ser vistas de forma negativa (...), é o que será também justificado pelos (as) assistentes sociais e psicólogos (as) sob o argumento da força e legitimidade dos princípios da igualdade entre todos e todas” (FERREIRA, 2016, p. 242).

Nesse sentido também se apresenta a contribuição de Oliveira et al. (2019), ao sinalizar os riscos de operar, no campo das políticas públicas, com a ideia de universalização do sujeito:

A mesma afirma que o sujeito universal não tem raça e, assim, o risco é pactuar com o racismo imbuído em um projeto de governo que historicamente nega o Brasil como um país violento e preconceituoso.

⁵⁷ Tem destaque a opção pelo termo “igualdade”, ao invés de “equidade”, como poderia pressupor-se, pois na lei 8080/90, que instituiu o Sistema Único de Saúde - SUS, o termo “equidade” consta nos princípios doutrinários, em conjunto com os princípios da integralidade e da universalidade, oferecendo uma compreensão ampliada a respeito das proteções afiançadas por esta lei. Essa observação se faz relevante sobretudo considerando-se o intervalo de tempo percorrido entre uma e outra legislação: o SUS é de 1990 e a PNAS é de 2004. O que teria levado então à ausência deste conceito nos princípios da PNAS? Poder-se-ia pressupor que uma modificação no contexto histórico e social e/ou nos autores de ambos os documentos teria ocasionado tal diferença de abordagem? Ou será que esta diferença se expressa pela representação e inserção social que estas diferentes políticas – saúde e assistência social – têm no ambiente social brasileiro.

Se pensarmos na constituição da Política de Assistência, a mesma situa que devemos ver as situações de forma a não sermos preconceituosas(os), que devemos nos atentar as singularidades das situações, se constitui com pouca discussão sobre raça e nenhuma discussão sobre a racialização das desigualdades sociais em seus documentos (OLIVEIRA et al., 2019, p. 145).

Na seção 2.4, que descreve os “Usuários”, a PNAS apresenta o seguinte texto: “Constitui o público usuário da Política de Assistência Social cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, [...] identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual” (2004, p. 33). Esta é a primeira menção que o documento faz ao termo “etnia”, denotando, portanto, algum tipo de abordagem com relação ao tema do racismo. Essa referência segue no item 2.5, “Assistência Social e as Proteções Afiançadas”, quando, no item 2.5.1 - “Proteção Social Básica” (2004), o documento refere que:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 33).

Após esta primeira etapa, a proposta da próxima seção é apresentar os demais documentos que fazem parte do corpus de análise desta pesquisa.

O primeiro é a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), que descreve os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) através de níveis de proteção e complexidade, sendo eles: básico, especial de média complexidade e especial de alta complexidade. Esse documento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. A PNAS (2004) assim a define:

Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais (PNAS, 2004, p. 04).

Esse é o segundo documento que faz parte da amostra e ele assim apresenta os serviços que compõem o SUAS:

**QUADRO 10 – ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE
ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO NACIONAL (2009)**

| | | |
|-----------------------------|---|---|
| PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) 2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) 3 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos | |
| PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | MÉDIA COMPLEXIDADE | 1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) 2 Serviço Especializado em Abordagem Social 3 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 4 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas famílias 5 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua |
| | ALTA COMPLEXIDADE | 1 Serviço de Acolhimento Institucional 2 Serviço de Acolhimento em República 3 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora 4 Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências |

Fonte: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

Após o levantamento realizado no documento e aplicando-se os filtros relacionados às palavras/expressões elencadas, chegou-se ao seguinte resultado, conforme demonstra o quadro abaixo. Foram encontradas as palavras/expressões chave elencados previamente em dois dos três serviços da Proteção Social Básica, descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009): o PAIF e o SCFV.

**QUADRO 11 – LEVANTAMENTO TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS
SOCIOASSISTENCIAIS (2009) – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

| Nome do Serviço | Seção no Documento | Trecho do texto |
|-----------------|----------------------|--|
| PAIF | Descrição do serviço | 1a. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. (12) |
| SCFV | Descrição geral | 2a. Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. (16) |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Assim, nesta abordagem, o texto do PAIF (trecho 1) apresenta uma abordagem indireta, ao mencionar na descrição do serviço que suas ações devem se voltar ao combate de todas as formas de preconceito e discriminação; já o texto do SCFV (trecho 2) apresenta uma abordagem direta, quando menciona que o serviço deve prever a heterogeneidade de etnia e raça na composição dos grupos que acessam o serviço.

A seguir tem-se o levantamento referente à Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme demonstra o quadro abaixo. Foram encontradas as palavras/expressões chave elencados previamente em um dos cinco serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: o PAEFI.

QUADRO 12 – LEVANTAMENO TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (2009) - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDICA COMPLEXIDADE

| Nome do Serviço | Seção no Documento | Trecho do texto |
|-----------------|--------------------|---|
| PAEFI | Usuários | 3a. Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: [...] - Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia. (p. 29) |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A perspectiva do texto do PAEFI (trecho 3) apresenta tanto a abordagem direta quanto a abordagem indireta, quando menciona, enquanto possíveis usuários do serviço, famílias e indivíduos que vivenciem situações de violações de direitos por ocorrência da discriminação em decorrência da raça/etnia. Abaixo segue o levantamento referente à Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

QUADRO 13 – LEVANTAMENO TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (2009) - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

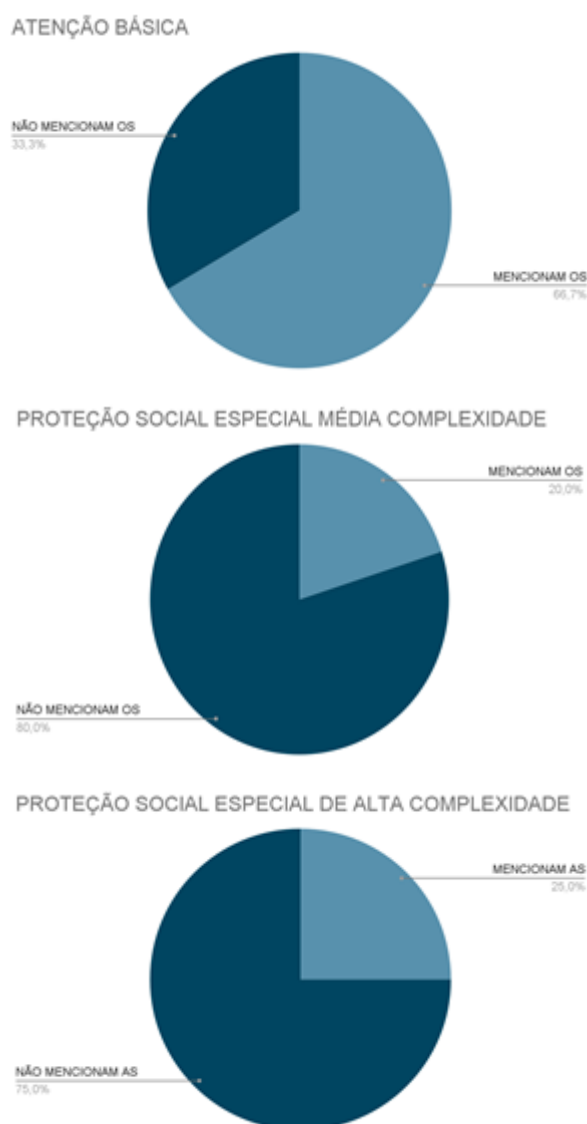
| Nome do Serviço | Seção no Documento | Trecho do texto |
|--------------------------------------|--------------------|--|
| SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL | DESCRIÇÃO GERAL | 4a. Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos [...]. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. (44) |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Foram encontradas as palavras/expressões chave elencados previamente em um dos quatro serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: o Serviço de Acolhimento Institucional. O texto (trecho 4) apresenta uma abordagem direta, quando menciona que a organização do serviço deve garantir o respeito à diversidade de raça/etnia.

A análise sobre tais informações leva à percepção de que, proporcionalmente, o nível da Atenção Básica concentra mais abordagens sobre o racismo do que os níveis da Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade, conforme demonstram os gráficos abaixo:

GRÁFICOS 9, 10 e 11 – COMPARATIVO: ABORDAGEM SOBRE O RACISMO NA TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (2009), POR NÍVEL DE ATENÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir dos gráficos acima, observa-se que, na Atenção Básica, 66,7% dos serviços (dois de três) mencionam as expressões chave relacionadas à abordagem do racismo, enquanto que na Atenção Social Especial de Média Complexidade, essa referência aparece em 20% dos

serviços (um de cinco). Já na Atenção Social Especial de Alta Complexidade, essa referência aparece em 25% dos serviços (um de quatro). A identificação das expressões chave nestes documentos faz com que eles cumpram os critérios de inclusão para a participação na amostra da próxima etapa da pesquisa, que é o levantamento das expressões chave nos documentos que passam as orientações técnicas à atuação nestes serviços.

O quadro abaixo apresenta os documentos a serem analisados na próxima etapa da pesquisa.

QUADRO 14 – DOCUMENTOS ANALISADOS RELATIVOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

| NOME DO PROGRAMA | DOCUMENTO |
|------------------|---|
| PAIF | ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PAIF (2012) https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf |
| SCFV | CADERNO DE ORIENTAÇÕES (PAIF/SCFV, 2016) - https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf |
| PAEFI | ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CREAS (2011) https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/087.pdf |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Após o levantamento nestes documentos, aplicando-se os filtros relacionados às palavras/expressões, chegou-se ao resultado apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 15 – LEVANTAMENTO ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

| Nome do Serviço | Seção no Documento | Trecho do texto |
|----------------------------------|-------------------------|---|
| CARTILHA PAIF/SCFV (2016) | A execução dos serviços | 1b. É importante que a composição desses grupos preserve a diversidade existente no âmbito das relações sociais cotidianas, assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias, gêneros, entre outros, além de garantir a participação das pessoas com deficiência. (14) 1c. ... reconhecimento e admiração da diferença: estratégia que permite exercitar situações protegidas em que as desigualdades e diversidades podem ser analisadas e problematizadas, permitindo que características, condições e escolhas sejam tomados em sua raiz de diferença e não a partir de um juízo de valor hegemônico. (16) |
| ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PAIF (2012) | Eventos Comunitários | 2b. Nessa direção, constituem escopo das oficinas com famílias no PAIF: Na esfera familiar: Eventos Comunitários (...). Por fim, destaca-se que os eventos comunitários podem ter função comemorativa: aniversário do CRAS, aniversário do município ou outra data importante para o território – para as pessoas que ali vivem, Dia Internacional da Mulher, Dia do Idoso, Dia da Consciência Negra, entre outros. (41) |

| | | |
|--|--|--|
| | Diretrizes Teórico-Metodológicas do Trabalho Social com Famílias | 2c. Construir mediações junto às famílias de modo a combater as diversas formas de discriminação existentes no âmbito de suas relações, em especial aquelas baseadas na orientação sexual, incidência de deficiência e origem étnico-racial. (106) |
|--|--|--|

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Outro aspecto a ser considerado nesta análise diz respeito à seção intitulada: “Sugestões de Temas a serem Abordados nas Oficinas com Famílias”, que consta no documento Orientações Técnicas PAIF, nas páginas 30 a 34. Nesta parte do documento não aparece nenhuma menção a abordagens voltadas aos temas raça/racismo/discriminação/preconceito racial. O trecho apresenta a seguinte descrição:

Os temas a serem abordados nas oficinas com famílias devem ser adequados à realidade do território, responder às necessidades e expectativas das famílias, possuir caráter preventivo, protetivo e proativo, contribuindo para o alcance dos objetivos do PAIF. Com o intuito de auxiliar no processo de escolha de temas a serem trabalhados nas oficinas com famílias do PAIF, seguem sugestões de temáticas, por tratarem de questões referentes aos objetivos do PAIF (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PAIF, 2012, p. 30-31).

Constam os seguintes temas: Quais são e como acessar nossos direitos (civis, políticos, sociais, culturais, econômicos, ambientais); Os desafios da vida em família; A vida no território: superando vulnerabilidades e identificando potencialidades. Cada um desses temas tem desdobramentos e indicações de subtemas e orientações para a realização de atividades.

Após o levantamento realizado no documento referente à Proteção Social Especial de Média Complexidade, aplicando-se os filtros relacionados às palavras/expressões chave, chegou-se ao resultado, apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 16 – LEVANTAMENTO ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

| Nome do Serviço | Seção no Documento | Trecho do texto |
|-----------------|--------------------|-----------------|
|-----------------|--------------------|-----------------|

| | | |
|---|--|--|
| Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) | Eixos norteadores do trabalho social | 3b. Observados os direitos socioassistenciais, o trabalho social ofertado no CREAS pauta-se na ética e no respeito à dignidade e diversidade, sem discriminações ou restrições decorrentes de condições socioeconômicas, nível de instrução formal, crença ou religião, diversidade sexual, raça e/ou etnia, idade, gênero, deficiência ou dependência de cuidados, procedência do meio urbano ou rural, etc. (31) |
| | Capacitação da equipe do CREAS - Educação Permanente | 3c. Para além das normativas e legislações da área de Assistência Social, Direitos Humanos e segmentos específicos, a exemplo de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoa com deficiência, dentre outros, a seguir sugere-se alguns temas que podem subsidiar a Capacitação Inicial e o processo de Educação Permanente dos trabalhadores do CREAS (...) Diversidade sexual e étnico-racial; (104-105) |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao final desta etapa, foram encontrados nove trechos em que as palavras/expressões chave elencadas foram identificadas nos documentos da PNAS: quatro trechos na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009), nos serviços PAIF, SCFV, PAEFI e Serviço de Acolhimento Institucional; e outros seis nas Orientações Técnicas dos três primeiros serviços (o Serviço de Acolhimento Institucional não foi analisado, tendo em vista que se desmembra em outros serviços a partir do público destinatário). Na próxima seção esses trechos serão analisados na perspectiva da ACD.

4.3 Significados globais e locais: escolha dos tópicos e palavras/expressões do discurso

Os tópicos do discurso são macroestruturas semânticas e “desempenham papel fundamental na comunicação e na interação” (DIJK, 2005, p. 41). Eles derivam das estruturas locais (micro), que “representam aquilo ‘sobre que versa’ o discurso” (DIJK, 2005, p. 41): “Os tópicos, definidos como significados globais, não podem ser observados diretamente como tal, mas são inferidos ou atribuídos ao discurso pelos utilizadores da linguagem” (DIJK, 2005, p. 41). Daí derivam os significados locais, que constituem o resultado da seleção feita pelos falantes ou escritores dos seus modelos mentais dos acontecimentos, ou das suas crenças mais gerais socialmente partilhadas: “constituem o tipo de informação que (sob o controle geral dos tópicos globais) influencia os modelos mentais de forma mais direta, e por este motivo, as opiniões e atitudes dos receptores (DIJK, 2005, p. 43).

Essa análise deve partir da compreensão sobre a relação entre esses significados locais (de uma oração) e os significados globais (tópicos) do discurso, que podem ser considerados os títulos das seções do documento. Há relação entre as diferentes frases apresentadas em um discurso; além disso há também uma unidade semântica global. Conforme foi destacado no

item anterior, os trechos que apresentam as expressões/palavras chave foram identificados em partes diferentes dos documentos analisados, fazendo com que seja relevante refletir sobre os significados ou as macro proposições semânticas contidas nos tópicos em que estão inseridos. O quadro abaixo apresenta uma síntese desses tópicos, nos diferentes níveis de atenção:

QUADRO 17 – SÍNTESE TÓPICOS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

| NÍVEL DE ATENÇÃO | PROGRAMA | TÓPICOS ONDE CONSTAM AS PALAVRAS CHAVE | TIPO DE ABORDAGEM (DIRETA OU INDIRETA) |
|--------------------|----------|---|---|
| BÁSICA | PAIF | 1. Eventos Comunitários | DIRETA (Negra) |
| | | 2. Diretrizes Teórico-Metodológicas do Trabalho Social com Famílias | DIRETA (étnico/racial) e INDIRETA (discriminação) |
| | SCFV | 3. A execução dos serviços | DIRETA (raças/etnias) e INDIRETA (diferença) |
| MÉDIA COMPLEXIDADE | PAEFI | 4. Eixos norteadores do trabalho social | DIRETA (raça/etnia) |
| | | 5. Capacitação da equipe do CREAS - Educação Permanente | DIRETA (étnico/racial) |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A análise sobre o tópico 1 indica que, ao inserir a discussão sobre o racismo no tópico “Eventos Comunitários”, no âmbito da Atenção Básica (PAIF), a PNAS aborda o tema de forma secundarizada, mesmo que a partir de uma menção direta – a expressão do texto é “consciência negra”. Observa-se que, diante do grave quadro de racismo com que convive a população brasileira, ao invés de sinalizar possíveis soluções ou alternativas para o combate ao racismo e promoção de práticas antirracistas, o documento de Orientações Técnicas privilegia a dimensão comemorativa, em relação ao Dia da Consciência Negra, sendo que em nenhum outro trecho do documento são feitas menções a questões que busquem explicar, explicitar ou divulgar essa data como data de resistência, sendo uma das conquistas dos movimentos sociais negros em um processo de ressignificação histórica e ação reparatória.

O tópico 2 “Diretrizes Teórico-Metodológicas do Trabalho Social com Famílias”, também no âmbito da Atenção Básica (PAIF), concentra dois tipos de abordagem: indireta – através da expressão “combater as diversas formas de discriminação” e direta – através da expressão “em especial aquelas baseadas na [...] origem étnico/racial”. A utilização de tais expressões pelo texto das Orientações Técnicas demonstra uma tentativa de questionamento do mito da democracia racial que impera no discurso da PNAS, uma vez que considera como uma de suas diretrizes teórico-metodológicas a necessidade de combate às diversas formas de discriminação baseadas na origem étnico/racial, o que denota que há o reconhecimento sobre a existência de fatores que levam a tais formas de discriminação.

No entanto, entende-se que o documento poderia avançar nesta direção, apontando possíveis ações/percursos a serem percorridos pelos profissionais neste combate à discriminação étnico-racial, ou, dito de outra forma, no combate ao racismo. Já que é neste discurso que está circulando a reprodução e legitimação do racismo, deve ser também nele que deve circular o contradiscurso, ou o discurso de resistência – a prática antirracista. De acordo com Dijk (2015), “o poder precisa ser analisado em relação às várias formas de contra poder ou resistência vindas dos grupos dominados (ou de grupos de ação que representam tais grupos), o que também é uma condição para análise dos desafios e das mudanças sociais e históricas” (2015, p.43). Essa discussão sobre os espaços de resistência e protagonismo da população negra no âmbito da Assistência Social será apresentada, ainda de forma introdutória, no capítulo 5.

O tópico 3 “A execução dos serviços” consta no âmbito da Atenção Básica (SCFV) e também concentra dois tipos de abordagem: direta – através da expressão “assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias”; e indireta – através da expressão “reconhecimento e admiração da diferença”. A utilização de tais expressões pelo texto das Orientações Técnicas novamente demonstra uma tentativa de questionamento/desnaturalização do mito da democracia racial que impera no discurso da PNAS, uma vez que considera que os serviços devem ser executados assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias, através do que o documento denomina como “admiração da diferença” (CARTILHA PAIF/SCFV, 2016, p. 16).

Neste tópico também se percebe um avanço – o reconhecimento de que os serviços devem ser executados assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias – seguido de um retrocesso: mencionar a “admiração da diferença” como uma forma de assegurar tal participação, sem, no entanto, discorrer em que consiste essa diferença. Isso acaba por invisibilizar o avanço que se pretende atingir com tal abordagem. Esse também é identificado como um possível local de resistência à reprodução do discurso racista que circula no âmbito da PNAS: a discussão sobre as diferenças e suas qualidades no sentido de valorização e reconhecimento das contribuições dos diferentes grupos sociais que compõem a população brasileira. Mas, para isso, precisar-se-ia abrir mão, ou denunciar a falácia do mito da “igualdade de todos perante a lei”.

Essa negação das diferenças em nome da igualdade de todos é um fator que se relaciona com o mito da democracia racial e demonstra que o racismo atua tanto na constituição e implementação quanto na precarização das políticas públicas em geral (OLIVEIRA et al., 2019). Segundo Sueli Carneiro (2011, p. 99): “A defesa intransigente das políticas

universalistas no Brasil guarda, por identidade de propósitos, parentesco com o mito da democracia racial. Realizam a façanha de cobrir com o manto ‘democrático e igualitário’ processos de exclusão racial e social que perpetuam privilégios”.

Na área da Assistência Social, segundo Oliveira et al. (2019), o racismo acaba “demarcando modos de acolhimento e intervenções que se diferenciam conforme a cor de pele das(os) usuárias(os), como pauta a organização dos serviços socioassistenciais a partir de uma lógica universalizante” (2019, p. 144). Esse aspecto também é sinalizado por Ferreira (2016), em estudo realizado nos espaços de Assistência Social:

A negação das diferenças em nome da igualdade se revela nestas e em muitas outras falas, o que provoca uma adição inesperada no início desta pesquisa que trazia a hipótese de que os (as) profissionais da assistência social mantinham uma conduta monocromática sobre a condição étnico-racial dos(as) usuários(as) e assim, os(as) homogeneizava a partir do que os unificava: a condição de classe, a pobreza, mais especificamente. Contudo, o que se identifica é que, aliada à hipótese inicial, a visão monocromática opera em torno ainda da defesa da condição de iguais e na condição de iguais, apontar diferenças seria o mesmo que discriminar negativamente. Ou seja, em nome da igualdade, negam-se as diferenças! (FERREIRA, 2016, p. 243).

Então percebe-se que essa forma de abordar o racismo nos documentos oficiais oferece brechas no sentido da naturalização das desigualdades raciais. Nesse sentido, destaca-se a crítica ao constitucionalismo moderno que orienta os regramentos institucionais brasileiros proposta por Pires (2019, p. 290):

Assumir o marco das revoluções Francesa e estadunidense como constitutivas de nossa autoimagem constitucional e negar a influência real do haitianismo nos nossos processos constituintes, notadamente no período pós Independência (mas não apenas), significa manter o modelo colonial e fortalecer processos de colonialismo interno, extremamente elitistas e violadores da memória, do respeito e da dignidade de boa parte dos corpos que vivem em seu território (PIRES, 2018, p. 2019).

Soma-se a tais fatores a invisibilidade das mulheres negras na elaboração das políticas públicas e no cenário político em geral, ocasionando uma espécie de vácuo no que se refere ao reconhecimento e valorização de suas especificidades, bem como na construção de propostas que dialoguem com o público majoritário da Política de Assistência Social. De acordo com Pires (2019) isso reflete uma incapacidade da versão predominante de constitucionalismo, que, ao seguir a matriz liberal burguesa, distancia-se das reais demandas da população do território:

a versão predominante, de matriz liberal burguesa, não foi capaz de pensar em instituições e modelos de Estado capazes de impedir as mais variadas formas de indignidade a contingentes expressivos da

população mundial. Ao contrário, tomando como seus problemas que não lhes diziam respeito propriamente, os processos constitucionais da América Latina reproduziram modelos de organização política e institucional com pouca ou nenhuma ressonância para os corpos aos quais se destinavam (PIRES, 2019, p. 290).

Essa interpretação de Pires (2019) faz uma crítica à matriz liberal burguesa que sustenta o modelo constitucional brasileiro e, conseqüentemente, a orientação das políticas sociais. Esse modelo orienta-se a partir de padrões de organização política e institucional, que não conseguem, segundo a autora, se conectar com a realidade da população demandatária. Por mais que esta característica não possa ser generalizada para todas as políticas sociais, cabe uma reflexão crítica sobre a forma como a PNAS absorve/incorpora as realidades e/ou desenvolve estudos sobre a população usuária de seus serviços.

Essas questões expressam uma espécie de reprodução do discurso racista que circula na sociedade brasileira. Refletindo a esse respeito, Pires (2019) sinaliza a relação disso com a subalternidade da população negra e, conseqüentemente, de suas pautas reivindicatórias.

Não apenas no plano da enunciação constitucional, mas também a partir dela, é perpetrada a estrutura social-colonial, de base escravista, que hierarquiza identidades sociais e reproduz a subalternidade da população negra e os privilégios da branquitude. Essa estrutura está ancorada na determinação de um modelo colonial, que hierarquizou em termos étnico-raciais os civilizados e racionais (europeus) em relação aos bárbaros e selvagens (indígenas e negros), justificando-se a partir de correntes teóricas como racismo científico (biológico e culturalista), darwinismo social, positivismo e por outra forma de apropriação da natureza que a coloca a serviço do processo de acumulação capitalista (PIRES, 2019, p. 286).

Note-se que essas correntes teóricas mencionadas pela autora (racismo científico, darwinismo social e positivismo) tiveram grande influência na constituição do pensamento social de diversos autores que fizeram parte da chamada elite intelectual brasileira, especialmente no início do século XX. Essa elite ajudou a difundir elementos do racismo no Brasil como parte de dois processos articulados que atuam para a concretização da forma como hoje se constituem as relações raciais no país: o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento.

O tópico 4 “Eixos norteadores do trabalho social”, está no âmbito da Atenção Social Especial de Média Complexidade (PAEFI), e apresenta uma abordagem direta, ao mencionar a expressão: “sem discriminações ou restrições decorrentes de [...] raça e/ou etnia”. Aqui a afirmação de que o trabalho social deve nortear-se pela não discriminação de raça/etnia pode ser percebida como uma ratificação daquilo que preconizam os Códigos de Ética dos profissionais que atuam neste serviço (reconhecidamente assistentes sociais, psicólogos,

advogados e pedagogos). Ou seja, o documento prefere inserir uma orientação da qual os profissionais já dispõem (e que inclusive é trabalhada nos cursos de graduação de diferentes formas) a avançar no sentido de desvendar as causas da presença e persistência dessa discriminação nos diferentes territórios.

Por fim, o tópico 5 “Capacitação da equipe do CREAS - Educação Permanente”, que está no âmbito da Atenção Social Especial de Média Complexidade (PAEFI), apresenta uma abordagem direta, ao mencionar, dentre os temas que podem subsidiar a Capacitação Inicial e o processo de Educação Permanente dos trabalhadores, a expressão: “Diversidade étnico-racial”. Aqui novamente percebe-se uma tentativa de questionamento/desnaturalização do mito da democracia racial que impera no discurso da PNAS, na medida em que o texto reconhece tal abordagem como importante para a atuação das equipes profissionais, seja como capacitação inicial ou como educação permanente.

A análise sobre os trechos da PNAS que se voltam à Atenção Básica revela que, enquanto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais menciona-se preconceito e discriminação de forma geral, podendo, portanto, aplicar-se a variados segmentos sociais, no texto das Orientações Técnicas as abordagens ficam diretas, com a menção às expressões/palavras “negro e étnico racial” (PAIF) e “raça/etnia e diferença” (SCFV). No mesmo sentido, o número de menções/referências às palavras/expressões chave dobra na análise de um documento em relação a outro. Na Tipificação aparece uma menção em cada serviço, ao passo que nas Orientações Técnicas aparecem duas menções para cada serviço, o que pode ser visto como natural, considerando a função do documento de especificar de forma detalhada como os serviços devem ser organizados.

Já nos trechos da PNAS que se voltam à Atenção Especial de Média Complexidade, pode-se notar uma diferença com relação ao texto da Atenção Básica, visto que já na Tipificação a abordagem do documento é direta, quando menciona as expressões/palavras chave “raça/etnia”, acompanhadas de “discriminação”; e depois, nas Orientações Técnicas, aparecem “raça/etnia” e “étnico racial”. Da mesma forma como ocorre na Atenção Básica, o número de menções/referências às palavras/expressões chave dobra na análise de um documento em relação a outro, ou seja: na Tipificação aparece uma menção no serviço PEFI, ao passo que nas Orientações Técnicas aparecem duas menções para esse serviço. Na alta complexidade, o texto da Tipificação apresenta uma abordagem direta, quando menciona a expressão “raça/etnia”.

Quando os documentos apresentam a abordagem indireta, com a utilização das palavras “diferença, preconceito, discriminação”, pode-se supor que essas dimensões sejam

vislumbradas também sob a perspectiva étnico/racial, mesmo que não de forma exclusiva. Isso porque esse modo de se referir pressupõe também a inclusão de preconceitos e discriminações advindas de outras variáveis, a exemplo de procedência, religiosidade, gênero, etc. Outro elemento que pode ser considerado com relação aos trechos em destaque é que a ênfase em que se fundamenta o serviço de combater todas as formas de preconceito e discriminação (PAIF) parte do pressuposto de que há, na sociedade brasileira, fatores que ocasionam tais discriminações; no entanto, elas não são mencionadas. Então cabe questionar: de que natureza são as discriminações aludidas?

Em nenhum momento o texto menciona a expressão “racismo” e esse fato alerta para a coexistência de dois fatores que aparecem e agem de forma articulada e consecutiva: 1) a ausência do termo/conceito “racismo” em todos os documentos que regulamentam a PNAS e, ao mesmo tempo, 2) a busca deliberada por outras expressões/palavras que possam lhe substituir (diversidade, diferença, discriminação), em uma tentativa de referir-se aos processos sociais ocasionados pelo racismo. Aqui pode-se associar ao que Dijk (2015, p. 162) denomina de “mitigações”, que ocorrem quando as pessoas buscam “amenizar, minimizar ou empregar eufemismos ao descrever as próprias ações negativas [...]. Estratégias de mitigação são particularmente importantes em situações sociais nas quais as normas relevantes são mais fortes”. Isso possivelmente pode também ser associado à noção de conflito/questionamento que reside na palavra “racismo”.

Segundo Dijk (2015, p. 167), “Se entendermos o racismo como um sistema de dominação racial ou étnica, é provável que a sua negação tenha um papel proeminente na sua própria reprodução”. Então a negação e a reprodução do racismo andam juntas, e os documentos aqui analisados seguem este mesmo caminho, pois, ao negá-lo, o reproduzem. Nessa direção, a saída adotada é o silenciamento ao invés do enfrentamento, demonstrando novamente uma das características próprias do racismo no Brasil. Neste sentido apontam Gomes e Madeira (2008):

as relações étnico-raciais no Brasil foram historicamente silenciadas, ou instalara-se um verdadeiro mal-estar, posto que o grupo dominante não desejava abrir mão de seus históricos privilégios e lugares sociais. A saída foi ou o silenciamento ou o discurso que retira do campo do conflito e das contradições, em nome de uma harmonia legitimada pelo processo de miscigenação e da democracia racial, a qual afirma que negros e negras usufruíram de oportunidades e integraram-se à cultura e à comunidade nacional (GOMES e MADEIRA, 2018, p. 456).

A partir de tais elementos, assim como sugere Dijk (2015, p. 168): “Podemos perceber que as funções sociais da negação do racismo estão intimamente relacionadas com as funções

políticas”. Ou seja: é possível compreender que há interesses em disputa envolvidos na manutenção de tal reprodução.

Em outro trecho, o texto destaca a necessidade de se observar a heterogeneidade de etnia e raça na composição dos grupos (SCFV), o que pressupõe que está presente o entendimento sobre os processos de exclusão social em curso na sociedade brasileira, no qual alguns grupos são alcançados de maneira mais drástica que os demais. Sabe-se, hoje, que esses processos são também históricos e nesse contexto deve-se encarar o desafio da construção de uma sociedade em que as diferenças sejam não só reconhecidas, mas também valorizadas, no sentido em que aponta Jesus (2003):

Diferenças não são vistas como absolutas, irreduzíveis ou intratáveis, mas em vez disso, como polívocas e relacionais, social e culturalmente [...]. As diferenças não devem ser entendidas como meras oposições binárias que trazem em si um desequilíbrio inerente de poder, uma impostura da exclusão, e sim, devem ser vistas como o elemento fundante da diversidade, da própria heterogeneidade. Assim como a ligação fluida entre as identidades e as subjetividades, elas merecem ser entendidas sem se naturalizá-las, cristalizá-las ou essencializá-las (JESUS, 2003, p. 186).

Esse processo de admiração das diferenças passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento e valorização da contribuição dos variados grupos que influenciam na formação da sociedade brasileira. Para a comunidade negra no Brasil, esse processo envolve a passagem de todos os símbolos negro-africanos do aspecto negativo para o positivo, valorizando as heranças culturais de origem africana, as ressignificando de acordo a vivência negra no Brasil. Aí destacam-se as diversas possibilidades de aproximação com as expressões culturais, estéticas e artísticas da população negra, que devem ser utilizados sob a perspectiva da educação para as relações étnico-raciais. Nesse processo, a pertença e a identificação racial produzem significado fundamental para o combate ao racismo, já que incentivam o auto-orgulho, autovalorização e autopromoção.

Sublinha-se aqui a área da educação como aquela que melhor conseguiu, até o momento, imprimir em seus documentos/regramentos oficiais essas questões, com a promulgação, em 2003, da Lei 10.639, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em todos os níveis de ensino. Nesse contexto sim seria válida a recomendação de inserir a “Consciência Negra” através do viés comemorativo, o que não se justifica, em nenhum aspecto, fora deste contexto.

Todas essas abordagens do texto, enquanto atos de fala, reproduzem o discurso da igualdade de todos perante a lei, visto aqui como justificativa para posturas e abordagens indiretas e/ou incompletas sobre o tema do racismo na PNAS. Nesse sentido, Dijk (2015) pontua que:

o consenso branco que nega a existência do racismo constitui um elemento bastante poderoso para a sua reprodução [...]. Se as lideranças políticas e a mídia se recusarem a reconhecer a existência de um problema grave, não haverá um debate amplo de mudança da opinião pública e, conseqüentemente, nenhuma modificação no sistema de relações de poder (DIJK, 2015, p. 167-168).

Esses elementos revelam alguns dos processos mentais ou modelos compartilhados pelos autores do discurso, que serão abordados a seguir. Assim, percebe-se que é através do “controle mente” que a maior parte das formas de controle da nossa sociedade são exercidas, geralmente por persuasão ou outra forma de comunicação discursiva.

4.4 A(u)tores do discurso: o papel das elites simbólicas

Considerando os objetivos propostos, busca-se refletir sobre o papel dos a(u)tores envolvidos no processo de elaboração da PNAS. Estes a(u)tores são aqui denominados dessa forma por que são, ao mesmo tempo, autores e atores nesse processo. São integrantes da sociedade civil organizada e das esferas governamentais, ligados predominantemente a três órgãos: o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme preconiza a II diretriz da PNAS (2004), quando afirma a centralidade da participação popular. São esses atores sociais, portanto, que se envolveram em um intenso processo de discussão sobre o tema:

Ressalta-se a riqueza desse processo, com inúmeras contribuições recebidas dos Conselhos de Assistência Social, do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social – FONSEAS, do Colegiado de Gestores Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social, Associações de Municípios, Fóruns Estaduais, Regionais, Governamentais e Não governamentais, Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, Universidades e Núcleos de Estudos, entidades de assistência social, estudantes de Escolas de Serviço Social, Escola de gestores da assistência social, além de pesquisadores, estudiosos da área e demais sujeitos anônimos (PNAS, 2004, p. 11).

Conforme demonstra o trecho acima, descrito no texto da PNAS, o processo contou com a participação de a(u)tores ligados a diferentes esferas e lugares sociais, representando uma aparente heterogeneidade na composição dos grupos que propuseram, discutiram e aprovaram

as ideias presentes na legislação. Estes grupos compõem, de forma paritária, o CNAS. Atualmente, a Lei 8742/93 (com atualizações) assim define o CNAS, no Artigo 17:

Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os critérios seguintes:

I - 9 (nove) representantes governamentais, incluindo 1 (um) representante dos Estados e 1 (um) dos Municípios;

II - 9 (nove) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal (LEI 8742/93).

A análise sobre este trecho da LOAS revela algumas possíveis dificuldades para que tal representatividade realmente se efetive. A composição do Conselho é paritária, ou seja, conta com o mesmo número de representantes vinculados aos governos, nas suas três esferas, e vinculados à sociedade civil, sendo que dentre este segundo grupo há uma heterogeneidade de possíveis atores, variando desde usuários e suas organizações, até entidades e organizações de Assistência Social e de trabalhadores do setor.

A participação popular é uma das diretrizes da PNAS, que garante “Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; proposto pelo CNAS” (PNAS, 2004, p. 33). Ainda assim, cabe um questionamento quanto à efetiva possibilidade de participação de que são dotadas as pessoas que não fazem parte dos grupos que detém o acesso ao poder. Uma vez que essa participação é garantida através de organizações representativas, cabe questionar: que grupos estão representados nestes espaços?

Para Dijk (2015), o próprio acesso a formas específicas de poder retrata uma forma de poder. Assim, o acesso ao ou o controle sobre o discurso público e a comunicação constituem recursos simbólicos importantes para a base do poder de um grupo ou instituição. Em outros termos, o próprio acesso a tais instâncias representativas já evidencia o acesso especial de tais elites. De acordo com Dijk (2015):

Essa definição de quem são as elites não se dá em termos de suas posições sociais de liderança, mas sim em termos dos recursos simbólicos que definem o capital ‘simbólico’, e em particular, seu acesso preferencial ao discurso público [...]. Dada nossa análise do

papel das elites ‘simbólicas’ na sociedade contemporânea, concluímos que elas também possuem um papel especial na reprodução do sistema do racismo que mantém o grupo dominante branco no poder (DIJK, 2015, p. 239).

A questão dos recursos e dos capitais simbólicos são desenvolvidas por Bourdieu (2004) e tratam sobre o acesso preferencial que tais capitais proporcionam ao discurso público. Os grupos que possuem tais capitais exercem o poder com base em um capital simbólico, ou seja, a partir da capacidade que têm de disseminar seus valores e ideologias. Assim, o capital simbólico é: “o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (BOURDIEU, 2004, p. 164)

E esse reconhecimento, que pode também ser associado a prestígio e/ou honra das pessoas e grupos, relaciona-se com as elites e o papel desempenhado por elas no cenário de afirmações e negações de direitos, visto ser este um campo de disputas. Segundo Dijk (2015, p. 195), nessa situação: “Tais falas e textos, portanto, não são uma forma de discurso individual, mas um discurso social, de grupo, e não expressam apenas opiniões individuais, mas especialmente representações sociais compartilhadas”.

No contexto brasileiro, esse reconhecimento e prestígio de que gozam as elites relaciona-se, de formas bem particulares, com a branquitude. Conforme Sueli Carneiro (2005):

A branquitude, enquanto sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc. (CARNEIRO, 2005, s.p.)

A ideia de branquitude relaciona-se com a ideia de privilégios, já que os sujeitos que ocupam tal posição “foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos” (SCHUCMAN, 2014, p. 89). Assim, pode-se perceber que as elites seguem ditando os rumos do discurso público, pois, ao possuírem recursos e capitais simbólicos privilegiados, têm também acesso preferencial às formas de elaboração desse discurso. Seu papel neste contexto tem sido, portanto, o de garantir a permanência do grupo dominante branco no poder, mesmo que para isso precise utilizar-se de estratégias contemporâneas, tais como o silenciamento e a imprecisão conceitual organizada em torno do racismo, que são atualizadas constantemente. Para Dijk (2015):

É interessante observar que, apesar das diferenças de estilo entre os diversos grupos sociais, esse discurso pode ser encontrado em todos os

níveis da sociedade e em todos os contextos sociais. Ou seja, tanto os cidadãos brancos comuns como as elites brancas precisam proteger sua autoimagem social e ao mesmo tempo gerenciar a interpretação de suas práticas em um mundo social e cultural crescentemente variegado. Para o grupo dominante, isso significa que as relações de dominação devem ser reproduzidas nos níveis macro e micro, tanto na ação como na mente (DIJK, 2015, p. 196).

Esses aspectos evidenciam o papel das elites nacionais neste contexto, em que as heranças colonial e escravista foram reatualizadas e reaproveitadas para a nova realidade social do país, ao invés de ser superadas (ORTELGAL, 2018), mesmo após a Proclamação da Independência, em 1822, e da República, em 1889. Na análise de Nogueira (2006) e de outros autores, a sociedade brasileira teve seu desenvolvimento fortemente travado pela escravização da população negra, visto que ela ocupava o centro do organismo social brasileiro, formando um verdadeiro sistema caracterizado por dois mundos que mal se comunicavam: “A sociedade era modelada pela escravidão e dividia-se basicamente em duas partes, uma oprimindo, explorando e humilhando a outra” (NOGUEIRA, 2006, p. 174).

Nesse contexto, as elites desempenharam papel central na cristalização de papéis e lugares sociais à população negra, utilizando-os como mecanismos de manutenção dos privilégios que circulam a branquitude. De acordo com Oliveira et al. (2019, p. 145): “Uma política produzida prioritariamente por pessoas brancas, a partir de referenciais brancos e pesquisada por pessoas brancas, precisa ser situada a partir do paradigma da branquitude que a constitui, para, assim, pensarmos as implicações raciais envolvidas em uma política que visa a garantia de direitos”. Assim, torna-se importante a contribuição de May (2004, p. 213): “O que as pessoas decidem registrar é informado pelas decisões que, por sua vez, relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais são parte [...]. Os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contém. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos”.

Nos documentos analisados esses elementos vêm à tona com o silenciamento que ficou evidente a partir da ausência, em todos os documentos analisados, da expressão “racismo”. Então cabe questionar: será que a PNAS não deve apresentar alguma articulação teórica com este conceito? Da mesma forma, o fato de outras palavras figurarem neste universo linguístico, tais como preconceito e discriminação, por exemplo, podem nos levar à percepção de que buscam fazer referências indiretas a um fenômeno que poderia ser explicitamente nominado e conceituado como racismo.

Segundo Dijk, os atores do discurso são: “categorias constituintes das situações sociais e [...] desempenham vários papéis comunicativos [...]. Podem ser localmente definidos como indivíduos ou globalmente em termos de grupos, organizações ou instituições” (DIJK, 2005, p. 56). Não é propósito da ACD identificar os autores de forma individual ou particular, já que se interessa pelo discurso público. No entanto, sabe-se que todos os a(u)tores participaram enquanto representantes de organizações, sejam governamentais ou da sociedade civil. Ou seja, de forma global, são atores que se identificam enquanto integrantes de organizações e instituições que têm na Assistência Social seu principal lócus de atuação, nestas duas esferas.

Dessa maneira, cabe refletir sobre que significados e representações circulam em tais grupos sobre o tema em análise. De que forma a discussão sobre o racismo e seus impactos na sociedade brasileira e, conseqüentemente, na política de Assistência Social, circulam entre tais organizações/instituições (governamentais e da sociedade civil)? A pergunta não possui uma resposta definitiva, mas, pela maneira como o tema é abordado nos documentos analisados, é possível absorver pistas de que nesses grupos circula um entendimento geral, compartilhado pelas elites simbólicas, que controlam o modo de produção e a articulação dos discursos, bem como suas formas de reprodução.

Assim, essa reflexão deve girar em torno da definição de quem são os falantes ou escritores dos discursos. Isso se torna crucial, pois de acordo com Dijk (2015, p. 139):

Elites desempenham um papel especial nesse processo de reprodução. Isso ocorre não porque as elites são geralmente mais racistas do que as não elites, mas principalmente por causa do seu acesso especial às formas mais influentes do discurso público [...] e do seu controle sobre elas [...]. Uma análise do discurso das elites oferece uma perspectiva particularmente relevante acerca do modo como o racismo é reproduzido na sociedade (DIJK, 2015, p. 139).

Então, para analisar o contexto social de formulação e promulgação dos documentos em questão, tem especial relevância a análise do papel desempenhado por estas elites. Evidencia-se que as opiniões e percepções importantes para esses grupos não se relacionam com a pauta de combate ao racismo no Brasil. Isso atravessa diversas questões, como, por exemplo, o mito da “igualdade” que conduz o texto constitucional brasileiro e a maioria das legislações daí decorrentes, como é o caso daquelas que regulamentam a Assistência Social: LOAS/SUAS, PNAS, Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas.

Refletindo a esse respeito, Pires (2019) critica a crença na universalidade e neutralidade do constitucionalismo no país, que somados ao mito da democracia racial – uma das características do racismo no Brasil – desempenham papel crucial na ineficácia das ações

sociais voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais, sociais e de gênero: “A eficiência da crença na universalidade e neutralidade do constitucionalismo moderno, aliada no contexto pátrio ao compartilhamento do mito da democracia racial, fez com que o impacto de sua utilização para promover o enfrentamento das desigualdades, notadamente as raciais, sociais e de gênero se não tivesse esvaziado” (PIRES, 2019, p. 297).

O mito da democracia racial foi forjado pelas elites intelectuais brasileiras do início do século XX, contando com escritores de grande expressão como seus principais expoentes e articuladores. Através de um processo de romantização das relações entre senhores e escravizados, esse conjunto de autores/intelectuais/artistas buscaram impingir nas relações raciais brasileiras a ideia de convivência harmônica e pacífica, em que o sujeito negro, de certa forma agradecido pelo papel desempenhado pelo senhor, acomoda-se e adapta-se às mazelas do cativo, corroborando para a manutenção das hierarquias raciais e, portanto, reconhecendo seu lugar de subordinação.

Em conjunto com o mito da democracia racial, que foi assim designado exatamente para não se perder de vista a dimensão de fantasia que carrega, a ideologia do branqueamento também se fez presente enquanto determinante nos caminhos de intelectuais, artistas, escritores, enfim, da elite pensante brasileira do início do século XX. Essa ideologia, por sua vez, emergiu, historicamente falando, antes do mito da democracia racial, pois passou a fazer parte do imaginário social brasileiro tão logo operou-se o fim legal da escravidão negra no Brasil, visto que o número de negros naquele período era superior ao de brancos, causando incômodos nas elites que conduziam os rumos do país.

A perpetuação do mito da democracia racial pode ser considerada uma das grandes responsáveis pelo atual quadro em que se encontram as relações raciais no Brasil, e conseqüentemente, a discussão sobre o racismo. Se não se discute sobre o racismo enquanto um fenômeno social, que organiza as demais relações de exploração e opressão que se estabelecem na sociedade, como discutir então estratégias para sua superação? Ou seja: para que o antirracismo possa emergir enquanto estratégia de resistência, é fundamental reconhecer o racismo enquanto forma de opressão.

Diante disso, a ideia de que o Brasil se tornasse um país branco com o passar dos anos materializa-se enquanto política de Estado, quando do incentivo para a vinda de imigrantes europeus, em detrimento da opção pela inclusão produtiva daqueles que aqui já habitavam o território. Assim, se a falsa democracia racial e o branqueamento foram as ideias propagadas pelas elites no início do século XX, a perpetuação de tais ideais se materializa no pensamento

e prática social das elites atuais através da opção pelo silenciamento e pela imprecisão conceitual que envolvem o tema do racismo. Logo, estamos diante da manutenção e da reprodução de ideias e ideais que orientam os discursos das elites no país desde o início do século anterior, com o intuito de manter inalteradas as estruturas de poder.

Então evidencia-se a relação entre cognição social e contextos socioculturais, e sugere-se a existência de um modelo mental compartilhado pelos autores do discurso sobre o racismo na PNAS, sendo possível inferir a construção desse modelo não somente a partir da análise daquilo que está escrito nos documentos que a regulamentam, mas também pelo conjunto de informações de que dispõe os autores desse discurso – aqueles elaborados e difundidos pelas elites simbólicas, ou seja, os que apontam para o silenciamento e a negação do racismo.

5 DISCURSOS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA PNAS: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA COLETIVA CONTRA A NEGAÇÃO DO RACISMO

*Antiga Poesia
Ellen Oléria*

*Minha nova poesia
É antiga poesia
Eu me fiz sozinha, força feminina
Escrevo sem ter linha, escrevo torto mesmo
Escrevo torto, eu falo torto, pra seu desespero
É só minha poesia, antiga poesia
Repito, rasgo colo poesia, sem maestria
Mas é minha poesia
Eu não sou mais menina
A minha poesia é poesia combativa
Eu entendi seu livro, eu entendi sua língua
Agora minha língua, minha rima, eu faço, eu já me fiz sozinha
E eu tenho mais palavra da boca escorrendo
Cê disse que tá junto e eu continuo escrevendo
A planta é feminina, a luta é feminina
La mar, la sangre y mi América Latina
Meu desejo é que seu desejo não me defina
Minha história é outra, tô rebobinando a fita
Negras dos Sertões, Negras da Bahia, Salve!
Clementina, lê-se Jovelina, Salve!
Nortistas, caribenhas, clandestinas
Negras da América Latina
A baixa autoestima da Dona Maria, da sua prima, da sua filha e sua vizinha
Isso me intriga, isso me instiga
Cê não entendeu o que significa feminista
Esquento a barriga no fogão, esfrio na bacia
Cuido do filho do patrão, minha filha tá sozinha
A mão tá no trampo, a mente tá na filha
Um monte de gaiato em volta ainda pequenina
Porque depois dos 40 é de casa pra igreja
É tudo é por ninharia, pretendente Jesus, o Messias
Tive que trabalhar, não pude parar
Guerreira, estradeira, capoeira, na ginga
Disseram pra neta que a avó era analfabeta
Ô mundão tá louco, acaba, mas ela não!
Minha vó formou na vida e nunca soube o que é reprovação
Eis a questão
Se não me espelhou, não chamo de educação
[...]
Aqui não tem drama, ou gente inocente
Aqui tem mulher firma arrebetando as suas correntes
A vida toda alguma coisa tentou me matar
E eu me refiz
Dandara, Akotirene, Salve!
Eu sei, não é fácil chegar, Salve!
A gente sabe levantar, Salve!
Aonde eu for é o teu lugar, Salve!*

O texto acima apresenta trechos da música “Antiga Poesia”, de Ellen Oléria. A canção evidencia diversos valores afrocentrados, dentre os quais está a união entre o passado e o presente, em uma relação, pode-se dizer, decolonial. É como se olhar para trás ajudasse a planejar e trilhar os caminhos que vêm à frente, em uma ideia que se assemelha à de “Sankofa”: olhar para o futuro sem esquecer do passado (NASCIMENTO, 2009). Essa relação entre o passado e o presente, o novo e o velho, faz emergir uma espécie de nova consciência e atitude do sujeito envolvido e pensante, agente do seu processo de vida: protagonista.

Por isso este é o termo escolhido para designar as mulheres negras que colaboraram com esta pesquisa. Elas são protagonistas de processos de questionamento, reflexão, intervenção; movidas em espaços coletivos, em prol das coletividades; estão inseridas em equipes interdisciplinares, projetos intersetoriais e, muitas vezes, dotadas de uma dose de desobediência e/ou ousadia combativa, assim como apresenta a canção, buscam propor, elaborar e, sobretudo, executar ações antirracistas.

A efetividade de tais ações passará, inevitavelmente, pela construção de uma “outra história” sobre a população negra, em geral, e sobre as mulheres negras, em particular. Outras histórias que devem ser elaboradas a partir de seus pontos de vista, já que são múltiplas. Nessa esteira, a proposta deste capítulo é apresentar a análise das informações coletadas junto aos/às colaboradores/as de pesquisa.

Mesmo com essa escolha proposital do termo Protagonista para designar as mulheres negras que colaboraram com a pesquisa, cabe pontuar que identificar uma Protagonista significa também reconhecer que diversas outras estão à margem, excluídas dos processos de participação e decisão na esfera social. Na trajetória de mulheres negras, não necessariamente o termo Protagonista remete a elementos positivos, então por mais que seja importante identificar e seguir os passos dessas Protagonistas Negras, também é fundamental reconhecer, buscar e “escavar”, isto é, evidenciar a trajetória daquelas que estão às margens e que, ainda assim, resistem, transformam e brilham, mesmo que não sejam reconhecidas socialmente.

As/os colaboradoras/es desta pesquisa dividem-se em 3 grupos: 1) trabalhadores da Fundação de Assistência Social e Cidadania FASC⁵⁸, aqui identificados através do código TAS

⁵⁸ Cabe mencionar que não foi possível explorar nesta oportunidade todos os dados coletados junto aos participantes da pesquisa, sobretudo considerando que o universo de participantes inicialmente planejado aumentou significativamente, considerando o fato de a pesquisa junto a este público precisar ter sido adaptada para acontecer de forma *on line*, em razão da pandemia de Covid-19.

(Trabalhador/a da Assistência Social)⁵⁹ 1 a 4; 2) mulheres negras que atuam na Assistência Social e que participaram das entrevistas⁶⁰, identificadas como Protagonista Negra (PN) “Sua Prima”, “Sua Filha” e “Sua Vizinha”; e 3) lideranças das Organizações de Mulheres Negras que atuam no combate ao racismo, identificadas por seus nomes, pois assim autorizaram objetivando reconhecimento e visibilidade de suas ações.

A ideia de associar as expressões “sua prima”, “sua filha” e “sua vizinha” à expressão Protagonista Negra tem o objetivo de humanizar essa figura/personagem, visto que é fundamental reconhecer o protagonismo das mulheres negras comuns, excluídas e esquecidas. Por mais que não gozem de reconhecimento social, são protagonistas de seus processos de vida e re-existência, bem como de suas famílias. Também é importante reconhecer, neste sentido, que diversos protagonistas podem existir e atuar nestes espaços, sem que tenham sido assim reconhecidos. Isso porque, no âmbito da Assistência Social, como demonstrou a análise documental, existe espaço para práticas de questionamento ao mito da democracia racial. Dessa forma, diversos/as trabalhadores/as podem ter práticas relevantes sendo executadas, sem que esta pesquisa pudesse alcançá-los.

Busca-se apresentar um diálogo entre os pontos identificados como “legitimação” ou “questionamento” ao mito da democracia racial na análise documental da PNAS e os entendimentos dos/as trabalhadores/as da FASC e das lideranças das Organizações de Mulheres Negras. A análise documental da PNAS demonstrou que há uma disputa entre a legitimação e o questionamento ao mito da democracia racial. Nesse sentido, foram identificados “espaços” possíveis para a construção de discursos e práticas antirracistas. Esses ambientes são profícuos para questionamentos, discussões e construção de discursos de resistência.

Considerando que o foco da ACD é o discurso público, a ideia é buscar elementos nas falas que se cruzem com os caminhos apresentados na análise documental. Assim, tais informações serão analisadas buscando captar os seguintes elementos: os discursos reproduzem ou não os discursos públicos? As/os participantes têm consciência das relações de poder e de dominação sociopolítica que envolvem a reprodução do racismo? Quais são as formas de resistência por elas identificadas? De que maneira se estabelece a luta contra tais formas de dominação?

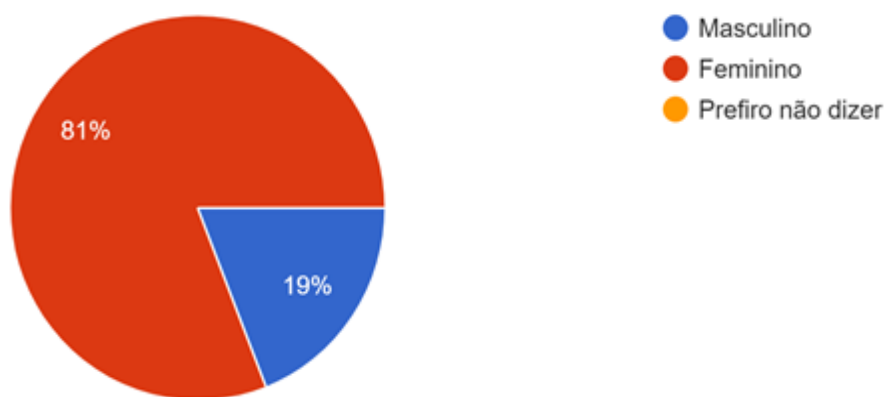
⁵⁹ 42 trabalhadores participaram respondendo o questionário on-line, que tinha questões abertas e fechadas. Quatro trechos respondidos nestas questões foram destacados e identificados através dos códigos TAS (Trabalhador/a Assistência Social), visto que não é possível relacionar as respostas com o perfil do/a colaborador/a.

⁶⁰ Foram selecionadas para esta etapa obedecendo ao critério de participarem ativamente em movimentos sociais de combate ao racismo.

5.1 Identificação dos/as colaboradores/as de pesquisa: trabalhadores/as da FASC

Neste item será apresentado o perfil dos/as colaboradores/as de pesquisa: trabalhadores/as da Assistência Social, em seus diferentes níveis de atuação. Com relação ao gênero, 81% ou 34 pessoas, identificaram-se com o gênero feminino, enquanto 19%, ou 8 pessoas identificaram-se com o gênero masculino. Isso reflete o perfil das trabalhadoras do campo social, majoritariamente composto por mulheres, assim como a profissão de Assistente Social. O gráfico abaixo expõe as proporções de gênero entre as/os participantes:

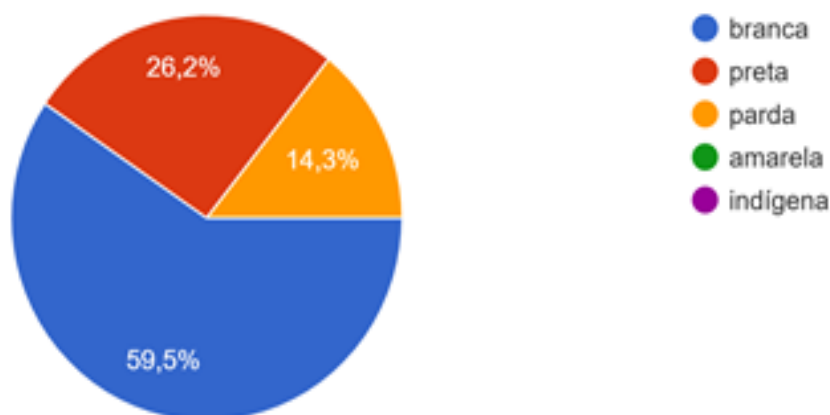
GRÁFICO 12 – IDENTIFICAÇÃO COM RELAÇÃO AO GÊNERO, TRABALHADORES/AS DA PNAS



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com relação à cor/raça, a maioria das/os colaboradores/as declarou-se como branco: 25 pessoas, ou 59,5%; enquanto os demais, 17 pessoas, ou 40,5%, auto declararam-se negros/as – pretos/as ou pardo/as, conforme demonstra o gráfico abaixo. Esse fator pode estar relacionado à composição populacional do estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre, que contam, comparativamente ao restante do país, com um número reduzido de pessoas negras.

GRÁFICO 13 – IDENTIFICAÇÃO COM RELAÇÃO À RAÇA/COR, TRABALHADORES DA PNAS



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com o IBGE (PNAD Contínua, 2017), enquanto no Brasil, em 2016, a população negra (pretos e pardos) somava 54,9% do total da população, no Rio Grande do Sul essa população somava 18,2% (MELO, 2017). Isso significa uma maior representação de trabalhadores negros (pretos e pardos) na amostra da pesquisa. Então verifica-se, de forma contraditória, que houve na pesquisa uma considerável participação de pessoas negras, que, apesar de serem minoria na população gaúcha, somaram 40,5% dos/as colaboradores/as⁶¹. Essa participação considerável pode relacionar-se à constituição de espaços propícios para reflexão, discussão e ação no âmbito da PNAS.

Tais espaços, que podem ser físicos ou simbólicos, caminham no mesmo sentido que a ideia de “redes afrodiaspóricas⁶²”, entendidas como espaços de resistência, existência e afirmação da negritude, que se conectam e partem de pressupostos afrocentrados para pensar e executar ações de intervenção social, acadêmica ou cultural junto a grupos e comunidades em geral, considerando a agência do sujeito negro em tais propostas e na superação do racismo.

Através desse percentual considerável de colaboradores/as de pesquisa que se autoidentificam como negros, pode-se entender que especialmente essas pessoas, que atuam

⁶¹ Caberia aqui uma reflexão com relação à proporção de trabalhadores/as negros/as na FASC.

⁶² Cabe mencionar o conceito de diáspora: A palavra diáspora foi originalmente usada no Antigo Testamento para designar a dispersão dos judeus de Israel para o mundo. Recentemente, tem se aplicado o mesmo vocábulo, por analogia à condição judaica, aos movimentos dos povos africanos e afro-descendentes no interior do continente negro ou fora dele. A diáspora traz em si a idéia do deslocamento que pode ser forçado como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais. Também pode ser uma dispersão incentivada ou espontânea de grandes massas populacionais em busca de trabalho ou melhores condições de vida (SANTOS, 2008, p. 181).

nos espaços de Assistência Social, quando tiveram acesso à informação sobre a realização deste estudo, sentiram-se identificadas com a temática da pesquisa, elevando os níveis de participação. Assim, pode-se inferir daí que eventos ou informações que envolvam o tema do racismo podem se constituir enquanto demandas/interesses desses trabalhadores/as.

A questão abaixo reflete essa situação. Com relação à participação em cursos de capacitação e/ou formação promovidos pelo local de trabalho abordando o racismo, a maioria dos colaboradores de pesquisa respondeu que “Não Participou” (57,1% ou 24 pessoas), enquanto 18 pessoas ou 42,9% respondeu que “Sim, Participou”. Isso demonstra o quanto este ainda é um tema a ser explorado pelos espaços de formação continuada, no sentido de atingir um maior número de trabalhadores.

Na cidade de Porto Alegre, os serviços da Assistência Social são gerenciados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), através da rede socioassistencial própria e parceira. A FASC passou a coordenar a Política de Assistência Social da cidade em 1994, quando ainda se chamava Fundação de Educação Social e Cidadania (FESC). No ano de 2000, a entidade mudou de nome e foi quando houve também a mudança na nomenclatura dos seus equipamentos sociais, que deixaram de se chamar Unidades Operacionais e passaram a ser designadas como Centros Regionais de Assistência Social (PORTO ALEGRE, [s.d.]).

De acordo com informações do site da Prefeitura de Porto Alegre, a partir do advento da PNAS, a FASC começou, em 2007, o processo de avaliação para a implantação do SUAS. O reordenamento institucional ocorreu nos anos de 2010 e 2011, alinhando-se àquilo que está previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo o SUAS implantado em 2011. No quadro abaixo estão listados os equipamentos da Assistência Social de Porto Alegre (redes de Atenção Básica e Especial de Média Complexidade), totalizando 23 CRAS e 9 CREAS, distribuídos por 9 regiões da cidade.

QUADRO 18 – SERVIÇOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, CIDADE DE PORTO ALEGRE, POR REGIÃO

| REGIÃO | MÉDIA COMPLEXIDADE | BÁSICA |
|---------------------------------|--------------------------------|--|
| 1 REGIÃO RESTINGA / EXTREMO SUL | 1 CREAS RESTINGA / EXTREMO SUL | 1 CRAS RESTINGA - AMPLIADO 2 CRAS EXTREMO SUL 3 CRAS RESTINGA 5ª UNIDADE |
| 2 REGIÃO LESTE | 2 CREAS LESTE | 4 CRAS LESTE I - AMPLIADO 5 CRAS LESTE II |
| 3 REGIÃO SUL / CENTRO-SUL | 3 CREAS SUL / CENTRO SUL | 6 CRAS CENTRO-SUL - AMPLIADO |

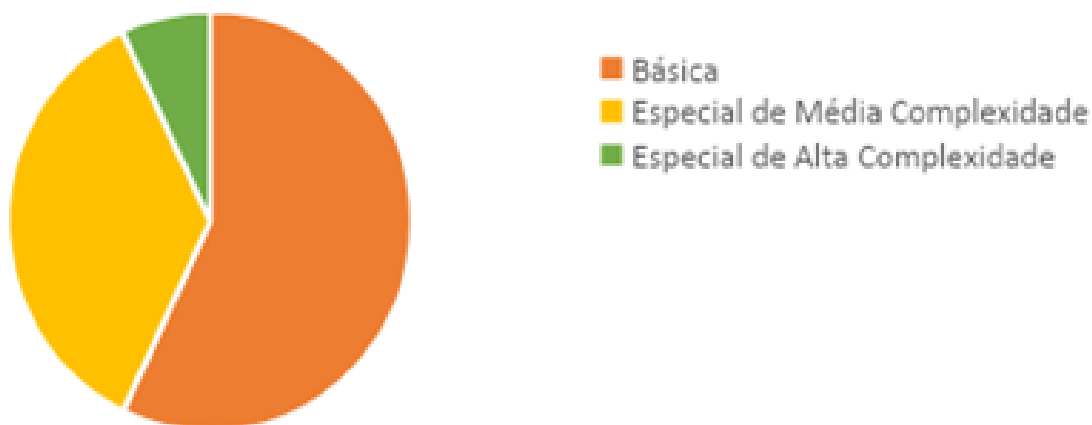
| | | |
|---|--|---|
| | | 7 CRAS HIPICA 8 CRAS SUL |
| 4 REGIÃO NORTE / NOROESTE | 4 CREAS NORTE / NOROESTE | 9 CRAS NOROESTE - AMPLIADO 10 CRAS NORTE - AMPLIADO 11 CRAS SANTA ROSA |
| 5 REGIÃO GLÓRIA / CRUZEIRO / CRISTAL | 5 CREAS GLÓRIA / CRUZEIRO / CRISTAL | 12 CRAS GLÓRIA - AMPLIADO 13 CRAS CRUZEIRO 14 CRAS CRISTAL |
| 6 REGIÃO LOMBA DO PINHEIRO | 6 CREAS LOMBA DO PINHEIRO | 15 CRAS LOMBA DO PINHEIRO - AMPLIADO |
| 7 REGIÃO PARTENON | 7 CREAS PARTENON | 16 CRAS PARTENON |
| 8 REGIÃO EIXO-BALTAZAR / NORDESTE | 8 CREAS EIXO – BALTAZAR / NORDESTE | 17 CRAS EIXO – BALTAZAR 18 CRAS NORDESTE 19 CRAS TIMBAUVA |
| 9 REGIÃO CENTRO / ILHAS / HUMAITÁ / NAVEGANTES | 9 CREAS CENTRO / ILHAS / HUMAITÁ / NAVEGANTES | 21 CRAS CENTRO 22 CRAS ILHAS 23 CRAS VILA FARRAPOS |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ainda fazem parte da rede dos serviços socioassistenciais aqueles que compõem a Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Centro Pop I – Santana, Centro Pop II, Centro Pop III – Navegantes, S.C.F.V – Adultos Pop Rua – Ilê Mulher, Albergue Dias da Cruz, Albergue Acolher 1, Albergue Acolher 2 e Abrigo Renascer.

Com relação aos locais de atuação, a maioria das/os colaboradoras/es, 57,1%, (24 pessoas) atua na Proteção Social Básica (CRAS, SCFV, SAF), enquanto 15 participantes (35,7%) atuam na Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS, Centro Pop). Participaram ainda 3 trabalhadores/as (7,2%) inseridos/as na Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Serviços de Acolhimento Institucional). O gráfico abaixo informa em qual nível da Proteção Social estão inseridos/as os/as colaboradores/as da pesquisa.

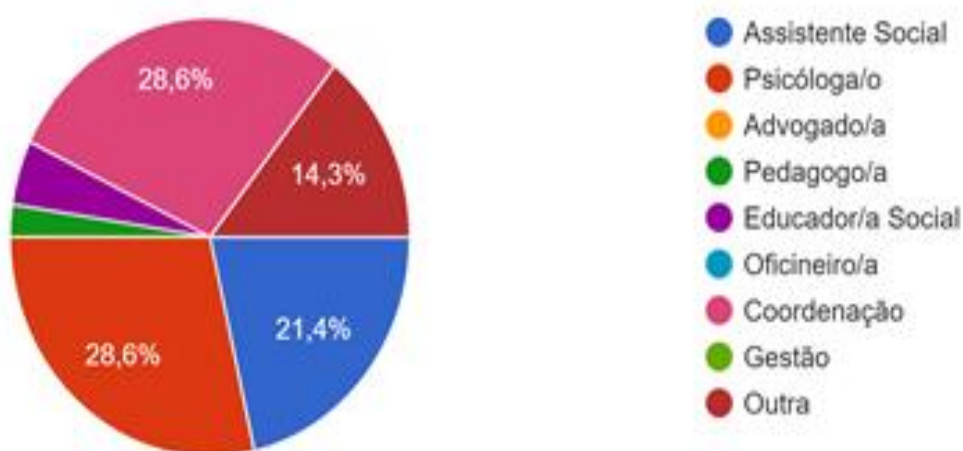
GRÁFICO 14 – NÍVEL DE ATUAÇÃO NO SUAS



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com relação às funções exercidas nos serviços, as/os participantes também desempenham as seguintes: assistentes sociais (21,4% ou 10 pessoas); outras funções, como estagiário/a, oficinairo/a, serviços gerais, etc. (14,3% ou 5 pessoas); educador/a social (4,8% ou 2 pessoas); e gestão (2,3% ou 1 pessoa). Isso reflete a diversidade de funções e saberes que circulam no espaço da Assistência Social. Conforme demonstra o gráfico abaixo, os/as participantes atuam nestes serviços principalmente nas funções de coordenação e psicóloga/o: 12 pessoas (28,6%) cada.

GRÁFICO 15 – FUNÇÃO NO SUAS



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

5.2 Territorialidades Negras em Porto Alegre: “Redes Afrodiaspóricas” em Ação

Pensar sobre quais espaços existem no âmbito da Assistência Social para discutir as demandas relacionadas ao racismo sem dúvidas leva a uma reflexão sobre a forma como o tema tem permeado o contexto local, ou como é visto e absorvido dentre as pessoas em um determinado território, de um modo geral. Nesse sentido, cabe pensar na relação entre a ideia de “redes afrodiaspóricas”⁶³, as ideias de território e territorialidade.

De acordo com Milton Santos (2004; 2007; 2008), território é um conceito híbrido e mutável, revelando ações passadas e presentes, congeladas nos objetos e constituídas na ação dos homens. Nele, evidencia-se uma interdependência entre a materialidade – o próprio espaço

⁶³ Entendidas como espaços de resistência, re-existência e afirmação da negritude, que se conectam e partem de pressupostos afrocentrados para pensar e executar e ações de intervenção social, acadêmica ou cultural, junto a grupos e comunidades em geral, considerando a agência do sujeito negro em tais propostas e na superação do racismo (SILVA, 2021).

geográfico – e seu uso – a ação humana. Santos (2008) sinaliza também que o território está em contínua mutação e possui diferentes usos, a depender do momento histórico, merecendo, por isso, constante revisão.

Assim como o território, a noção de territorialidade faz-se pertinente, tendo em vista que ela se constrói a partir da consciência de participação das pessoas que habitam o território (ANDRADE, 1994). Trata-se de um processo subjetivo de tomada de consciência do próprio espaço de vida. Essa territorialidade se relaciona a um “pertencimento” e constrói uma identidade, buscando o retorno de valores do passado, mas, sobretudo, reinterpretando tais valores, assim como os símbolos culturais, impondo-lhes “novos” significados (CASTELLS, 2002; SANTOS, 2008).

Para Corrêa (1994): “A territorialidade [...] refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social” (CORRÊA, 1994, p. 251-252). Na construção da territorialidade entra em jogo, portanto, a memória reflexiva, que se refere ao vivenciado, e a memória projetiva, que diz respeito às aspirações dos grupos que se apropriam do território (CARA, 1994).

Na cidade de Porto Alegre, assim como em outras partes do Brasil e da Diáspora Africana, a atuação contra o racismo tem sido pauta de movimentos sociais e grupos organizados há incontáveis anos, de forma institucionalizada ou autônoma. Existem resquícios dessa atuação que se expressam, por exemplo, na presença dos quilombos urbanos⁶⁴ sediados neste espaço, constituindo, em conjunto com outros locais da cidade, os Territórios Negros de Porto Alegre⁶⁵. Somam-se aos quilombos os territórios das Escolas de Samba, das Religiões de Matrizes Africanas⁶⁶, além de bairros e comunidades onde, historicamente, a população negra habitou e habita, a exemplo do Areal da Baronesa, da antiga “Redenção” ou da Restinga, para mencionar alguns.

Indo na contramão do percentual que revela a presença minoritária da população negra no Rio Grande do Sul, conforme exposto acima, os movimentos de resistência negra gaúchos

⁶⁴ A cidade de Porto Alegre tem atualmente cinco quilombos urbanos reconhecidos, sendo eles: Alpes, Família Silva, Família Fidelix, Família Lemos e Areal da Baronesa. Outros três seguem buscando o reconhecimento.

⁶⁵ Esses territórios foram redescobertos e atualmente fazem parte de um passeio turístico na cidade, realizado através de ônibus especial que faz um percurso no qual são evidenciadas as regiões que historicamente apresentam marcas de pertencimento social e cultural da população negra na cidade de Porto Alegre. Como desdobramento deste projeto, foi lançado o curso “Territórios Negros, Patrimônio Afro-Brasileiro em Porto Alegre”, realizado como ação vinculada ao Programa de Extensão chamado Laboratório de Ensino de História e Educação (LHISTE/UFRGS).

⁶⁶ Que tem no Batuque sua principal expressão, diferentemente do que ocorre com outras partes do Brasil, onde predomina o Candomblé.

podem ser remontados desde os “Lanceiros Negros”, passando pelo “Grupo Palmares”, um dos primeiros grupos de expressão na luta contra o racismo na cidade de Porto Alegre e no Brasil. Fizeram parte desse coletivo personagens importantes da cena negra gaúcha de meados dos anos 1970, dentre os quais o saudoso poeta Oliveira Silveira. Esse grupo inclusive é identificado como responsável por lançar no Brasil a data de 20 de novembro⁶⁷ como data máxima da cultura negra, em substituição ao 13 de maio.

Nesse sentido, a discussão sobre o “Massacre de Porongos” ressurgiu todo dia 20 de setembro, encabeçada por entidades negras gaúchas, que reivindicam um reposicionamento com relação ao papel do negro na história e cultura do Estado. Sobre a origem dos negros trazidos ao Rio Grande do Sul, sabe-se que diversas nações integraram esse grupo, mas é possível indicar, segundo Braga (1998), que pertenciam a dois grandes grupos que também se distribuíram pelo restante do Brasil: os bantos (classificação linguística) e os sudaneses (classificação geográfica).

O principal local onde se concentrava o trabalho dos negros escravizados no Rio Grande do Sul eram as charqueadas⁶⁸ e com o seu declínio houve o fim forçado da migração negra ao Estado, chegando a entrada de negros vindos diretamente de África a ser proibida por lei. Em que pesem tais fatores, os registros históricos apontam que havia um grande contingente negro que ocupava a então Província Cisplatina até meados de 1850: “Quase todas as cidades rio-grandenses de maior porte, na época [...] contava com um número de negros, entre escravos e libertos, que ultrapassava o de brancos” (CORRÊA, 1998, p. 10).

No entanto, uma conjugação de diversos fatores ocasionou um esvaziamento no Estado, com relação à população negra⁶⁹. Dentre estes destacam-se: a absorção de grande parte dos negros escravizados até então em solo gaúcho pelo crescimento das economias cafeeiras do sudeste do país; o fim do tráfico de negros vindos diretamente de África; o declínio vivenciado pelas charqueadas, em função da concorrência com mercados platinos; e a entrada massiva de imigrantes europeus (BRAGA, 1998).

Com o passar dos anos essa população negra no Rio Grande do Sul tem ressignificado elementos presentes no imaginário social e no cotidiano vivido, buscando formas de re-existir, assim como ocorreu em outras partes do Brasil e da diáspora africana. Algumas destas formas de re-existência materializam-se através dos movimentos negros, compreendidos como:

⁶⁷ O ano de 2021 marca os 50 anos do 20 de novembro, que foi lançado, em 1971.

⁶⁸ Estabelecimentos de beneficiamento da carne bovina nos moldes do charque (CORRÊA, 1998).

⁶⁹ Houve uma redução na presença de negros no Rio Grande do Sul – de 30 a 50% no final do século XIX, para pouco mais de 10%, em 1950 (BRAGA, 1998).

“Grupos, Entidades e Militantes negros que buscam a valorização dos negros e da Cultura Negra e se colocam diretamente contra o racismo, buscando, através deste combate, o respeito da sociedade e a melhoria das condições de vida para a população afro-brasileira” (PEREIRA, 2008, p. 26).

Diversos estudos já foram realizados no sentido de registrar sua trajetória histórica. Em um destes estudos, Pereira (2008) sinaliza que a atuação destes movimentos se deu através de três impulsos principais, sendo o primeiro em meados da década de 1920, tendo a Imprensa Negra e a Frente Negra Brasileira como expoentes. O segundo ocorreu na década de 1940, quando já havia o reconhecimento de algumas expressões culturais negras como o samba e a capoeira como símbolos nacionais, ensejando maior respeitabilidade aos grupos negros (PEREIRA, 2008). Por fim, o terceiro se deu na década de 1970, quando os movimentos negros inauguram uma perspectiva diferencialista em sua atuação, adotando discursos e práticas que iam além da denúncia ao racismo, valorizando a identidade e cultura negras.

Propondo uma complementação às informações apresentadas no estudo de Pereira (2008), cabe pontuar que tais iniciativas podem ser remontadas desde o final do século XIX, período em que as Irmandades Religiosas ou Irmandades Negras estiveram em evidência. O papel desempenhado por tais grupos tem sido amplamente investigado por diversos pesquisadores ao longo dos últimos anos, destacando-se em tais análises o caráter de resistência diante de uma sociedade colonial, fortemente marcada pela divisão entre as classes. De acordo com Almeida (2011):

No geral, essas irmandades funcionavam como associações mutualistas de assistência e ajuda material. Algumas delas controlavam setores de hospitais e prestavam assistência a escravos mutilados ou inválidos. Elas existiram, praticamente, em todo o Brasil, no meio urbano. [...] nelas praticavam-se algumas funções administrativas que acabavam preparando os indivíduos para exercerem ações comunitárias. Tornava-se assim um espaço de sociabilidade, de acúmulo de práticas de resistência, num regime extremamente hostil aos negros (ALMEIDA, 2011, p. 119-120).

No início do século XX algumas dessas Irmandades modificaram seus papéis, reconfigurando e adaptando suas ações de acordo com a nova configuração social. Se em um primeiro momento a compra da liberdade dos negros escravizados era o alvo de tais organizações, com o advento do trabalho livre, as questões de qualificação profissional e de ascensão social passam também a ser alvo destes grupos. Almeida (2011, p. 119-120) sinaliza a importância dessas Irmandades, que constituíram “outras redes de solidariedade”, criando “as bases para novas formas de organização política dos negros e negras no século XX”.

Além da educação, são também comuns os negros que, formados no início do século XX, voltam-se a questões culturais e de lazer. Em Porto Alegre são expressões desta fase a Sociedade Floresta Aurora e o Satélite Prontidão. Segundo Jesus (2005, p. 47):

Independente das irmandades religiosas que foram importantes organizações negras criadas no período colonial no Brasil, os clubes sociais negros, que emergem no período de 1900 a 1920, trazem consigo novas formas organizacionais. Essas novas organizações passam a ter preocupações diversas, que variavam dependendo das aspirações sociais dos grupos envolvidos. Muitas dessas agremiações eram informais e tinham a finalidade de promover festas, encontros e danças. Desse modo, os clubes nascem em muitas ocasiões relacionados à chamada folia de carnaval, originando inúmeros blocos de carnaval. Os clubes negros Floresta Aurora e Satélite Prontidão, assim como outros clubes negros que hoje não estão mais em atividade, têm em suas trajetórias a comemoração do carnaval. A música e a dança eram atividades de lazer muito valorizadas pelos negros que frequentavam os clubes, assim como as que envolviam esportes. As preocupações com serviços prestados à comunidade também faziam parte das atividades dos clubes (JESUS, 2005, p. 47).

Percebe-se que a preocupação com o trabalho social esteve presente desde as primeiras iniciativas organizativas negras, especialmente através da prestação de serviços à comunidade ou da preparação de seus integrantes para exercerem ações comunitárias.

A ditadura de Vargas impactou esse processo organizativo, bem como a ditadura militar dos anos 1960. Assim como aconteceu com outros grupos organizados, alguns movimentos mantiveram suas atividades na clandestinidade, enquanto outros foram duramente perseguidos e silenciados por tais regimes. É possível retomar essa trajetória dos Movimentos Negros somente após o período da redemocratização. Especialmente a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a maioria destes grupos já adotam as formas de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Organizações da Sociedade Civil (OSCIPs).

Em Porto Alegre são exemplos deste período as Organizações que foram representadas pelas colaboradoras desta pesquisa: Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras e Sempre Mulher - Instituto de Pesquisa e Intervenção Sobre Relações Raciais. Ambas nasceram imbuídas com as ideias de valorização da vida e da história das mulheres negras, mesmo que tenham sido fundadas em tempos históricos diferentes.

De acordo com informações contidas no site de Maria Mulher, a organização teve início com um grupo de 30 mulheres, no ano de 1987. Tinham como objetivo contribuir para a melhoria da vida de mulheres, em especial das mulheres negras, em conexão com as lutas e causas de organizações de mulheres negras do país. Sediada na zona Sul da cidade de Porto Alegre, no bairro Cruzeiro, atualmente denomina-se como “um centro de vivências, projetos,

legados e inserções de mulheres negras nos espaços sociais do RS e do Brasil”⁷⁰. Sobre os primeiros anos de atuação da organização, Maria Noelci Homero relata que: “A nossa intenção sempre foi com as mulheres e as meninas, e também em função da violência com os meninos. E dentro dos grupos de jovens, que foi muito mais rápido esse entendimento. Foi extremamente gratificante em função de que passaram a perceber, passaram não só a perceber, mas conseguir reagir às agressões, identificar essas agressões como racismo” (HOMERO, 2021).

Aqui destaca-se a perspectiva de resistência que a atuação da organização despertou nas participantes, através de uma postura reativa e de contestação sobre a situação/condição em que se encontravam, nas situações de racismo. Somando-se a isso, o trabalho com a auto estima foi visto como primordial, buscando seu resgate através da valorização da beleza e estética negras. Além disso, destaca-se a valorização do ambiente escolar enquanto potencializador de oportunidades de acesso a direitos e desenvolvimento integral, como aparece no trecho abaixo:

E o mais gratificante foi a descoberta de como se gostar, de se descobrir, porque quando nós começamos a discutir a questão do racismo elas não vinculavam muito à estética, não queriam se olhar em espelho, porque eram feias, a cor horrorosa. Tinha: “Eu sou discriminada, ninguém gosta de mim na minha família porque eu sou a mais preta”. E aí uma das coisas que nós trouxemos, assim de experiência, de vivência, é a importância também da permanência na escola. E tinha uma, que ela sofria muito, porque como ela dizia, era a mais preta da família e aí (...) um dia ela entrou assim completamente espalhafatosa, gritando: “Eu sou a mais preta da família e eu sou a que mais estudei!” (HOMERO, 2021).

Perceber-se e perceber o ambiente ao seu redor, saber quem é, saber das diferenças e dos motivos para ser diferente dos demais – especificidades que devem ser vistas como positivas – foram movimentos estimulados pelas ações da Organização. Aqui a perspectiva do trabalho aproxima-se à ideia de educação para as relações étnico-raciais, em um processo no qual a pertença e a identificação racial produzem significado fundamental para a afirmação da pessoa negra enquanto cidadã, já que incentivam o auto-orgulho, valorização e promoção.

Nesse sentido, destaca-se a promulgação, em 2003, da Lei 10.639, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em todos os níveis de ensino. Essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, estabelecendo a educação das relações étnico-raciais como um núcleo dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus. De acordo com Silva (2007), a Lei 10.639:

⁷⁰ Informações disponíveis em: <https://mariamulher.org.br/index.php/2021/06/28/o-comeco-de-tudo/>. Acesso realizado em 03.11.2021.

colocou, no cerne dos posicionamentos, recomendações, ordenamentos, a educação das relações étnico-raciais. Desta forma, configurou política curricular que toca o âmago do convívio, trocas e confrontos em que têm se educado os brasileiros de diferentes origens étnico-raciais, particularmente descendentes de africanos e de europeus, com nítidas desvantagens para os primeiros (SILVA, 2007, p. 490).

Cabe destacar que neste estudo entende-se “educação para as relações étnico-raciais” como a reeducação das relações entre negros e brancos no Brasil, nos termos do Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004a) e da respectiva Resolução CNE/CP1/2004 (BRASIL, 2004b). Esse processo é de responsabilidade coletiva, sendo necessário: “trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 5). Ao aprovar tais diretrizes, o Conselho Nacional de Educação (CNE) destaca que é fundamental interferir no processo de educação das relações entre as pessoas de diferentes grupos étnico-raciais, procurando estimular mudanças na forma como se dirigirem umas às outras e procurando romper com sentimentos de inferioridade e superioridade, por exemplo.

Por isso, de acordo com o CNE, a educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida tendo-se como referências os seguintes princípios (BRASIL, 2004b): consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações. De acordo com Silva (2007):

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos (SILVA, 2007, p. 490).

O fato de as ações promovidas pela organização aplicarem-se a todas as faixas etárias destaca-se, sobretudo, quando se observa que as mulheres adultas ou idosas não tiveram tais vivências/aprendências negras em outras fases de suas vidas, considerando o silenciamento e a negação do racismo, seja nos espaços de educação formal ou informal e até mesmo nas suas famílias.

A outra organização que participou desta pesquisa foi a Sempre Mulher – Instituto de Pesquisa e Intervenção Sobre Relações Raciais, que atua na Zona Norte da cidade de Porto Alegre desde 2002. De acordo com informações do site da Organização⁷¹, ela tem como missão promover a garantia dos direitos humanos e sociais, especialmente da população afrodescendente em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo o seu protagonismo e cidadania. Tem como valores o empoderamento das mulheres e a valorização da cultura afrodescendente, dentre outros.

No período de seu surgimento, evidenciou-se a intenção de profissionais que atuavam em outros espaços e que desejavam “colocar em prática um trabalho diferenciado no que se refere à compreensão das determinações das desigualdades sociais” (SEMPRE MULHER, 2021) Através desse desejo, abriu-se uma possibilidade de ver o racismo, por exemplo, enquanto um destes determinantes, sendo alvo de reflexão e ação profissionais, conforme demonstra a fala de Vera Lúcia Cintra:

Lá na instituição a primeira forma de grupo que a gente conseguiu foi levar uma proposta de oficina de embelezamento afro, que ali era o espaço de conversa, de uma série de coisas... de uma forma não tão formal assim ... tipo: “Ah! Vamos fazer uma reunião pra falar sobre isso...”, não. Então a gente falava dessas coisas na prática assim, que eu acho que surte mais efeito e tudo mais. inicia com a estética (CINTRA, 2021).

Nesse trecho evidencia-se o uso que a Organização faz de ferramentas como oficinas de embelezamento, por exemplo, enquanto espaços informais de diálogo e reflexão entre as usuárias, buscando através disso criar espaços para abordar assuntos sensíveis através de práticas nas quais se estimulam o autorrespeito e a autovalorização. Outro ponto destacado foi o papel e figura das profissionais que atuam na organização, conforme apresenta o trecho abaixo:

E outra coisa que a gente começa a perceber também é que tem que quebrar aquele paradigma da assistente social, da psicóloga, que é aquela moça que tá por cima, a loira de saltão assim né... E que é possível que uma assistente social consiga minimamente se enxergar naquela pessoa e pensar: “Bah!, mas eu também posso estar ali, eu posso também fazer essa caminhada algum dia”. Então esta é uma coisa que a gente tem até hoje, então sempre a maioria de atendimentos para as pessoas sempre são funcionários, pessoas, colaboradoras negras (CINTRA, 2021).

⁷¹ Informações disponíveis em: <https://sempremulher.org.br/>. Acesso realizado em 3 nov. 2021.

Nesses trechos elencados, que apresentam as contribuições das Protagonistas ligadas às Organizações de Mulheres Negras, é possível identificar que ambas têm em comum o fato de terem iniciado seus trabalhos buscando oferecer espaços diferenciados de escuta e atuação junto a comunidades vulneráveis, o que se materializou nas primeiras iniciativas.

Assim, a relação dessas organizações com outras instâncias da Sociedade Civil Organizada, como é o caso dos Conselhos Tutelares, demonstra um caminho através do qual essas organizações encontraram passagens ou acessos para chegar ao público alvo de suas ações: crianças, jovens, mulheres e, mesmo que de uma forma indireta, homens, negros e brancos, pois a participação de mulheres brancas nunca foi proibida em tais espaços. Esses grupos compõem, portanto, junto com outras iniciativas, as “redes afrodiaspóricas”, tal como conceituado neste trabalho.

5.3 Refletindo sobre Estruturas Sociais, Estruturas Discursivas, Modelos Mentais e Ponte Cognitiva

Para analisar o discurso captado com os colaboradores/a de pesquisa, a ênfase será buscar elementos que remetam ao discurso público sobre o racismo, tais como os expressos na etapa da análise documental. Dijk (2015) apresenta a ACD como uma possibilidade de ler/interpretar os diferentes discursos (escritos e falados), de modo a identificar como o abuso de poder pode se manifestar através deles. Para isso, define um tripé teórico/analítico, através do qual estabelece a relação discurso-cognição-sociedade.

Partindo dessa compreensão, para analisar um determinado discurso, deve-se analisá-lo não só sob a perspectiva linguística (ED), mas também deve-se analisar as relações que essas estruturas discursivas estabelecem com as estruturas sociais (ES), tais como corporações, posições de poder, movimentos sociais, etc. Isso se dá relacionando “propriedades típicas do micro nível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos do macro nível da sociedade, como grupos, organizações ou outras coletividades e suas relações de dominação” (2015, p. 9-10).

Por sua vez, a ponte cognitiva (PC) é, para Dijk (2015), não determinista, possibilitando que sujeitos diferentes, mesmo que inseridos em ED semelhantes, se manifestem de maneiras diferentes.

Note, no entanto, que esse tipo de relação entre estruturas discursivas e estruturas sociais não é uma simples relação causal ou de correlação. Antes, temos que considerar um processo sociocognitivo bastante complexo, envolvendo, por exemplo, os modelos mentais ou outras

representações cognitivas dos participantes. Também temos que explicar como esses são influenciados pelas estruturas discursivas, por um lado, e influenciam a interação (e, portanto, os discursos futuros), pelo outro (DIJK, 2015, p. 14)

Isso dá espaço para que cada sujeito tenha uma determinada representação mental subjetiva (CS ou PC) diferente das ES. E essas representações ou esquemas mentais são responsáveis pela relativa liberdade que os sujeitos possuem ao fazerem as escolhas que compõem a ED na produção de seus discursos.

Assim, a ACD preocupa-se com a relação entre as estruturas sociais, as estruturas discursivas e o contexto sociocognitivo ou ponte cognitiva. Mas no que consiste cada um desses elementos? A partir dos apontamentos do autor, pode-se entender que as Estruturas Sociais, no caso aqui analisado, são representadas pela PNAS, SUAS, FASC, pelos movimentos sociais de combate ao racismo, dentre as quais situam-se as Organizações de Mulheres Negras, etc; já as Estruturas Discursivas são representadas pelas palavras/escolhas textuais e linguísticas dos autores do discurso: colaboradores da pesquisa; e o Contexto Social ou Ponte Cognitiva podem ser compreendidas pelas representações ou esquemas mentais dos autores do discurso.

Assim, pensando nas estruturas discursivas dos colaboradores da pesquisa e buscando identificar se eles percebem a reprodução do racismo dentro dos espaços do SUAS, 61,9% (26 pessoas) responderam que “Sim, percebem”; enquanto 21,4% (9 pessoas) responderam que “Percebem parcialmente”; e 16,7% (7 pessoas) responderam que “Não percebem”. Esses números revelam que é maior a proporção daqueles/as que percebem a reprodução do racismo nos espaços da PNAS, em comparação àqueles que não percebem tal reprodução.

Essa percepção pode ser compreendida como reflexo da ES contemporânea à realização do estudo, visto que os questionários foram aplicados no período de 22 de junho de 2020 a 3 de setembro de 2020, um período fortemente marcado por acontecimentos em nível mundial e nacional que foram veiculados pela mídia e identificados por diversos segmentos sociais (de forma individual ou organizada), tais como as organizações negras e de combate ao racismo, dentre outras, como atos racistas ou no quais o racismo foi o fator predominante⁷².

Essas estruturas discursivas estão inseridas, portanto, em um contexto social extremamente delicado no que se refere à questão racial, visto que, além das desigualdades raciais escancaradas pela pandemia de COVID 19 mundo afora, os recentes casos de violência policial movidos pelo racismo mobilizaram a população mundial, conforme comenta o editorial da Revista Em Pauta, número 46:

⁷² Aqui são referidos os casos dos assassinatos de Jorge Floyd e Miguel, especificamente.

Em meio à pandemia, no dia 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos, o assassinato de George Floyd por um policial [...] mostrou que o “novo normal” não se resume à velha indiferença. Através da tecnologia, as imagens do homicídio, “viralizaram” e contagiaram as pessoas ao redor do mundo para sair às ruas contra o racismo e o fascismo, afirmando que “VIDAS NEGRAS IMPORTAM”. No Brasil, poucos dias antes, o adolescente João Pedro Mattos Pinto, foi morto, dentro de casa, durante uma operação conjunta das polícias federal e civil, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Sendo igualmente desconsiderado em sua humanidade, o menino Miguel, de apenas 5 anos, morreu após a queda de um edifício de 30 andares, num prédio de luxo em município próximo da cidade de Recife-PE, no qual sua mãe prestava serviço como empregada doméstica. Sua morte, após ser deixado sozinho no elevador, pela patroa de sua mãe, é consequência do racismo e do sexismo nas relações de trabalho, e revela, na atualidade, uma realidade de violência e desproteção das mulheres negras, que experimentam, ainda no século XXI, relações coloniais. Para enfrentar a violência do Estado, os movimentos negros foram às ruas em manifestações antirracistas e antifascistas exigindo: “PAREM DE NOS MATAR!” (ALMEIDA e PROCÓPIO, 2020, p. 08-09).

Esses fatos trouxeram comoção social para o centro das estruturas sociais. Assim, entende-se que as estruturas sociais influenciam os usuários da língua na produção de discursos, materializando-as através das estruturas discursivas.

Observando essa inter-relação que há entre os modelos mentais, os quais norteiam as ações e os discursos e que, ao mesmo tempo, são reformulados por estes e pelas interações sociais, chegamos à tríade discurso-cognição-sociedade. As estruturas sociais não influenciam diretamente o discurso, na verdade, essas instâncias são perpassadas pelos modelos mentais, que são ao mesmo tempo subjetivos e compartilhados (DIJK, 2012a). [...] Considerando que os modelos mentais são representações dinâmicas, que se modificam a cada experiência nova (DIJK, 2012b, p. 105), entendemos que os discursos que circulam na mídia podem influenciar os modelos mentais e, assim, as práticas sociais – tanto no nível da ação como no nível do discurso – pela forma como ela representa os grupos sociais dominados (EGÍDIO, 2016, p. 53).

Assim, chega-se à seguinte compreensão sobre esse processo, representada na Imagem

2:

FIGURA 2 – SÍNTESE DISCURSO-COGNICAÇÃO-SOCIEDADE



Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir de Dijk (2012).

Tendo em vista que os modelos mentais são subjetivos e compartilhados, percebe-se que é na relação entre as estruturas sociais e as estruturas discursivas que está a ponte cognitiva, de onde pode-se apreender o contexto enquanto um “lugar compartilhado de pensamentos e ideias”. Segundo Dijk (2013):

Tais contextos são limitadores das propriedades do texto e da conversação, ou seja, o que dizemos e como dizemos depende de com quem estamos falando, quando, onde e do nosso propósito. A teoria do contexto reconhece que uma análise das propriedades sociais e cognitivas dos eventos comunicativos é relevante, mas define os contextos (locais) em termos cognitivos, como uma forma de modelo mental (DIJK, 2013, p. 367).

Quando foram relatadas de que forma percebem essa reprodução do racismo dentro dos espaços da PNAS, os/as colaboradores/as da pesquisa responderam da seguinte forma⁷³:

1) racismo institucional: poucos trabalhadores negros técnicos ou gestores, encontrando-se mais trabalhadores negros em cargos de menor remuneração como educadores ou cozinheiras, portaria, etc.; 2) pouca qualificação das equipes, que não distinguem as diferentes formas de racismo, inclusive tendo na sua rotina atos ou discursos racistas; 3) pela falta de orientação dos gestores as equipes tampouco conseguem trabalhar com os usuários, exceto nas datas do calendário como no mês de novembro, quando o fazem (TAS 1, 2020). Na forma de tratamento com usuários, nas discussões de casos, no julgamento de ações a serem adotadas (TAS 2, 2020). Baixo percentual de trabalhadores/as negros/as, especialmente em função técnica e gestão; racismo enraizado na cultura que aparece nas relações entre usuários, trabalhadores e destes entre si; familismo e individualização das situações problema... não contextualizar (TAS 3, 2020).

⁷³ Essa questão foi aberta e opcional.

Através destas respostas observa-se que os colaboradores da pesquisa destacam em suas estruturas discursivas a percepção do racismo no ambiente de trabalho cotidiano, seja no tratamento interpessoal ou em âmbitos mais amplos, tais como o institucional ou o profissional. É como se o racismo identificado pelos participantes tivesse desdobramentos, tanto na forma como as instituições tratam a questão, como na forma como se dão as relações nos ambientes de trabalho e na forma com que os profissionais estão (ou não) dispostos e aptos a realizar intervenções neste sentido.

Indo ao encontro destes aspectos, uma das protagonistas profissionais negras que atuam na PNAS relata:

e a forma como os profissionais se colocam em relação à população negra? Eu disse esses dias [...] assim: se as pessoas se percebiam, sua postura e pensamento quando atendem uma pessoa negra e uma pessoa não negra? Se elas percebiam quando um homem negro entra no serviço, qual era a postura e qual era a sua disponibilidade de resolução ou de encaminhamento da situação, ou seja: esta própria escuta é especializada? Ela não é tão especializada, então a gente tem que se dar conta que existem muito mais do que só ferramentas né? A gente precisa discutir como isso incide em cada um de nós e a forma com que cada um vai lidar com esta situação e colocar em prática, porque precisa, eu afirmo isto sempre: é base estruturante na política de assistência falar sobre questões raciais! (PN SUA PRIMA, 2021).

Aqui se destaca a necessidade de que as ferramentas de trabalho dos profissionais sejam melhor exploradas, buscando encontrar parâmetros para atuação junto à população negra. Envolvida nesta questão está também a subjetividade do profissional, que é colocada à prova, pois atender a população negra considerando suas diferenças e especificidades constitui-se, nesse sentido, em um desafio. O trecho abaixo, extraído da entrevista de uma das Protagonistas, também retrata tal situação:

o mais difícil é tu discutir sobre o racismo né? Porque ele incomoda as pessoas, tira as pessoas da zona de conforto, dá uma coceira na bunda, quando tá sentado, que a pessoa que levantar, sabe? E dizer eu não quero ouvir isso né? Então quando tu fala em racismo eu acho que tu abre portas pra várias intervenções, mas essa discussão, ela tem que entrar... (PN SUA FILHA, 2021).

Evidencia-se nestes relatos, portanto, a presença do racismo institucional. Segundo Eurico (2013, p. 291), “a forma como as instituições públicas estão estruturadas pode reforçar o racismo contra amplas parcelas da população, em virtude de sua origem étnico-racial”. Isso responde pela pouca presença de trabalhadores negros nos equipamentos, pelas discussões pontuais sobre a situação social da população negra, que só ocorrem em novembro, dentre

outros aspectos. Mas esse racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas: a político-programática e a das relações interpessoais:

Quanto à dimensão político-programática podemos dizer que ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. A dimensão das relações interpessoais abrange as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário, e entre usuário e trabalhador, sempre pautadas em atitudes discriminatórias. (EURICO, 2013, p. 291)

As barreiras relacionadas à dimensão político programática funcionam, assim como propõe Dijk (2015), como estratégias de negação do racismo. Em suas palavras, “Vemos que a negação do racismo é não só uma parte da estratégia de gerenciamento de imagem pessoal, institucional ou social e da autodefesa ideológica, mas também uma forma de gerenciamento sociopolítico” (2015, p. 168-169). De acordo com o autor:

Também grupos, instituições ou entidades como um todo, nos meso e macroníveis de organização social, podem se envolver com essa estratégia de negação. Nesse caso, as negações assumem a forma de uma opinião compartilhada, como um consenso sobre a situação étnica. Por exemplo, já que a discriminação e o racismo estão legal e moralmente proibidos, a maioria dos países ocidentais partilha a crença oficial de que conseqüentemente essas atitudes não existem mais como característica estrutural da sociedade ou do Estado. E se ainda existirem, a discriminação e o preconceito são tratados como incidentes ou desvios, algo que deveria ser atribuído a indivíduos e punido no nível individual. Em outras palavras, o racismo institucional ou sistêmico é negado (DIJK, 2015, p. 166).

Enraizadas nestas formas de gerenciamento das discussões/situações de racismo estão outras formas adicionais. As relações em níveis interpessoal e profissional estão inseridas nesta forma de gerenciamento sociopolítico, envolvendo, portanto, as dimensões éticas e políticas das pessoas em geral e dos profissionais que atuam em tais locais, de forma particular. Esse aspecto aparece também no trecho abaixo, quando uma das colaboradoras expõe de que forma percebe a reprodução do racismo na PNAS: “Cotidianamente nas relações de trabalho, nas escolhas dos cargos de coordenação, são raros aqueles que são negros independente da escolarização. No modo como as pessoas negras são acolhidas, escutadas e encorajadas ao planejamento da vida de sua família. O potencial para este planejamento não é considerado” (TAS 4, 2020).

Aqui a colaboradora da pesquisa chama atenção para a forma como se dá o acolhimento às pessoas negras nestes serviços, e, para além disso, para a forma como elas são encorajadas

para o planejamento de suas vidas. Ou seja, é como se o potencial de cuidado, proteção, superação das dificuldades dessas pessoas não fosse explorado ou estimulado pelos profissionais da mesma forma como se dá com pessoas não negras. Uma das protagonistas profissionais que atuam na PNAS apresenta um outro elemento interessante neste sentido:

então eu observo isso assim, que nós temos hoje uma amplitude muito grande é de demanda e de demandas pretas. E essa política, ela foi desenhada pra nós né? E aí [...] quem acessa em maior número nas vilas e comunidades é o nosso povo né? Que acessa, mas que não recebe esse devido acolhimento, muitas vezes porque a equipe não tá preparada né e aí tem que dizer assim: - “Ah, mas não nos prepararam pra atender a população negra”. Mas a população negra foi preparada pra ser jogada à margem e dizer te vira? Não né? (PN SUA FILHA, 2021).

Aqui inevitavelmente deve-se refletir sobre os espaços de formação profissional, sobretudo considerando a necessidade de descolonização dos currículos, para que seja possível aos estudantes e profissionais ver o sujeito negro em outros papéis e lugares sociais.

5.4 Modelos mentais, contextuais e pontes cognitivas: Ideologias e discursos de resistência

Para entender como acontecem os processos ou modelos mentais, e, conseqüentemente, a elaboração das pontes cognitivas ou do contexto social, de acordo com Dijk (2005), é necessário considerar dois elementos: 1) no processo de compreensão textual, o significado de um texto é construído na memória coletiva, compartilhada pela ideologia, como uma representação do texto, e 2) cada pessoa tem uma representação única e pessoal dos acontecimentos referidos. Segundo Dijk (2015): “Nota-se, porém, que essa ‘mediação mental’ do poder também deixa espaço para graus variáveis de liberdade e resistência daqueles que estão subjugados pelo exercício do poder” (DIJK, 2015, p. 42).

No entanto, com a análise detalhada das cognições sociais, é possível relacionar as microestruturas da comunicação com as macroestruturas sociais dos grupos e instituições, ou seja: cabe pensar de que forma a presença ou ausência das palavras/expressões chave que retratam a discussão sobre o racismo na PNAS (microestruturas) refletem e reproduzem as posições e as macroestruturas sociais dos grupos e instituições (tais como as divulgadas através dos documentos analisados): “Os modelos contextuais [...] constituem a interface entre a informação mental sobre um acontecimento e os significados concretos que estão a ser construídos num discurso” (DIJK, 2005, p. 50).

Essa relação entre os modelos contextuais e as informações mentais daqueles/as que utilizam a linguagem, segundo o autor (DIJK, 2005, p. 71): “constituem, por assim dizer, a interface entre texto e contexto”.

É precisamente através de uma explicação detalhada das cognições sociais que somos capazes de relacionar discurso e falantes com estrutura social e cultura, quer dizer, através das representações que os utentes da linguagem fazem das estruturas sociais. Estas cognições sociais permitem-nos relacionar micro-estruturas da ação discursiva e comunicação com macro-estruturas sociais de grupos (DIJK, 2005, p. 71).

A análise documental na PNAS evidenciou o silenciamento sobre o racismo, que pode ser identificado como uma das formas de negação do racismo (DIJK, 2015). Assim, com relação ao ponto 1 (o significado de um texto é construído na memória, como uma representação do texto), é possível identificar duas vertentes.

A primeira é demonstrada na análise documental, explicitando que os autores deste discurso compartilham uma mesma memória coletiva sobre o racismo na sociedade brasileira: aquele que leva ao silenciamento. Isso aparece na ausência da referência direta/explicita ao termo “racismo” nos documentos analisados, por exemplo, o que também é identificado por Dijk (2015) como mitigação.

A outra vertente é aquela revelada pela análise realizada nas contribuições dos colaboradores da pesquisa (trabalhadores do SUAS), com relação ao mesmo ponto (o significado de um texto é construído na memória, como uma representação do texto). Essa análise revela que, no discurso destes trabalhadores, há uma outra perspectiva em ascensão, quando percebem, em sua maioria, a reprodução do racismo dentro dos espaços do SUAS.

Assim, este é um exemplo de como as estruturas sociais podem influenciar as estruturas discursivas dos autores do discurso. Como se tratam de tempos históricos diferentes – e, portanto, contextos sociais distintos com relação à visibilidade do tema racismo na sociedade brasileira e mundial –pode-se inferir que foi exatamente essa mudança na questão da visibilidade do tema que levou a percepções distintas.

Seria possível pensar que esse modelo está em transformação, exatamente pela visibilidade atingida pelo tema racismo? Segundo Dijk (2015, p. 54): “ideologias podem ser (lentamente) mudadas e adaptadas a novas situações sociais e políticas”. Para o autor:

Baseados, pois, em atitudes sociais compartilhadas, os modelos mentais ostentam opiniões pessoalmente variáveis sobre eventos específicos. Esses modelos mentais de experiências pessoais são também a fonte das possíveis mudanças de ideologias, por exemplo, tal como outras circunstâncias podem levar a outras experiências pessoais

compartilhadas por um número crescente de membros do grupo (DIJK, 2015, p. 56).

Então, mesmo que cada pessoa do grupo tenha uma representação única dos acontecimentos sobre o racismo, eles compartilham um modelo, que integra as estruturas de opinião geral, socialmente partilhadas. De acordo com Dijk (2005, p. 146): “Porque são construções mentais subjetivas, os modelos explicam ainda o que pode estar na origem das representações tendenciosas, erradas, fictícias ou despropositadas, que as pessoas têm da realidade e ilustram também, por exemplo, as representações racistas de acontecimentos étnicos”.

A partir disso, percebe-se a importância dos modelos nas interpretações que as pessoas fazem sobre determinados temas. Para além disso, sublinha-se a relevância que eles têm sobre as atitudes dos diferentes grupos perante um determinado assunto ou questão, já que eles, além de dominar a fala, também guiam estratégias de ação, em um contexto no qual se destaca o conceito de discurso enquanto prática social. Assim, evidencia-se o papel das cognições sociais na propagação das ideologias, que são partilhadas pelos membros dos grupos sociais. De acordo com Dijk (2015):

As ideologias são modelos conceituais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo da autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender aos interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimento) do grupo, orientando, assim, indiretamente, as práticas sociais relativas àquele e, conseqüentemente, também as produções escritas e orais de seus membros (DIJK, 2015, p. 141).

Observa-se que as seleções a respeito de quais são os valores socioculturais relevantes a serem inseridos nos discursos revelam que os grupos dominantes restringem a presença de questões voltadas aos grupos dominados, no caso do Brasil compostos majoritariamente pela população negra. Ou seja: prevalece no esquema ideológico representativo a proeminência da autodefinição do grupo dominante, branco, que organiza as atitudes de autoproteção deste grupo, orientando suas práticas sociais e as produções escritas e orais de seus membros. Para Dijk (2015, p. 166): “a autoapresentação positiva [...] não se limitam a indivíduos, mas também caracterizam, e talvez ainda mais fortemente, o discurso mais público das instituições e organizações”.

O texto abaixo, que reproduz um trecho da entrevista com uma das Protagonistas, relaciona-se com essa ideia dos modelos mentais ligados a estereótipos:

quando eu me insiro no mercado de trabalho ... a minha primeira atuação como assistente social ela já vem recheada de racismo ... já acontece logo no início uma situação de racismo comigo, onde o administrativo do equipamento me confunde com uma usuária... confunde não né, me rotula como uma usuária - o que não teria problema nenhum, já que a vida toda fui - mas, naquele momento eu estava inserida naquele espaço pra trabalhar, pra atuar como assistente social e ele ao me ver, num primeiro momento, já diz: -“Ah bom, o atendimento pro Bolsa Família inicia a partir das oito e meia”. E eu tava lá antes, às oito horas, e aí foi onde eu tive a chance de me apresentar, tive que me apresentar como uma profissional que estaria atuando naquele espaço, então a partir dali eu já começo essa reflexão de que formas estão sendo trabalhadas essas questões dentro daquele serviço... (PN SUA VIZINHA).

Aqui cabe uma reflexão sobre as atitudes, que estão articuladas com as ideologias de uma forma muito próxima, visto que são organizadas e socialmente partilhadas por elas, conforme expressa Dijk (2015):

A fim de servirem como orientações para as práticas cotidianas dos membros de um grupo, supõe-se que as ideologias fundem e organizem representações mais específicas e socialmente compartilhadas, tradicionalmente conhecidas como atitudes. Assim, os membros de um grupo podem cultivar estereótipos, preconceitos ou outras atitudes genéricas em relação à intervenção do governo no mercado, à imigração, ao aborto, aos casamentos entre homossexuais, à pena de morte ou às cotas para minorias, entre muitos outros assuntos (DIJK, 2015, p. 56).

A partir disso, observa-se que os estereótipos podem ser fundados pelas ideologias e pelos modelos mentais compartilhados pelos membros de um grupo. De acordo com Dijk (2015, p. 138), “As ideologias são simultaneamente cognitivas – pois implicam princípios básicos de conhecimento pessoal, apreciação, compreensão e percepção – e sociais – porque são partilhadas por membros de grupos ou instituições e estão relacionadas com os interesses socioeconômicos ou políticos destes grupos”.

Os elementos aqui analisados convergem ao sinalizar que há uma disputa entre a legitimação e o questionamento do mito da democracia racial no discurso sobre o racismo na PNAS. Essa disputa, contudo, não se dá de forma igualitária, especialmente considerando que o racismo se funda em uma distribuição desigual do poder. Desse modo, o que prevalece é a legitimação do mito da democracia racial e isso se dá, em grande parte, pelo papel desempenhado pelas elites na disseminação de algumas características próprias do racismo no Brasil.

Isso foi observado através da forma contínua identificada nos documentos que fizeram parte da amostra desta pesquisa. Sem dúvidas, tais fatores relacionam-se com a persistência e

cristalização de desigualdades históricas, que não assumem o racismo como fundante dos processos de exclusão e discriminação presentes na sociedade brasileira.

Considerando, assim como propõe Dijk (2015), que o racismo é um sistema, formado por dois subsistemas, um social e um cognitivo, vê-se que o subsistema social é construído por práticas sociais de dominação no (micro) nível local, e por relações de abuso de poder por grupos, organizações e instituições dominantes em um (macro) nível de análise. Já no subsistema cognitivo “localizam-se as práticas racistas que possuem uma base mental, tais como as que formam modelos tendenciosos, preconceitos e ideologias racistas” (2015, p. 134). As ideologias racistas se localizam no subsistema cognitivo por que, segundo Dijk (2015):

As ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala. E vice-versa: essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante. Esse é essencialmente o modo como o racismo é ‘aprendido’ na sociedade (DIJK, 2015, p. 135).

No entanto, pontua o autor, uma teoria que queira captar de forma adequada a maneira como o racismo se apresenta na sociedade: “é não redutora no sentido de que não limita o racismo apenas à ideologia ou apenas a formas ‘visíveis’ de práticas discriminatórias. [...] Os discursos não só são formas de práticas interacionais ou sociais, mas também expressam e transmitem sentidos, e podem assim influenciar nossas crenças” (DIJK, 2015, p. 137-38).

Nesse sentido, a ideologia também pode ser o lugar de produção de discursos e atitudes de resistência, como é o caso do antirracismo. Essa dimensão aparece nos textos abaixo, extraídos das entrevistas realizadas com as Protagonistas negras que atuam na PNAS: “no serviço social tem um número de profissionais negros, mas eu não acredito que isto seja uma função delas, de quem é negro [...] mas se a gente não discute isso enquanto equipe, não traz como pauta, dificilmente vai se estabelecer alguma prática antirracista de médio e longo prazo” (PN SUA PRIMA, 2021).

Esse trecho sinaliza a dimensão coletiva que deve assumir o combate ao racismo, já que não pode ser visto enquanto tarefa restrita às pessoas negras. Pelo contrário, quanto mais pessoas engajadas em prol desta questão, mais efetiva tenderá a ser sua ação. A PMN Sua Prima também sinaliza a relevância deste tema aparecer como pauta necessária entre as diferentes equipes de trabalho, e isso pode estender-se às discussões de caso, ações intersetoriais e de rede, por exemplo.

Assim como o racismo possui um caráter coletivo, o antirracismo também deve possuir – as estratégias devem ser pensadas de e para a coletividade. Tais discussões podem contribuir no processo de questionamento dos privilégios, tais como as discussões atuais sobre branquidade. Outras pistas nesse sentido são ressaltadas no trecho abaixo:

uma simples mudança no painel que a gente tinha, de informações... assim: a gente trabalhava temas mensais, então colocar figuras, fotos de pessoas negras, fez com que as colegas da cozinha e da higienização viessem conversar, saber o que tinha acontecido. Então se os próprios profissionais não se veem, as pessoas atendidas também não né? Então este pequeno movimento de colocar figuras representativas da população negra, seja no mural do serviço ou nas informações, são pequenas coisas que vem acontecendo, que também passam pela leitura de uma prática antirracista (PN SUA PRIMA, 2021).

Esse trecho aborda a atitude em prol da mudança, que nesse caso aconteceu através da representatividade, ressaltando a importância de evidenciar as pessoas negras nos espaços da Assistência Social, assim como em outros contextos sociais. Essa representatividade, contudo, deve ser vista sob a perspectiva da agência do sujeito, como propõe Fanon; ou nos termos do negro-vida, como propôs Guerreiro Ramos. Assim, esta evidência/agência, quando explicitada, deve primar pela abordagem sob o viés positivo e de valorização.

De acordo com Dijk, as ideologias são cognitivas e podem ser compostas por ideias, pensamentos, crenças e valores, assumindo, portanto, caráter social, já que os objetos mentais, tais como conhecimentos, opiniões e atitudes, são compartilhadas e/ou contestadas pelos membros de grupos sociais. Na compreensão do autor (2015) não é possível dizer que há ideologias verdadeiras ou falsas, visto que elas representam uma “verdade” de um grupo social, que serve a seus próprios fins.

O trecho abaixo apresenta outro ponto importante destacado por uma das Protagonistas:

quando eu percebi que de muitas, de todas as famílias que acessavam lá, eram duas de, digamos, trezentas famílias, quatrocentas, que acessavam aquele equipamento, eu acho que nem dez por cento são famílias negras. E aí eu comecei a fazer essa discussão: onde é que estão as famílias negras? Não são violentadas? Não chegam aqui por que morrem antes? Cadê as nossas crianças, que não vêm pra esse acolhimento, pra esse atendimento? Cadê as famílias que estão esquecidas, que não tem acesso a isso tudo né? (PN SUA FILHA, 2021).

Esse trecho revela um olhar atento, uma busca, uma procura, que pode assemelhar-se à ideia de “escavação” que foi desenvolvida nesta tese, nos termos de Miranda (2014). Mas aqui, trata-se de escavar pessoas, histórias de vida, pois assim como em diversos outros espaços da vida social, a população negra muitas vezes está ausente dos espaços da Assistência Social por

não se ver nele representado, ou pelas estratégias de morte, também entendidas como formas de necropolítica⁷⁴.

⁷⁴ A esse respeito, ler: MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lança, Marta. Lisboa: Antígona, 2017.

CONCLUSÕES

A Carne
Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo F. N. S.

A carne mais barata do mercado
É a carne negra
[...]
Só cego não vê
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
[...]
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito
Mas muito bem intencionado
E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim ainda guarda o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar
Se liga aí
A carne mais barata do mercado é a carne negra

O texto acima apresenta um trecho da música “A Carne”, cuja versão mais conhecida é a interpretada por Elza Soares, um ícone negro da música brasileira. A canção tem um forte tom de denúncia, sobretudo com relação às ações do Estado para com a população negra, denunciando a desqualificação social em que está submersa. Essa desqualificação é resultado de um processo histórico relacionado com o período dos “descobrimentos”, com o eurocentrismo e com o advento e aprofundamento do capitalismo, em escala mundial.

São visíveis as marcas da colonialidade, enquanto fenômeno que se relaciona com o colonialismo, atualizando-o com roupagens atuais, mas ainda resguardando particularidades. Diante disso, torna-se fundamental a elaboração de estudos e reflexões que adensem cada vez mais a produção de respostas e propostas para as questões da América Latina, a partir de perspectivas teóricas não eurocêntricas e sim “amefricacentradas”.

Nessa direção “amefricacentrada”, esta tese propõe a combinação entre a Decolonialidade, ou Giro Decolonial, e a ACD, ousando indicar caminhos possíveis para a consolidação de um “novo” modelo de produção de conhecimentos, que já se faz presente nas Ciências Sociais e que está em ascensão na área do Serviço Social. A abordagem decolonial se apresenta neste estudo como um caminho e uma atitude, propondo reflexões que partem da realidade da América Latina e dos saberes e fazeres dos povos negros, espalhados pela “América Ladina” (GONZALES, 2020).

Desse modo, pensar em formas de combate ao racismo elaboradas na área da Assistência Social e no Serviço Social, a partir de uma abordagem decolonial, apresenta-se desde o princípio como um projeto que, assim como a decolonialidade, conecta-se com o futuro. Está presente a preocupação com um devir, no qual a constru(a)ção de formas de resistência se manifestam através de práticas antirracistas. Trata-se, acima de tudo, de um compromisso ético político.

Ao escrever as conclusões desta tese, passam pela minha cabeça pensamentos diversos, que me conectam com diferentes e importantes momentos da minha vida, momentos em que estive diante da sensação de terminar alguma coisa, em que convivi com essa sensação de dever cumprido. Quando essa “coisa” finalizada é uma tese, como a que se encerra com essas páginas, a sensação é, ao mesmo tempo, de dever cumprido, de dúvida e, permito-me admitir, de medo: será que apresentei todos os conceitos? Mencionei todas as fontes? Articulei todas as perspectivas teóricas? Essas são questões que acompanham o ser/fazer acadêmico, especialmente em tempos de ensino remoto, aulas on-line e orientações à distância, para mencionar algumas das dificuldades que acompanharam os dois últimos anos de elaboração deste trabalho.

Tais desafios se impuseram enquanto realidade na vida de todos nós, que presenciamos, vivemos e sobrevivemos à pandemia de Covid 19. A dimensão do medo referida acima relaciona-se também com isso e pode ser percebida como uma espécie de sombra: a depender da posição que se toma diante da luz, a sombra pode sumir ou pode se agigantar. Então pode-se entender que o tamanho que o medo assume nesse processo tem a ver com uma escolha, ou com um ponto de vista: que posição tomar diante do momento de conclusão deste estudo?

Da mesma forma, a ideia do medo acompanha a finalização de mais essa etapa de formação acadêmica como quem espreita, pela fresta da porta, aqueles que seguem na caminhada da vida – aqui sou lembrada, novamente, de que essa tese foi produzida em tempos de pandemia de Covid 19, tempos de morte, de extermínio, de genocídio. Quantas vítimas da

pandemia foram também vítimas do racismo? De que maneira, nos espaços da Assistência Social, se renovaram as ações em prol da garantia de direitos?

Ainda sobre o medo, ele relaciona-se também com a dimensão que observa, desde dentro, as implicações que ser mulher negra e possuir um curso em nível de doutorado impõem. Primeiro, possivelmente, o fato de ter um título de doutora não mudará, de forma substancial, a forma como a estrutura racista me alcança, e seguirá limitando por exemplo, o campo das relações sociais, forjadas a partir dos estereótipos constituídos no imaginário social da população. Segundo, mesmo que ocorra o acesso a um posto de trabalho correspondente ao título adquirido, isso não representará, de forma automática, visibilidade e/ou reconhecimento intelectual. Isso porque, uma vez inserida em tais postos de trabalho (sobretudo em empresas privadas), a pessoa negra possivelmente experimentará situações mais contundentes de racismo, em nível institucional ou interpessoal. Por fim, ser protagonista – ou exceção à regra, diante do fato de que a educação avançada não é comum entre a maioria do segmento populacional negro – traz consigo a incômoda lembrança de que existe um grande contingente dessa população, especialmente de mulheres negras, que não terá, em nenhum momento da vida, a possibilidade de sonhar e ver esse sonho realizado, seja ele no âmbito educacional, cultural, ou até mesmo um sonho de viver com dignidade e respeito. E isso assusta, assim como o racismo assusta!

Assistir, viver e conviver no contexto social ocasionado pela pandemia causou incômodos e provocações que se materializam em alguns momentos deste trabalho. Questões que o leitor poderá identificar melhor do que eu, emaranhada que estou em tais pensamentos e ideias, concepções, conceitos e abordagens. O fato é que a condição conclusiva dessas páginas me obriga a apresentar as conclusões a que cheguei após a realização deste trabalho, que reuniu pesquisas empíricas, bibliográficas e documentais sobre o racismo na área do Serviço Social e na PNAS.

Considerando os objetivos desta tese, conclui-se que o objetivo geral de refletir sobre o racismo e as práticas antirracistas na área do Serviço Social e no âmbito da PNAS foi alcançado. Isso foi possível através da interação entre as diferentes fontes de pesquisa: questionário e entrevistas com trabalhadores/as da PNAS e lideranças negras; análise documental e revisão bibliográfica, oferecendo um amplo espectro de reflexão sobre os temas em análise. Pode-se perceber que há diversas práticas antirracistas em andamento nas instituições que implementam a PNAS em Porto Alegre e que tais práticas têm origem e relação com os “espaços” de questionamento ao mito da democracia racial, identificados na análise documental.

Com relação ao objetivo específico de analisar o discurso público sobre o racismo no âmbito da PNAS, é possível sinalizar que esse discurso se constitui, majoritariamente, através da negação e do silenciamento do racismo, podendo estes elementos ser entendidos como formas de gestão da política. Contribuem, dessa forma, para a disseminação do mito da democracia racial, revelando a presença do racismo institucional, vislumbrado enquanto um limitador para a efetivação de espaços de resistência. No entanto, a análise documental também identificou tensionamentos entre a legitimação e o questionamento ao mito da democracia racial, apresentando possíveis “espaços” nos quais é possível a construção de práticas de resistência.

Acerca do segundo objetivo específico – compreender o entendimento dos/as trabalhadores/as da Assistência Social com relação ao racismo e sua reprodução no âmbito da PNAS – foi possível observar que a maioria dos trabalhadores identifica a reprodução do racismo em tais espaços e que seus entendimentos se relacionam com as estruturas sociais e com os contextos produzidos/influenciados pela mídia com relação ao entendimento sobre o racismo. O alto nível de participação de pessoas que se autoidentificaram como negras (contraditoriamente em relação ao percentual de negros no Rio Grande do Sul) demonstrou o interesse na temática, reiterando a constituição de “espaços” de resistência.

Esse aspecto pode ter relação com o fato de a pesquisa ter sido realizada em um período histórico em que atos de assassinatos provocados pelo racismo estavam em evidência na imprensa nacional. Ainda assim, revelam-se possíveis implicações dessa compreensão sobre a reprodução discursiva do racismo no fazer dos diferentes profissionais que atuam na PNAS. Estas/es trabalhadoras/es, conformados pelo racismo institucional, elaboram estratégias de resistência, que se pautam, sobretudo, pela valorização do caráter coletivo das discussões sobre o racismo. Essas práticas foram identificadas pelas colaboradoras de pesquisa em ações como realizar busca ativa/escavação pelos usuários negros do território, buscando incluí-los nos serviços da atenção básica; pautar a discussão sobre os casos de racismo em reuniões de equipe e de rede; representatividade de pessoas negras em espaços públicos do serviço, por exemplo.

Quanto ao terceiro objetivo específico – analisar as iniciativas das mulheres negras no combate ao racismo na área da Assistência Social – considera-se que foi possível captar, através das entrevistas realizadas com as profissionais negras que atuam na PNAS e com as lideranças das Organizações, as formas como essas mulheres constroem e implementam ações antirracistas no âmbito da Assistência Social. Seja inserida como profissional ou como liderança das Organizações, as mulheres negras demonstraram ser autoras de propostas forjadas

no dia a dia do trabalho cotidiano, muitas vezes inovadoras e potentes, estabelecendo e consolidando práticas antirracistas.

O quarto objetivo – analisar a produção teórica do Serviço Social com relação ao racismo e combate ao racismo e decolonialidade – também foi atingido, especialmente através da análise bibliográfica apresentada no capítulo 3. No referido capítulo, discutiu-se a produção teórica da área sobre o racismo enquanto um tipo de discurso público, elaborado no âmbito das “redes afrodiaspóricas”, materializando discursos e práticas antirracistas. A análise sobre os assuntos predominantes nas teses e dissertações identificadas a partir do descritor “racismo” revelou que o maior número de produções se volta à discussão sobre “grupos sociais” e, dentro deste, a maioria dos trabalhos se direcionaram ao assunto “mulher negra”.

Isso demonstrou uma importante tendência na produção de conhecimento sobre o racismo na área do Serviço Social, através do qual pode-se dizer que o processo posto em prática pelas mulheres negras, de colocar-se na história enquanto sujeitas produtoras de conhecimento, têm impactado a produção teórica do Serviço Social. Essas produções sinalizam um deslocamento epistemológico contra hegemônico em curso na produção de conhecimento da área, evidenciando as “escrevivências” das mulheres negras.

Frente a tais questões cabe refletir, mesmo que brevemente e sem buscar esgotar a discussão, sobre quais os desafios históricos, teórico-metodológicos e ético políticos que estão envolvidos neste “novo” caminho apresentado à produção de conhecimento na área do Serviço Social. No campo histórico, aponta-se a necessidade de reconhecer e considerar a história que havia no Brasil e nos demais países colonizados, antes dos processos de “invasão” – rever onde inicia nossa história pode trazer mudanças na constituição e afirmação das identidades forjadas neste território. No campo teórico-metodológico, pressupõe-se a adoção de perspectivas teóricas elaboradas de e para a América Latina, “amefrocêntricas”, buscando a superação do eurocentrismo. E no campo ético político deve-se considerar que o combate ao racismo é um compromisso coletivo, que deve pautar a conduta dos diferentes atores na cena social.

A partir desses elementos, evidencia-se a relevância, para o Serviço Social, de repensar-se a partir de um giro decolonial, incorporando tal perspectiva nos âmbitos da formação e do exercício profissional. No que tange ao exercício profissional, trata-se de elaborar e oferecer visibilidade às diversas ações antirracistas executadas por profissionais através de projetos, programas e serviços. No campo da formação, trata-se de incorporar tal percepção à compreensão do conceito de Questão Social, o que impactará, conseqüentemente, o processo de elaboração e implementação de políticas públicas.

Se o Movimento de Reconceituação foi responsável por questionar a prevalência do positivismo na área, apresentando e adotando a perspectiva marxista no seio da hegemonia profissional, os estudos sobre colonialismo e colonialidade apresentam novos desafios ao Serviço Social, visto que reconhecer as marcas desses processos constitui-se como uma etapa essencial para a valorização das contribuições da população negra ao desenvolvimento do país. Assim, o marxismo vem sendo questionado e atravessado pelos novos desafios apresentados pelos movimentos sociais, que clamam pela ampliação da arena analítica marxista para além da classe social.

Nesse sentido, o feminismo negro ocupa papel importante nas atuais respostas apresentadas aos limites teórico-metodológicos apresentados pelos paradigmas eurocêntricos, estabelecendo parâmetros de atuação social contra o racismo. Ademais, cabe destacar que as percepções dos trabalhadores da PNAS sobre racismo coletadas neste estudo, demonstrou que os discursos pessoais reproduzem os discursos públicos, que giram em torno da tensão entre a negação e a legitimação do mito da democracia racial.

Foi possível observar que as/os participantes da pesquisa têm consciência das relações de poder e de dominação sociopolítica que envolvem a reprodução do racismo, já que, em diversos momentos, apresentaram reflexões e teceram comentários críticos a esse respeito. Assim, evidencia-se que as formas de resistência identificadas pelos colaboradores de pesquisa são as práticas antirracistas, através das quais se estabelece a luta contra essa forma de dominação que é o racismo.

Diante desses elementos, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como o racismo se expressa nos discursos e práticas que circulam nos âmbitos da PNAS e das redes afrodiaspóricas? A partir disso, a tese da tese é que o racismo se expressa de forma articulada nos discursos e nas práticas que circulam nestes âmbitos, sendo que as práticas de trabalhadores da PNAS seguem os discursos apresentados pelos documentos que a regulamentam. Em tais documentos foi possível identificar a presença de tensões entre a legitimação e o questionamento ao mito da democracia racial. Nos “espaços” de questionamento, prevalece a contestação à negação e ao silenciamento do racismo, materializando expressões de resistência. Essas expressões podem ser vistas como células ou fios das “redes afrodiaspóricas”, assim como as percebidas na produção teórica sobre o racismo na área do Serviço Social, em que são elaborados discursos de resistência, expressos através de práticas antirracistas.

As “redes afrodiaspóricas” são entendidas como espaços de resistência, re-existência e afirmação da negritude. Elas se conectam e partem de pressupostos afrocentrados para pensar

e executar ações de intervenção social, acadêmica ou cultural, junto a grupos e comunidades em geral, considerando a agência do sujeito negro em tais propostas e na superação do racismo. Essas redes podem também ser compreendidas como espaços que tensionam a Política de Assistência Social para o desenvolvimento e/ou potencialização de práticas antirracistas.

Então, a depender do tipo de conexão entre esses fios e a Política de Assistência Social, ora eles podem se distender, ora eles podem se encurtar, ora eles podem formar nós. De qualquer dessas formas, as “redes afrodiaspóricas” atuam na PNAS tensionando essas estruturas racistas, potencializando o afrouxamento desses nós através de seus discursos e práticas de resistência.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, María del Pilar Tobar. Crítica insurgente e o discurso do lado de cá: por uma ADC desde e para a América Latina. In: RESENDE, Viviane Melo (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019.

ADICHE, Chimamanda Ngozie. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. In: **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017.

_____. **Mulher negra militante**: Trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da Política de Ações Afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=27717@1>. Acesso em 9 ago. 2021.

_____; ALCÂNTARA, Itamires Lima Santos. A questão étnico racial na agenda das entidades de representação dos(as) Assistentes Sociais: breve panorama atual. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, v. 16 n. 1: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1858/1816>. Acesso em: 9 dez. 2020.

_____; SILVA, Ana Paula Procópio da. Editorial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 8-15, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revistaempauta/article/view/47179/31975>. Acesso em: 9 dez. 2020.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Suely Carneiro; Pólen, 2019.

AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. **Serviço Social e Sociedade**, n. 81, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ANDRADE, Manuel de. Territorialidade, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, p. 213-220, 1994.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n.1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em: 9 ago. 2021.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social.** Vitória: Gestão da ABEPSS 2017-2018 “Quem é de luta resiste”, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira Ciência Política.** (on line), v. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2020.

BARROS, Aidil Jesus da Silva; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica.** 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2. Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis: Ed. UFSC, p. 479-488, 1995.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

_____. Decolonialidade, atlântico negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 119-137, jan. /abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/HBdmnKdkjFRXkWq9m6Ft8kP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 out. 2019.

_____; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 2.ed.

_____. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: GROSGOUEL, Ramón; MALDONADO-TORRES, Nelson. (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BERNARDO, Teresinha. O Candomblé e o poder feminino. **REVER** - Revista de Estudos da Religião, São Paulo, n. 2, ano 5, 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/cre/>. Acesso em: 21 set. 2021.

BIKO, Steve. Escrevo o que eu quero. Tradução do Grupo Solidário São Domingos. São Paulo, Ática, 1990. Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0B_W2MHgG528OaUVmaGtWNHFwcjg&export=download. Acesso em: 26 de abr. de 2016.

BORELLI, Maria Izabel de Azevedo Marques. **Gerações em conflito: a juventude contemporânea entre o passado e o presente.** 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19013>. Acesso em 15 nov. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA, Reginaldo Gil. **Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre**: a música no culto aos orixás. Porto Alegre: FUMPROARTE, Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. Ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei 8742/1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. **Caderno de Orientações** - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF** - Volume 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Atendimento Integral à Família - PAIF. 1 ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social**. Lei n. 12.435/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Sistema Único de Saúde**. Lei n. 8080/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Parecer Conselho Nacional de Educação/CP 3/2004** (BRASIL, 2004a).

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Educação/CP1/2004** (BRASIL, 2004b).

BRASIL. **SUAS Sem Racismo**, Ministério dos Direitos Humanos/Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/Folder_SUAS_.pdf. Acesso realizado em: 20.05.2020.

CARA, Roberto. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. In: **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, pp. 261-269, 1994.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 20 maio. 2022.

_____. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro: São Paulo, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol II. São Paulo; Paz e Terra, 2002, 3.ed.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Mica, 2004.

CLEMENTE, Flávia da Silva. **Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34218/4/TESE%20F1%c3%a1via%20da%20Silva%20Clemente.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo – O Livro**. Brasília, CFESS, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso realizado em 23.04.2020.

COURANT, Ansel Joseph. **Conscientização branca em espaços de Capoeira: Percepções de privilégio entre brancos que convivem com negros**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28602/1/Ansel%20Courant_Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso realizado em: 9 abr. 2020.

CORRÊA, Roberto. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, p. 251-256, 1994.

CORRÊA, Norberto. Prefácio. In: **Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre: a música no culto aos orixás**. Porto Alegre: FUMPROARTE, Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, p. 12-14, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CUTI, Luís Silva. **O leitor e o texto afro-brasileiro**. [s. l.], nov. 2012. Disponível em: <https://vinteculturaesociedade.wordpress.com/2012/11/22/o-leitor-e-otexto-afro-brasileiro/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CRUZ, Ana. **Não Abuse da Palavra**, 2001 Apud ALMEIDA, Magali Almeida. **Mulher negra militante: Trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da Política de Ações Afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=27717@1>. Acesso em 9 ago. 2021.

DATA SOCIAL. **Quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família segundo cor ou raça**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/acoes-afirmativas/trabalho>. Acesso em: 11 abr. 2021.

DIJK, Teun. A. van. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso**. Companhia das Letras: Porto, 2005.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012b.

_____. **Discurso e poder**. Organizado por Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/65164/71595>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia na América Latina: filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 2005.

EGIDIO, Priscila Mion Ferreira. **Racismo, negação e discurso: uma análise crítica de dois eventos ligados a práticas racistas na mídia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9384/1/tese_10082_Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20-%20Priscila%20Mion%20Ferreira%20Egidio.pdf. Acesso em 9 ago. 2021.

ELLEN OLÉRIA. **Testando**. Brasília: Carne Dura Produções: 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mYA43VTpxIA>. Acesso realizado em: 29.04.2019.

ELLEN OLÉRIA. **Antiga Poesia**. Brasília: Carne Dura Produções - Ao Vivo No Garagem: 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u0lxuuyW6f0>. Acesso realizado em 20.11.2019.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.1, p. 51-86, ene./dic. 2003.

_____. Atores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre a ciência revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

EURICO, Márcia. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. In: Serviço Social e Sociedade n. 114. Cortez Editora: Jun/2013.

_____. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 133, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso realizado em: 8 ago. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

_____. De mãe. In: **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAROFA CARIOCA. **A Carne**. Rio de Janeiro: Universal Music: 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cjYsrcoMoAk>. Acesso realizado em: 14.07.2019.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam**: Análise sobre as relações étnico raciais no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. **Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p.68-84 . Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/51982>. Acesso realizado em: 6 abr. 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. Como investigações denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, XXIII n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FERNANDES, Florestan. Significado actual de José Carlos Mariátegui. **Anuario Mariateguiano**, Lima, Amauta, n. 6, pp. 81-87, 1994.

FOGARI, Maria Luísa da Costa. **Transitando entre as Políticas de Assistência Social e Igualdade Racial**: Produção e (re) produção da trama social dos negros. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138913>. Acesso em: 9 fev. 2020.

FONSECA, Manuela Fonseca Pinheiro dos. Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil. In: **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**, v. 2 n. 1, p. 44-51, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/841/828>. Acesso realizado em: 21.08.2019.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. A Produção escrita das mulheres negras. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12: 264, p. 131-141, setembro-dezembro, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300015/9510>. Acesso em: 4 jun.2021.

FÓRUM DE MULHERES NEGRAS DE BELO HORIZONTE. III ENMN – **Encontro Nacional de Mulheres Negras**: Alguns pontos importantes para uma proposta política, organizativa e metodológica. Belo Horizonte, 1998.

FREITAS, Emanuel Jones Xavier; REIS, Mayara Alves. Pesquisa em Serviço Social: para onde caminhamos? **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 196-206, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KhsBC7JYtHp6nDVsxCGvzXG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso realizado em: 9 ago. 2021.

GAMA, Luís Gama. P. **Luiz Gama e suas trovas burlescas**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil: 1954.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GILBERTO GIL e CAETANO VELOSO. **Haiti**. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips: 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o90x2e98IdA>. Acesso realizado em: 23.05.2019.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 4, 1995.

GÓIS, João Bosco Horas. “Apresentação”. In: SILVA FILHO, J. B. **O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Silveira, 2006.

GOMES, Daiane Daine de Oliveira; MADEIRA, Zelma. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 133,

p. 463-479, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FmSRPNQZhrqz9mMVWTJnwqP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2020.

GONÇALVES, Renata. Quando o nó da questão racial é a questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 fev. 2021.

GONZÁLES, Lelia. A categoria político cultural da amefridanidade. In: GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVEIA, Carlos. Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico. In: MATEUS, Maria Helena; CORREIA, Clara Nunes (orgs.). **Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

_____. Uma estrutura de conhecimento das universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2021.

GROSGOUEL, Ramón. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 61-72, jul./dez. 2008.

_____. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas:: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 4 dez. 2021.

GROSSI, Patricia; MOCELIN, Cássia. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 18, p. 226-241, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52058/34473>. Acesso em: 9 dez. 2020.

HOLANDA, Heloisa Buarque. Introdução. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA [et al.]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: **uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua**. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf. Acesso realizado em: 23.09.2019.

JESUS, Annatera Meira Oliveira de. “**De boa menina à Dona de mim**”: Análises para uma produção feminista, antirracista e não binária do Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4410/2/Annaterra%20Meira%20Oliveira%20de%20Jesus.pdf>. Acesso realizado em: 7 jul. 2020.

JESUS, Rita de Cássia Dias; MILANI, Feizi Masrouf. (Orgs.). **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003.

JESUS, Carolina de. **Quarto de Despejo**. Ática & Francisco Alves, 1969. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/e67jbpvtzxv3azi/AAC9VZ1W6aFX2Y48Kgl1YKPfa/1960%20-%20Quarto%20de%20despejo%20-%20Carolina%20Maria%20de%20Jesus..pdf?dl=0>. Acesso em 3 de mai. de 2021.

JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://centroafrobogota.com/attachments/article/10/000651619ClubeSociaisNegrosnoRS-.pdf>. Acesso realizado em: 21.03.2021.

JUNIOR, Joilson Santana Marques. “Questão racial e Serviço Social: uma análise de sua produção teórica no pós-Durban”. Trabalho apresentado no V Congresso de Pesquisadores Negros. **Pensamento Negro e Anti-Racismo**. Diferenciações e Percursos. UCG, UEG e UFG, Goiânia, 2008. CD-rom. 21 p.

KERGOAT, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, n. 86, pp. 93-103, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. “Modernidad, Colonialidad y Postmodernidad”. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, n. 4, out./dez, p. 31-45, 1997.

LEMONS, Rosália de Oliveira. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas**. Tese (Doutorado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de mulheres negras e o Serviço Social**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

LOANGO, Anny Ocoró. Ciência e ancestralidade na Colômbia: Racismo epistêmico sob o disfarce de cientificismo. In: **EM PAUTA**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 162 - 179. Disponível em: <file:///C:/Users/18190722/Downloads/52012-181994-1-PB.pdf>. Acesso realizado em: 23.04.2020.

LUNA, Edilvan Moraes. **Legislação simbólica e o Estatuto da Igualdade Racial: Os limites do Estado no combate ao racismo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1334>. Acesso em: 9 set. 2020.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo e RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Pensamiento crítico desde la sub-alteridad: los estudios étnicos como ciencias descoloniales o hacia la transformación de las humanidades y las ciencias sociales en el siglo veintiuno. In: SAAVEDRA, José Luis (Ed.). **Educación superior, interculturalidad y descolonización. La Paz: Programa de Investigación Estratégica en Bolivia; Comité Ejecutivo de la Universidad Boliviana**, p. 145-174, 2007.

_____. La descolonización y el giro des-colonial. In: **Tabula Rasa** n. 9, p. 61-72, Bogotá: 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200005. Acesso realizado em 26.08.2021.

_____. El pensamiento filosófico del “giro descolonizador”. In: DUSSEL, Enrique; MENDIETA, Eduardo; BOHÓRQUEZ, Carmen (Eds.). **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe, y “latino” (1300-2000): historia, corrientes y filósofos**, p. 683-697. México, Siglo Veintiuno, 2011.

_____. Análítica da colonialidade e da decolonialidade dois-pontos algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUOGUEL, Ramon; MADONADO-TORRES, Nelson (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 27-54, 2019. 2 ed.

MALUF, Sonia Weidner. Editorial. **Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 435-440, Florianópolis, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/2728>. Acesso em: 14 nov. 2020.

MARIATEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINHO DA VILA. **Kizomba** – A Festa da Raça. Rio de Janeiro: Universal Music: 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pYFemPjfcF8>. Acesso realizado em: 23.05.2020.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Oposição entre as Lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise?. **SER Social**, [S. l.], v. 19, n. 41, p. 275–295, 2018. DOI: 10.26512/ser_social.v19i41.14686. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14686. Acesso em: 21 maio. 2022.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: HOLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. **Desobediência epistêmica: A opção decolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

_____. **Desobediencia epistémica**. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

_____. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1 a 18, jun. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MIRANDA, Cláudia. Intelectuais afrobrasileiras e suas contribuições para uma crítica pós-colonial feminista. In: CONGRESO DE ESTUDIOS POSCOLONIALES, 2; JORNADA DE FEMINISMO POSCOLONIAL, 2. **Anais**. Buenos Aires. 2014. Buenos Aires: Instituto de Altos Estudios Sociales, v. 1, p. 1-20, 2014. Disponível em: [http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/INTELECTUAIS%20AFROBRASILEIRAS%20\(ENVIADO\).pdf](http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/INTELECTUAIS%20AFROBRASILEIRAS%20(ENVIADO).pdf). Acesso realizado em: 2 mar.2020.

_____. Clandestinización y re-existencia diaspórica: horizontes expedicionarios e insurgencia en afroamérica. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre; BIDASECA, Karina. **Más allá del decenio de los pueblos afrodescendientes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 173-184, 2017. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20171006013311/Mas_alla_del_decenio.pdf. Acesso em: 5 abr. 2020.

_____. As epistemologias das redes de mulheres negras e dos movimentos pedagógicos na contramão: por outras cimarronajes nos territórios da diáspora afrolatina. **Geopauta**, v. 4, p. 99-115, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574364489009/html/>. Acesso em: 9 ago. 2021.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e luta antirracista**: Contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Coleção Nossa terra: Oficina de livros, 1990.

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), UFF, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2003.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB, Niterói, n. 5, 2004.

NASCIMENTO, Elisa. **O Sortilégio da Cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Negro e racismo. In: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, p. 98-102, 1974.

_____. **Diáspora Africana**. [s.l.]: Editora filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. Abdias Nascimento, um espírito libertador. **Catálogo de exposição de pinturas**. Museu de Arte Contemporânea de Niterói / IPEAFRO, 2020.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. Público e privado na formação social brasileira: velhas, novas e novíssimas tensões. In: **Trab. educ. saúde**, vol.4, no.1, p. Rio de Janeiro, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JLYgqRmRj3knJS5xk7N5yJn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso realizado em: 19.03.2019.

NUTO, João Vianney Cavalcanti. “Racismo e discurso na América Latina” (Resenha). **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 32, p. 215-219, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9579/8462>. Acesso em: 1 jan. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. Escrivivência em Becos da memória, de Conceição Evaristo. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 621-623, maio-agosto/2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/X8t3QSJM5dMTjPTMJhLtwgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso realizado em: 23.08.20120.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana Rodrigues; CRUZ, Lilian Rodrigues da Cruz. Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. In: **Revista Psicologia: Ciência e Profissão** v. 39, p. 141-152, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/pcp/a/LZ8hqxvtQcpgBPdmVkrYJfd/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Essas%20desigualdades%20s%C3%A3o%20respons%C3%A1veis%2C%20mui,produtoras\(es\)%20de%20saberes](https://www.scielo.br/j/pcp/a/LZ8hqxvtQcpgBPdmVkrYJfd/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Essas%20desigualdades%20s%C3%A3o%20respons%C3%A1veis%2C%20mui,produtoras(es)%20de%20saberes).

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social e Sociedade**, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zxQfQVHgVLVdr8ZMvQRHMkz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2020.

OTTONI, Maria Aparecida Resende; MAGALHÃES, Izabel. Pesquisas em Análise de Discurso Crítica produzidas no Brasil de 2008 a 2017. **RALED**, v. 20 n. 2, p.112-132, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33096/28248>. Acesso em: 1 fev. 2021.

PARDO, María Laura. Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives. **Journal of Multicultural Discourses**, 5(3), p. 183-192, 2010.

_____. Decolonização do conhecimento nos estudos do discurso. In: RESENDE, V. M. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 116–129, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/47219/31983>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PAULA, Aline Batista. Construindo discursos que constroem sujeitos? Um debate sobre a contribuição da Lei 10.639/2003 na luta antirracista. **O Social em Questão**, Ano XX, n. 37, p. 173–192, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552256784013/552256784013.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do movimento negro**. Editora: Nandyala: 2008.

PINTO, Elizabete Aparecida. **O serviço social e a questão étnico-racial**: um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PIRES, Thula. Por um constitucionalismo ladino-amefricano. In: GROSFOGUEL, R.; MADONADO-TORRES, N.; BERNARDINO-COSTA, J. (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PRATES, Flávio Cruz. **A igualdade formal e sua aplicabilidade na prática**: os descaminhos da dignidade atribuída ao negro brasileiro. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: PUCRS, 2010.

PRATES, J. C. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 2, p. 213-220, 20 dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321529409001.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

_____. et al. Pesquisa e formação na pós-graduação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12. **Anais**. ABEPSS: Juiz de Fora, 2012.

_____; CLOSS, *Tháisa Teixeira*; CARRARO, *Gissele*. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. In: **Serviço Social em Revista**, Vol. 18, n. 2, p. 5 – 33, 2016.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, (8)2, p. 343-370, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 9 abr. 2020.

QUIROGA, Ana Maria. Assistência Social no Rio de Janeiro: Desqualificação dos Atendidos, Racismo Científico e Filantropia. **Revista Libertas**, v. 11 n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18111/9363>. Acesso em: 9 abr. 2020.

RACIONAIS MC's. **Voz Ativa**. São Paulo: Zimbabwe Records: 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8JPJ9P9ptvk>. Acesso realizado em: 13.04.2019.

_____. **Fim de Semana no Parque**. São Paulo: Zimbabwe Records: 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=37uL-WfTBx0>. Acesso realizado em 23.05.2020.

_____. **Capítulo 4, Versículo 3**. São Paulo: Cosa Nostra: 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2LQSFLTiwS8>. Acesso realizado em: 30.05.2019.

_____. **Negro Drama**. São Paulo: Cosa Nostra: 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u4lcUooNNLY>. Acesso realizado em: 27.08.2019.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico raciais no Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade** n. 79, p. 148-161. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ROCHA, Roseli. Apresentação. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18254/9495>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios. 2014. **Tese** (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRÍGUEZ, Simón. **O inventamos o erramos**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana CA, 2008.

RODRIGUES, Sara. Pretuguês é Resistência. In: **Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados – FENAJUD**, 2018. Disponível em: <https://fenajud.org.br/?artigo=pretugues-e-resistencia>. Acesso realizado em 25.11.2021.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; GUMARÃES, Thaís de Andrade Alves. O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 18, p. 27–43, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47204/31977>. Acesso em: 8 fev. 2021.

ROSSETTO, Gislaíne A. R. da Silva. [et al.] Desafios dos estudos “Estados da arte”: estratégias de pesquisa na pós-graduação. **Educação: Saberes e Práticas**, n. 1, p. 1-15, 2013.

SANTOS, JÁ. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-13.pdf>. Acesso realizado em: 13.04.2021.

SALLIT, Mathias. As universidades com maior representatividade de professores negros, segundo MEC. **Revista Quero**, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/professores-negros-universidades-com-maior-representatividade>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SALVADOR, Andréia Clapp. [et al.] Apresentação. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, Ano XVII, n. 32, 2014. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_apresentau00E7u00E3o_WEB.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

_____. Editorial. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, Ano XX, n. 37, 2017. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20\(\).pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20().pdf). Acesso em: 7 nov. 2020.

SANTANA, Joílson. Questão racial e Serviço Social: uma análise de sua produção teórica no pós-Durban. **V Congresso de Pesquisadores negros**. Pensamento Negro e Anti-Racismo. Diferenciações e Percursos. UCG, UEG e UFG, Goiânia, 2008. CD-rom. 21 p.

SANTOS, Diogo Joaquim dos. Luta antirracista, unidade e transformação: um ensaio teórico. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 594-601, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/X9YFKQzSyyfvjD66mXKdckG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SANTOS, Gersiney. Linguagem e decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica. In: RESENDE, V. M. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. ed.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHUCMAN, Lia Vianer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. In: **Psicologia e Sociedade**, n. 26 (1), p. 83-94, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso realizado em: 22.05.2020.

SER SOCIAL, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social** / Universidade de Brasília, v. 19, n. 41, 2017.

SILVA, Ana Paula Procópio. Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas O pensamento social de Clóvis Moura: relações raciais, classes sociais e a dialética radical do Brasil negro. In: **41º Encontro Anual da Anpocs GT28**, 2017. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt28-8/10860-o-pensamento-social-de-clovis-moura-relacoes-raciais-classes-sociais-e-a-dialetica-radical-do-brasil-negro/file>. Acesso realizado em 04.06.2021.

SILVA FILHO, José Barbosa da. **O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Silveira, 2006.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da. O Serviço Social lançando um olhar racializado a essa expressão da questão social. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Departamento de Serviço Social. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA Canoas, RS, 2004.

_____. Obirin Dudu: um olhar sobre a identidade e a cidadania das mulheres negras. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social). PUC Rio, 2009.

_____. Decolonialidade e estudos críticos do discurso: convergências para abordagens antirracistas no Brasil. In: Revista **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 118-130, 2020. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/51983/34466. Acesso realizado em: 9 out. 2020.

SILVA, Gabriela Solares da. **O universo da produção de conhecimento sobre relações sociais de raça/etnia nos ENPESS Pós Estatuto da Igualdade Racial - 2010 a 2016**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <http://www.uern.br/controledepaginas/ppgssd-dissertacoes/arquivos/2528gabriela.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

SILVEIRA, Oliveira. **Poemas Regionais**. Porto Alegre: Edição do Autor, 1968.

_____. **Pelo escuro**: poemas afro-gaúchos. Porto Alegre: Edição do Autor, 1977.

_____. **Poemas sobre Palmares**. Porto Alegre: Edição do Autor, 1987.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

STEFFENS, Isadora Silveira. A Análise Crítica de Discurso e o discurso racista: a perspectiva de Teun Van Dijk. **IV Seminário Discente da Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo**, 2015. Disponível em: <http://143.107.26.205/documentos/seminariopos/STEFFENSAn%C3%A1liseCr%C3%ADticaDiscurso.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: **Revista Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/18190722/Downloads/2745-Texto%20do%20artigo-9748-1-10-20080314.pdf>. Acesso realizado em 20.05.2021.

THEODORO, Helena. “Racismo, Sexismo e Subjetividade das Mulheres Negras”. **Pensando com o Gênero, Núcleo de Estudos Contemporâneos**, Niterói, 2003. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/boletim01.html>. Acesso em: 10 set. 2008.

TORRE, Víctor Raúl Haya de la. **Por la emancipación de América Latina**. Buenos Aires: Ed. Gleizer, 1927.

VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 16–26, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47201/31976>. Acesso em: 9 ago. 2020.

VINAGRE SILVA, Marlize. O exercício do poder feminino na tradição étnico-religiosa Iorubá no Brasil: uma estratégia para concretizar direitos em uma sociedade globalizada e desigual. Trabalho apresentado na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. **O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual**. Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região, International Federation of Social Workers IFSW. Salvador, 2008. CD-rom. 10 p.

VITORIO, KAJALI LIMA. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.

WERNECK, Jurema. **Somos herdeiras de mulheres que construíram a própria força**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/jurema-werneck-somos-herdeiras-de-mulheres-queconstruiram-propria-forca/>. Acesso em: 02 ago 2016.

_____. et al. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Trama Design: 2013. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

ANEXOS

A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - PROFISSIONAIS NEGRAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Conte como se deu tua aproximação com a Política de Assistência Social?
2. Tem alguma vivência neste espaço que se relacione com o racismo e que tenha marcado sua história de vida?
3. Consegues identificar por quais motivos buscou atuar na área da Assistência Social?
4. De que maneira identificas que o tema do racismo é abordado na Assistência Social?
5. Identificas práticas antirracistas neste âmbito? De que maneira deveria ser uma prática antirracista?

B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - LIDERANÇAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

1. Conte como se deu tua aproximação com a Política de Assistência Social?
2. Tem alguma vivência neste espaço que se relacione com o racismo e que tenha marcado sua história de vida?
3. Consegues identificar por quais motivos a organização onde atua buscou realizar ações na área da Assistência Social?
4. Consideras que sua organização teve influência no processo de institucionalização de ações voltadas à assistência social no seu território? De que forma isso se deu?
5. De que maneira identificas que o tema do racismo é abordado na assistência social?
6. Identificas práticas antirracistas neste âmbito? De que maneira deveria ser uma prática antirracista?

C - ROTEIRO ENTREVISTA ESTRUTURADA - TRABALHADORES/AS FASC
FORMULÁRIO ON LINE

1. Qual sua Faixa Etária?
2. Possui cursos de pós-graduação e/ou especialização na área do Serviço Social?
3. Se respondeu sim na questão anterior, informe qual curso?
4. Qual sua auto declaração de cor/raça?
5. Qual é o tipo do seu vínculo empregatício no local?
6. Qual seu tempo de atuação no local?
7. Tu percebes a reprodução do racismo dentro dos espaços da PNAS?
8. Se sim, sinalize de que forma, indicando até 3 tópicos.
9. Consideras que a auto declaração racial (ser perguntado sobre a tua cor ou raça) nos espaços da PNAS é importante?
10. No seu local de trabalho, essa informação é coletada junto aos usuários?
11. De que maneira essa informação (auto declaração racial) é coletada junto aos usuários?
12. Tu consideras que essa (s) forma (s) são eficazes?
13. Tu terias sugestões e/ou indicações de como qualificar esse processo?
14. Tu consideras que o combate ao racismo é um tema discutido no âmbito da PNAS?
15. Se respondeu sim na questão anterior, de que forma isso acontece?
16. Já participastes de algum curso de capacitação e/ou formação, promovido por seu local de trabalho, que abordou este tema?
17. Se respondeu sim na questão anterior, assinale se consideras que as informações recebidas no curso de formação e/ou capacitação foram úteis para qualificar sua intervenção no trabalho?
18. Tu consideras que a PNAS/SUAS contribui para diminuição do racismo?
19. Se respondeu sim na questão anterior, informe de que forma tu entendes que a PNAS/SUAS contribui para diminuição do racismo?
20. Tu já realizaste algum atendimento social em que a demanda apresentada pelo usuário se relacionasse com o racismo?
21. Se respondeu sim na questão anterior, informe se foi necessário estabelecer algum trabalho Inter setorial para o atendimento à demanda apresentada pelo usuário
22. De que forma se deu essa articulação Inter setorial? Qual foi a política social acionada?
23. Se respondeu sim na questão "Tu já realizastes algum atendimento social em que a demanda apresentada pelo usuário se relacionasse com o racismo?", informe se foi necessário estabelecer algum trabalho interdisciplinar para o atendimento à demanda apresentada pelo usuário.
24. De que forma se deu essa articulação interdisciplinar? Qual foi a profissão acionada?
25. Já realizastes alguma ação no local de trabalho cujo tema se relacionasse com o combate ao racismo?
26. Tens alguma história que envolva o racismo que tenha sido vivenciada por ti dentro de um espaço da PNAS? Qual?
27. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa que possa contribuir para esta pesquisa?

D – PROCESSO DE CONSENTIMENTO (PC)

Estou sendo convidado/a para participar da pesquisa “Racismo e Discurso na Política Nacional de Assistência Social: Um estudo sobre a reprodução discursiva do racismo e as possíveis estratégias de mediação do Assistente Social neste contexto”. Fui informado/a de seu objetivo geral, que consiste em: Analisar as formas de reprodução discursiva do racismo que se apresentam no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (que tu conheces através dos serviços que são prestados aqui no CRAS/CREAS) e quais as possíveis formas de atuação do assistente social - de maneira detalhada.

Assim, autorizo o uso das informações prestadas para que sejam utilizadas parcial ou totalmente. Fui informado/a sobre a preservação do meu anonimato com a participação nesse estudo e, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar à pesquisadora qualquer mudança que se relacione ao estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem que isso traga prejuízos no meu atendimento na instituição. Fui informado/a de que não terei nenhum benefício imediato, mas que minha participação neste estudo poderá contribuir para um maior entendimento sobre o racismo e sua reprodução através do discurso, buscando sua superação, para que todos/as possam ser tratados da mesma forma. Além disso, também poderei contribuir para a qualificação dos serviços prestados à comunidade no CRAS/CREAS.

Os riscos dessa pesquisa são mínimos: fui informado/a de que poderei sentir algum desconforto ou cansaço na hora de responder as perguntas e/ou participar do grupo focal, mas que posso interromper a qualquer momento a pesquisadora. As informações coletadas poderão ser utilizadas para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares.

Declaro que recebi uma via deste Processo de Consentimento e que foram tiradas minhas dúvidas em relação à minha participação no estudo, que consistirá em uma entrevista e/ou participação em grupo focal, com duração aproximada de 1h. Estou ciente de que o grupo focal será gravado em áudio e vídeo e que a entrevista será gravada em áudio, sendo ambos transcritos e posteriormente, os dados armazenados por um período de 5 anos no Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência da PUCRS e posteriormente, destruídos.

Caso venham a surgir novas perguntas sobre o estudo, fui informado que posso contatar a coordenadora do estudo Caroline Fernanda Santos da Silva pelo telefone (nº do celular 99116.1069) - para qualquer pergunta sobre meus direitos como participante deste estudo.

Posso contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS (de caráter consultivo, deliberativo e educativo) criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões eticamente corretos - pelo telefone (51) 3320-3345, e-mail cep@pucls.br, localizado na Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, com horário de atendimento de segunda-feira à sexta-feira das 08hs às 12hs e das 13hs30min às 17hs.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do/a participante: _____

Assinatura do/a pesquisador/a: _____



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br